

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ALOISIO FORMIGHIERI JUNIOR

**CASA-ABRIGO EM CURITIBA PARA MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CURITIBA
2015

ALOISIO FORMIGHIERI JUNIOR

**CASA-ABRIGO EM CURITIBA PARA MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Monografia de Graduação apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. M. Claudionor Beatrice.

CURITIBA
2015



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
Campus Curitiba - Sede Ecoville
Departamento Acadêmico de Construção Civil
Curso de Arquitetura e Urbanismo

TERMO DE APROVAÇÃO

CASA-ABRIGO EM CURITIBA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Por
ALOISIO FORMIGHIERI JUNIOR

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 08 de dezembro de 2015 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Maurício Diogo dos Santos, MSc.
PUC/PR

Prof. Armando Luís Yoshio Ito, MSc.
UTFPR

Prof^a. Rafaela Fortunato, Dr^a.
UTFPR

Prof^a. Ana Paula Justi, Esp. (Orientadora)
UTFPR

Dedico
este trabalho a quatro mulheres,
minhas familiares pela casualidade do parentesco
ou pela escolha de sê-lo,
que me fizeram abrir os olhos para a presente
questão.
À sua maneira menos ou mais feliz, cada uma
encontrou, segue buscando ou encontrará a sua
libertação.

T. A. De B.
M. A. De B.
in memoriam N. G. C. F.
in memoriam J. M. De B.

Agradeço

à Luz Infinita, fonte de inspiração e esperança sem fim;
à minha família, que me proporciona amor e proteção incondicionais;
às assistentes técnicas da Secretaria da Mulher de Curitiba, Sionara Pigatto Clivatti e Gleris Mangger,
pela sugestão do tema;
às (aos) profissionais da FAS, Paulo Roberto de Carvalho Mangili, Mônica Camila de Moura Pinheiro
Pelá, Luis Boaventura Goulart e Lourdes Grabowski, que se disponibilizaram a me ajudar enriquecer
estas páginas;
às pessoas amigas que se interessaram pelo tema e tentaram contribuir de formas diversas;
às (aos) professoras(es) que revisaram este presente trabalho;
e a Rodrigo de Moraes Batista, jornalista, cuja boa-vontade é a razão porque consegui terminar esta
etapa do trabalho de conclusão de curso.

Um bom arquiteto vai ouvir atentamente as suas respostas, ajudá-lo a solidificar seus objetivos e desejos, e traduzí-los em um edifício eficaz. Procure um bom ouvinte, e você vai encontrar um bom arquiteto.

The American Institute of Architects

Cada abrigo é uma caixa de ressonância, onde toda a história de uma mulher, os seus caminhos, o seu sofrimento e os seus medos são ouvidos e sua voz é ampliada em diálogo com cada uma das pessoas que trabalham na casa. Juntos, eles constroem uma música que fala por si mesma em ações cotidianas, em passos precisos, sempre que uma mulher, um menino ou menina se atreve a recomençar a sua melodia, a reescrever a sua história e, especialmente, o seu novo horizonte.

Margarita Guille

FORMIGHIERI JR., Aloisio. **Casa-Abrigo em Curitiba para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. 116 págs.** Trabalho de Conclusão de Curso I (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

RESUMO

A violência é um problema recorrente no Brasil, tendo relevância por questões estatísticas, ainda mais no que tange a violência geral e doméstica contra a mulher. A Lei Maria da Penha é o resultado de um enorme esforço pela visibilidade desse tema, que já produz frutos mas ainda precisa ser melhor aplicada. O Estado assume grande parte da responsabilidade na forma de uma rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência. Em Curitiba, a Fundação de Ação Social estrutura o atendimento segundo normas nacionais em serviços sociais de baixa, média e alta complexidade, este último correspondendo ao abrigamento. A Rede está se reestruturando com o advento da Casa da Mulher Brasileira sendo a única “porta de entrada” das mulheres à Casa-Abrigo, o que mudará o fluxo de atendimento hoje disperso pela cidade, e também ampliará o conceito de abrigamento, que já possui um histórico no nosso país. A análise da instituição Casa-Abrigo segue com a desconstrução do seu conceito em casa, abrigo e lar, com base nos maiores teóricos da arquitetura. A partir do estudo do caso de Curitiba, um caso similar ao daqui e um caso semi-ideal para a cidade, a interpretação da realidade aponta a necessidade presente/futura do projeto de uma nova casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e suas filhas (os) em Curitiba. De acordo com estratégias de projeto veiculadas por uma instituição dos EUA, onde as abrigadas tem uma qualidade de vida melhor do que aqui, definiram-se diretrizes de projeto que prezam pela sustentabilidade e conforto dos acolhidos. Atingidos quase integralmente através das metodologias de pesquisa bibliográfica, entrevistas e estudos de caso, esses eram os objetivos e as hipóteses da pesquisa, que se justifica tanto por questões técnicas quanto pessoais do autor. Ao final, sugerem-se questões: como a arquitetura pode contribuir com o acolhimento de vítimas de tráfico de pessoas e no papel de abrigar a reabilitação do agressor da mulher.

Palavras-chave: Casa; Abrigo; Mulher; Violência; Doméstica.

ABSTRACT

Violence is a recurring issue in Brazil, having relevance for statistical reasons, especially with respect to general and domestic violence against women. The Maria da Penha Law is the result of a huge effort towards the visibility of this issue, which has already good results but should be further applied. The state assumes much of the responsibility in the form of a network host for women victims of violence. In Curitiba, the Social Action Foundation attendance structure is according to national standards of low, medium and high complexity social services, the latter corresponding to the shelter. The Network is being restructured by the advent of the Casa da Mulher Brasileira ("House of the Brazilian Woman") being the only "gateway" of women to the Shelter-House, which will change the flow of the service nowadays dispersed in the city, and also expand the concept of shelter, which already has a history in our country. The analysis of the Shelter-House institution continues with the deconstruction of its concept at house, shelter and home, based on the principal architectural theorists. From the case study of Curitiba, a case similar to here and a semi-ideal case for the city, the interpretation of reality points to the present / future need of designing a new Shelter-House for women victims of domestic violence and their children in Curitiba. According to design strategies carried by a US institution, where the sheltered have a better quality of life than here, have set up design guidelines that value the sustainability and comfort of the victims. Achieved almost entirely through the methods of literature review, interviews and case studies, these were the objectives and hypotheses of the study, which is justified by both technical and personal issues of the author. Finally, it is suggested questions: how architecture can contribute with the reception of trafficked persons and the role of housing rehabilitation of the abuser of women.

Keywords: House; Shelter; Women; Violence; Home.

RESUMEN

La violencia es un tema recurrente en Brasil que tiene relevancia por razones estadísticas, especialmente con respecto a la violencia en general y doméstica contra las mujeres. La Ley Maria da Penha es el resultado de un gran esfuerzo por la visibilidad de este problema, que ya ha producido resultados, pero que se debe aplicar más. El Estado asume gran parte de la responsabilidad en la forma de una red de acogida para mujeres víctimas de violencia. En Curitiba, la estructura de la Fundación de Acción Social es de acuerdo a las normas nacionales de los servicios sociales de baja, media y alta complejidad, este último correspondiente al refugio. La Red está reestructurándose con el advenimiento de la Casa da Mulher Brasileira ("Casa de la Mujer Brasileña") que será la única "puerta de entrada" de la mujer para la Vivienda-Refugio, vá a concentrar el flujo actualmente disperso en la ciudad, y también ampliar el concepto de refugio, que ya tiene una historia en nuestro país. El análisis de la institución Vivienda-Refugio continúa con la deconstrucción de su concepto en la casa, la vivienda y el hogar, sobre la base de los mayores teóricos de la arquitectura. Desde el estudio de caso de Curitiba, uno similar al caso de aquí y un caso semi-ideal para la ciudad, la interpretación de la realidad apunta a la necesidad presente / futura del diseño de una nueva Vivienda-Refugio para mujeres víctimas de la violencia doméstica y sus hijAs (os) en Curitiba. De acuerdo con las estrategias de diseño realizados por una institución de Estados Unidos, dónde las refugiadas tienen una mejor calidad de vida que aquí, se han establecido directrices de diseño que valoran la sostenibilidad y el confort de las víctimas. Conseguidos casi en su totalidad a través de los métodos de revisión de la literatura, entrevistas y estudios de casos, estos fueron los objetivos e hipótesis del estudio, que se justifica por cuestiones técnicas y personales del autor. Por último, se sugieren preguntas: cómo la arquitectura puede contribuir con la acogida de las personas víctimas de la trata y en el papel de viviendas para la rehabilitación del abusador de mujeres.

Palabras clave: Casa; Refugio; Mujer; Violencia; Doméstica.

LISTA DE SIGLAS

CAPSLO	Community Action Partnership of San Luis Obispo
CEBELA	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COV	Composto Orgânico Volátil
CR	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DF	Distrito Federal
EUA	Estados Unidos da América
FAS	Fundação de Ação Social
HSC	Homeless Services Center
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
KWIECO	Kilimanjaro Women Information Exchange & Consultancy Organization
LBT	Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Mato Grosso do Sul
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não Governamental
OPM	Organismos de Políticas para Mulheres
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNE	Portador de Necessidades Especiais
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PR	Paraná
SAGE	Security, Advocacy, Growth & Empowerment
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
WSCADV	Washington State Coalition Against Domestic Violence
YWCA	Young Women's Christian Association

LISTA DE ABREVIATURAS E TERMOS LATINOS

<i>p.e.</i>	“por exemplo”	<i>apud.</i>	“citado por”
<i>séc.</i>	“século”	<i>ipsis litteris</i>	“literal”; “nas mesmas palavras”
<i>etc.</i>	“et cetera”; “e outras coisas”	<i>in memoriam</i>	“em memória”; “em lembrança”

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Planta do único pavimento, sem escala. FONTE: Adaptado de Archdaily.	37
Figura 2. Perspectivas internas e externa. FONTE: Gwynne Pugh Urban Studio e garcia architecture + design.	39
Figura 3. Planta do pavimento térreo, sem escala. FONTE: Adaptado de Archdaily.	40
Figura 4. Planta do primeiro pavimento, sem escala. FONTE: Adaptado de Archdaily.	40
Figura 5. Corte das estratégias de conforto ambiental, sistema estrutural e materiais adotados (em inglês). FONTE: Gwynne Pugh Urban Studio e garcia architecture + design. Disponível no Archdaily.	41
Figura 6. Plano esquemático de situação ideal da Casa Abrigo e o entorno imediato.	55
Figura 7. Esquemas de sombreamento e paisagismo ideais. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	56
Figura 8. Esquema de escala de privacidade da Casa Abrigo. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	58
Figura 9. Esquema de vigilância para as mães. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	59
Figura 10. Estratégias de ambientação íntima. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	61
Figura 11. Esquema do mobiliário flexível para grupos diferentes. FONTE: Adaptado de Building Dignity.	62
Figura 12. Esquema de hierarquia de privacidade. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	63
Figura 13. No Plaza Apartments, um empreendimento de quartos acessíveis em São Francisco (EUA), cada morador tem seu próprio apartamento e se beneficia de salas de espera compartilhadas, lavanderia e deck.” (WSCADV). Pavimento Tipo, sem escala. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	64
Figura 14. Esquema de separação de áreas barulhentas de áreas tranquilas. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	67
Figura 15. Esquema de salas de banho para os moradores. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	67
Figura 16. Mobiliário para atender a diferentes necessidades durante as refeições.	69
Figura 17. Esquema de separação das áreas de trabalho na cozinha coletiva. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	70
Figura 18. No Plaza Apartments, em São Francisco (EUA), os acabamentos são simples e duráveis, incluindo tratamento livre de formaldeídos, pisos de linóleo na cozinha, carpetes com alto teor de reciclagem e tintas sem compostos orgânicos voláteis. (WSCADV) Perspectiva Axonométrica. FONTE: Adaptado de Leddy Maytum Stacy Architects, Paulett Taggart Architects in Association. Green Housing Series - A New Prescription for Asthma Sufferers: Healthier Homes. National Center for Healthy Housing, EUA).	73
Figura 19. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	74
Figura 20. Exemplo de unidade coletiva para abrigar uma ou duas famílias, ou até quatro moradoras individuais. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.	75
Figura 21. No YWCA Pierce County (EUA), a sala de informática está localizada junto do escritório. No entanto, o escritório pode ser acusticamente isolado, quando necessário. Há também um área para crianças junto do escritório de admissão. Planta Esquemática, sem escala.	77
Figuras 22. Mapas esquemáticos da localização de implantação e do zoneamento do bairro. FONTE: Adaptado de IPPUC.	79
Figura 23. FONTES: Adaptado de Google Maps e The Noun Project.	80
Figura 24. FONTE: Adaptado de Google Maps e The Noun Project.	81
Figura 25. Organograma de Fluxograma: pré-plano de ocupação e escalas de privacidade da Casa-Abrigo. FONTE: Autor.	83
Figura 26. Possibilidades de ampliação dos módulos de infraestrutura com cobertura e dos módulos internos da habitação. FONTE: Vitruvius.	85
Figura 27. Capacidade de expansão e integração das unidades de habitação. FONTE: Vitruvius.	85
Figura 28. Situação das Casas-Abrigo do Paraná, mapa da RMC e conexões com o terreno em Curitiba. FONTE: COMEC e IPPUC. Edição do autor.	86
Figura 29. Esquema de Fluxos. FONTE: Google Maps. Edição do Autor.	87
Figura 30. Esquema de Uso e Ocupação. FONTE: Google Maps. Edição do Autor.	87
Figura 31. Esquema de Sombreamento. FONTE: Google Maps. Edição do Autor.	87
Figura 32. Programa de Necessidades Final Plano de Ocupação Organograma Fluxograma. FONTE: Edição do Autor.	88
Figura 33. Esquema de Conforto Ambiental e Técnicas de Sustentabilidade. FONTE: Edição do Autor.	89
Figura 34. Estrutura Analítica do Projeto. FONTE: Edição do Autor.	90
Figura 35. Perspectiva da fachada de acesso.	91
Figura 36. Perspectiva do jardim interno pátio central.	91
Figura 37. Perspectiva interna do apartamento duplex.	92
Figura 38. Perspectiva do mobiliário p/ crianças de 6 a 12 anos no quarto para 6 pessoas.	92
Figura 39. Perspectiva interna do refeitório.	93
Figura 40. Perspectiva exterior das habitações e da área de lazer externa.	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objeto da Pesquisa	13
1.2 Justificativa.....	13
1.3 Objetivo Geral da Pesquisa	13
1.4 Objetivos Específicos da Pesquisa	14
1.5 Hipóteses	14
1.6 Metodologia da Pesquisa.....	14
2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA	16
2.1 A violência.....	16
2.2 A violência contra a mulher	16
2.3 Lei 11.340/06: Maria da Penha	20
2.4 Rede de Atendimento à Mulher e Enfrentamento da Violência Dom.	23
2.4.1 Casa da Mulher Brasileira	23
2.4.2 Casa de Passagem Feminina e LBT	25
2.5 Assistência Social	26
2.5.1 Fundação de Ação Social - FAS	27
2.5.1.1 Serviços da Proteção Social Básica	28
2.5.1.2 Serviços da Proteção Social Especial – Média Complexidade	28
2.5.1.3 Serviços da Proteção Social Especial – Alta Complexidade	28
2.5.1.3.1 Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência	29
2.5.1.3.2 Fluxo do Acolhimento Institucional.....	30
2.6 Histórico das Casas-Abrigo para mulheres vítimas de violência dom.	31
2.7 O Conceito de Abrigamento	32
2.8 Casa, Abrigo e Lar	33
3 ESTUDOS DE CASO	36
3.1 Casa-Abrigo KWIECO (<i>Projeto Selecionado</i>).....	36
3.2 HSC – Centro de Serviços para Desabrigados (<i>Projeto Premiado</i>)	39

3.3 Pousada de Maria (<i>Projeto Local</i>)	42
3.3.1 Entrevista.....	44
4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	50
4.1 Pousada (Casa) de Maria	50
4.2 Perspectivas de atendimento às mulheres em Curitiba	51
5. ESTRATÉGIAS DE PROJ. PARA ABRIGOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ...	52
5.1 Design do Local.....	54
5.2 Espaço Comum	60
5.3 Cozinha e Refeitório.....	68
5.4 Espaço Privativo.....	70
5.5 Espaço do Pessoal Técnico	76
5.6 Implicações na Pesquisa	78
6. DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO	79
6.1 Terreno	79
6.2 Mapa de Proximidades.....	80
6.3 Mapa Síntese.....	81
6.4 Programa de Necessidades (<i>Prévio</i>).....	81
6.5 Organograma, Fluxograma e Plano de Ocupação (<i>Prévios</i>)	83
6.6 Partido arquitetônico	83
6.6.1 Unidade de habitação modular e evolutiva	83
6.6.2 Projeto modular.....	84
6.6.3 Agregabilidade do sistema	85
7. RESULTADOS	86
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS	95
APÊNDICE	100
ANEXOS	107

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia é um trabalho interdisciplinar que abrange conceitos sociológicos, históricos, do Direito, do Serviço Social e de Arquitetura e Urbanismo. Com isso, o enfrentamento da violência contra a mulher ganha espaço na arquitetura e mostra como esta área do conhecimento pode contribuir neste processo (mais especificamente, no projeto de uma casa-abrigo para a reabilitação das vítimas), uma causa urgente que se tornou pública e de preocupação do Estado em tempos remotos.

Em 1988, foi apresentada a *Carta das Mulheres*, com reivindicações para a Assembleia Nacional Constituinte. Entre as reivindicações da carta, conta o pedido para que a lei coibisse "a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores"; "criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar"; "será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência". "será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos" (CNDM, 1987).

Com isso, o presente trabalho trata de temas relacionados à violência doméstica, com a apresentação de dados de pesquisas para a contextualização da realidade enfrentada por vítimas no país. São mostrados os instrumentos que estão em vigência no Brasil para o enfrentamento da violência doméstica, como a Lei Maria da Penha, Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a assistência social – feita em Curitiba pela Fundação de Ação Social (FAS).

Dentro das necessidades que a assistência social deve dar às pessoas em situação de violência doméstica, apresenta-se também o abrigamento. No decorrer do trabalho, fica explicado o que é o abrigamento, um histórico das Casas-Abrigo no Brasil e o que é oferecido atualmente no país neste âmbito.

Foram feitos estudos de caso sobre três Casas-Abrigo: a Pousada de Maria, de Curitiba, Casa-Abrigo KWIECO e o Centro de Serviços para Desabrigados, nos EUA. Com as estratégias de projeto – feitas com base em um modelo norte-americano do estado de Washington para o enfrentamento da violência doméstica – e as diretrizes do projeto, apresenta-se um panorama do terreno para o qual será projetada a Casa-Abrigo e sua localização, além de instituições e serviços no entorno que serão oferecidos para as mulheres que frequentarem a casa.

1.1 Objeto da Pesquisa

O projeto de uma nova Casa-Abrigo em Curitiba / PR para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

1.2 Justificativa

Em visita à Secretaria da Mulher de Curitiba para reunir informações sobre violência doméstica, descobriu-se em contato com funcionárias do local que a atual casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na capital não oferecia uma estrutura adequada para atendimento às vítimas e famílias. Isso possibilitou o surgimento do atual projeto de pesquisa. Levando-se em conta que muitos prédios públicos utilizados para o atendimento ao cidadão não são adequados – seja para atendimento a mulher ou outros entes da sociedade – pensou-se em como a arquitetura pode mudar esse panorama para oferecer atendimento humanizado, e conseqüentemente, o adequado para a recuperação das vítimas e de suas (eus) filhas (os). Entende-se que o atendimento à mulher vítima de violência doméstica deve ser de caráter público, social e de gênero, e que isso deve também iniciar na organização e disposição do espaço construído para tal objetivo.

1.3 Objetivo Geral da Pesquisa

O presente tem por objetivo resgatar a Casa-Abrigo como um espaço de segurança, proteção, (re) construção da cidadania, resgate da auto-estima e empoderamento das mulheres, a partir de valores feministas. Após a sanção da Lei Maria da Penha (2006) e do recente projeto da Casa da Mulher Brasileira, é fundamental e necessário redefinir, em linhas gerais, o acolhimento na Casa-Abrigo. É necessário ampliar o conceito de ‘abrigamento’, incluindo também tipos de violência contra as mulheres, como a violência velada – p.e., casos em que as mulheres convivem com a violência doméstica por não estar em risco iminente de morte; e a violência familiar direta ou indireta contra as crianças e adolescentes nos domicílios. É preciso revisitar esse assunto na abrangência de Curitiba e Região Metropolitana, verificando o estado de arte, constatando como as instituições da capital lidam com o atendimento à vítimas de violência doméstica, e propondo soluções à questão.

1.4 Objetivos Específicos da Pesquisa

- Proteger mulheres, crianças e adolescentes e prevenir a continuidade de situações de violência doméstica;
- Propiciar condições de segurança física e emocional e o fortalecimento da autoestima das vítimas;
- Identificar situações de violência, velada ou denunciada, e suas causas para ampliar o conceito de acolhimento de forma integral às mulheres e filhas (os);
- Possibilitar-lhes a construção de projetos pessoais visando à superação do ciclo de violência;
- Proporcionar-lhes o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para o desenvolvimento de autonomia pessoal e social;
- Promover-lhes o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva;
- Propor um novo modelo de casa-abrigo que mude o paradigma do acolhimento institucional na cidade, talvez no Estado e no País.

1.5 Hipóteses

A atual casa-abrigo que funciona em Curitiba não se encontra em condições de atender a demanda de todas as vítimas e suas (eus) filhas (os);

O sistema de acolhimento municipal não é adequado, pois nos municípios menores pode não haver recursos ou demanda que o sustente.

As (os) filhas (os) que acompanham as mães na casa-abrigo também são vítimas e precisam receber tratamento em espaço adequado à situação.

1.6 Metodologia da Pesquisa

Para atingir os objetivos, uma pesquisa qualitativa se fez necessária para que se tenha uma abordagem de caráter exploratório sobre o tema, com visitas ao local de abrigamento de mulheres em Curitiba e entrevistas com pessoas ligadas ao tema, o que possibilita observações atentas à realidade apresentada sobre o tratamento dado pela prefeitura à violência contra a mulher. Os instrumentos e coleta de dados utilizados foram: entrevistas semi-estruturadas, pesquisas bibliográficas, estudos de

caso e pesquisa de campo. O cenário utilizado para a pesquisa são as casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. As mulheres vítimas de violência doméstica são o sujeito do estudo. O primeiro instrumento de coleta de dados é a pesquisa bibliográfica, para se ter acesso a dados sobre a violência doméstica e como se estruturam os atuais abrigos tanto de Curitiba quanto de outros lugares do mundo. Conforme MORESI (2003, p. 10), pesquisa bibliográfica

(...) é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária.

Foram necessárias pesquisas em fontes primárias - como leis, normas federais para assistência à mulher vítima de violência, pesquisas de institutos como federais, para embasar a questão da violência contra a mulher e os instrumentos oficiais para combatê-la, além de mostrar conceitos de casa, abrigo e lar na construção das Casas-Abrigo. Fontes secundárias - reportagens - foram usadas para exemplificar e dar robustez ao estudo com opiniões e notícias.

Foi feita entrevista despadronizada, ou semi-estruturada, com a diretora da Casa-Abrigo de Curitiba. A entrevista foi usada porque “não existe rigidez de roteiro. Podem-se explorar mais amplamente algumas questões” (MORESI, 2003, p. 30).

Foi ainda usado estudo de caso para se analisar experiências sobre Casas-Abrigo tanto em Curitiba quanto em outros lugares do mundo. O estudo de caso, de acordo com VENTURA (2007, p. 384), “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações”. YIN (2015, p. 33) afirma que o “estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados”. Entende-se a necessidade do estudo de caso de Casas-Abrigo para saber deficiências e avanços no combate à violência contra a mulher.

Foi ainda utilizada a pesquisa de campo, que, conforme MORESI (2003, p. 9), “é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”.

2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

2.1 A violência

A educação vem sendo tratada no Brasil, desde tempos remotos, como o mais eficaz mecanismo de perpetuação de privilégios – econômicos, políticos, culturais etc. É verdade que se modificaram alguns aspectos do ensino superior – o aumento substantivo de vagas nas universidades públicas, o estabelecimento de cotas raciais e sociais, o financiamento de alunos em universidades privadas – mas é também verdade que, no que compete à instrução básica, a situação é precária.

O país, em pesquisas internacionais, ocupa os últimos lugares no ranking que avalia o desempenho escolar no mundo. De acordo com levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e divulgado em maio de 2015, o Brasil está na 60ª posição e um ranking que analisou 76 nações do mundo. Foram levados em conta desempenhos de estudantes em testes de ciência e matemática. A empresa de sistemas de aprendizado Pearson, ligada ao jornal britânico Financial Times, divulgou relatório em 2014 que mostra o Brasil como o 38º colocado em lista de 40 países do mundo. O estudo analisou resultados de provas de matemática, ciência e literatura, além de índices de alfabetização e aprovação nas escolas.

Baixa instrução é sinônimo de ignorância. E ignorância é incapacidade de diálogo. E incapacidade de diálogo é opção pela violência. De cada 100 assassinatos ocorridos no mundo, 13 ocorrem no Brasil – proporcionalmente, esse país ocupa o 11º lugar geral no ranking de homicídios. É ainda o sétimo lugar entre os países com maior número de mulheres vítimas de violência doméstica e também por ano acumula mais de 120.000 denúncias de maus-tratos contra crianças e adolescentes e 313 homossexuais são mortos por conta de sua condição. (RUFFATO, El País, 2015)

2.2 A violência contra a mulher

A cada cinco minutos, uma mulher é agredida no Brasil. Uma em cada quatro mulheres irá sofrer violência durante sua vida. No país ocorrem, em média, 50 mil notificações de estupro por ano – em sua maioria sofrida por mulheres – e estima-se que isso corresponda a apenas 10% do total. Mais de 70% das vítimas de estupro

conheciam seus agressores. No período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, o que equivale a, aproximadamente, cinco mil mortes por ano. Ou seja, a cada aproximadamente 1h30 uma mulher é vítima de feminicídio no Brasil. (IPEA, 2012)

Femicídio é o homicídio da mulher por um conflito de gênero, ou seja, por ser mulher. Os crimes são geralmente praticados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, em situações de abuso familiar, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. (D'AGOSTINO, G1, 2015)

A média nacional, de acordo com o levantamento do IPEA, é de 5,28 mortes de mulheres para cada grupo de 100 mil mulheres no país. O índice, entretanto, torna-se mais alarmante quando são analisados dados do Paraná: o estado possui 6,49 óbitos para cada 100 mil mulheres, portanto acima da média nacional. E está acima do que é registrado em Santa Catarina (3,28) e Rio Grande do Sul (4,64). A pesquisa foi divulgada em 2012 com base em dados entre os anos de 2009 e 2011 disponíveis no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. (IPEA, 2012)

Dados do Mapa da Violência de 2012, divulgado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), reforçam essa característica na sociedade paranaense. Curitiba é a 4ª capital em número de mortes de mulheres e Piraquara, município da Região Metropolitana, é a 2ª cidade brasileira em morte de mulheres. (WAISELFISZ, 2012)

Assim, destaca-se a necessidade de reforço às ações previstas na Lei Maria da Penha, bem como a adoção de outras medidas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, à efetiva proteção das vítimas e à redução das desigualdades de gênero no Brasil. Os achados deste estudo são coerentes com os resultados do Relatório da CPMI com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apoiam a aprovação dos Projetos de Lei apresentados no Relatório, em especial aquele que propõe alteração do Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, como uma forma extrema de violência de gênero contra as mulheres, que se caracteriza pelo assassinato da mulher quando presentes circunstâncias de violência doméstica e familiar, violência sexual ou mutilação ou desfiguração da vítima. (IPEA, 2012, p. 4)

O levantamento faz ainda uma comparação do número de óbitos registrados no país antes e depois da promulgação em diário oficial - ou seja, desde que começou a valer - da Lei Maria da Penha, em 2006. Entre os anos de 2001 e 2006, a taxa de feminicídios foi de 5,28 para cada 100 mil mulheres. Esse índice, entre 2007 e 2011, foi de 5,22. A queda foi pequena e, além disso, o gráfico abaixo mostra que até um ano após a promulgação da lei, havia decréscimo de casos. Após isso, o número de feminicídios voltou a subir. Isso provavelmente significa que a lei não vendo sendo aplicada nos termos previstos.

Mortalidade de mulheres por agressões antes e após a vigência da Lei Maria da Penha.

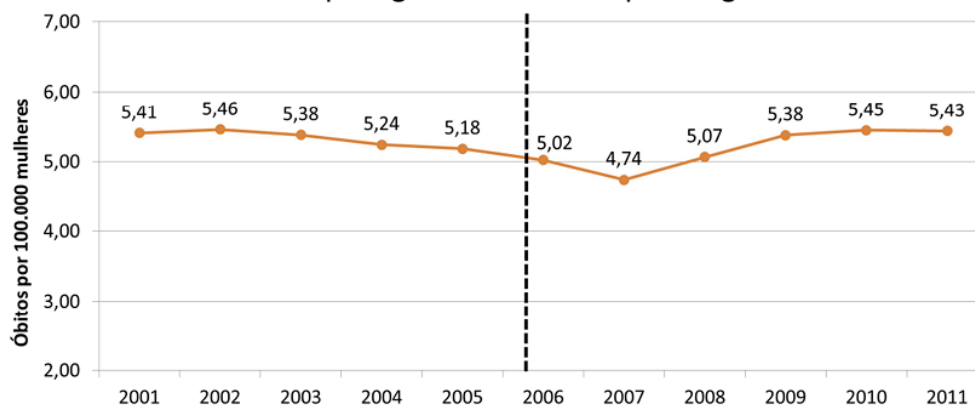


Gráfico 1. FONTE: IPEA, 2012

As duas informações (do alto índice de feminicídio no Paraná e da não diminuição das mortes após a Lei Maria da Penha) nos fazem refletir. Os dados mostram que os altos índices de mortalidade feminina são sintomas de uma sociedade paranaense patriarcal e machista, na qual apenas o fato de ser mulher implica no maior risco de sofrer a violência. Além disso, provam que a violência não é apenas uma situação em que se encontra uma mulher, mas sim um ciclo completo difícil de se quebrar e que pode vir a se romper, infelizmente, com a morte, natural ou provocada, da mulher.

Com esse quadro, houve uma recomendação do IPEA após a divulgação do levantamento para que fossem adotadas outras medidas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, pois, conforme a pesquisa, os feminicídios são evitáveis.

A violência contra a mulher é todo tipo de violação de direitos humanos, seja em caráter físico ou psicológico, agressão verbal e emocional, violência física e sexual, que as mulheres podem sofrer dentro de seus lares, muitas vezes motivadas por seus

companheiros. O caso extremo dessa violência é conhecido como feminicídio (o homicídio contra mulheres motivado pela violência familiar). Pode-se comparar estes óbitos à “ponta do iceberg”. Por sua vez, o “lado submerso do iceberg” esconde um mundo de violências não-declaradas, especialmente a violência rotineira contra mulheres no espaço do lar. (IPEA, 2012)

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tipifica a violência contra a mulher como violência doméstica ou familiar contra a mulher. Esta lei será tratada mais adiante, mas, para efeito de explicação sobre o que é a violência contra a mulher em ambiente doméstico, é importante mostrar o que diz o artigo 5º deste documento:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (BRASIL, 2006)

No artigo 7º, a lei mostra quais os tipos de violência no âmbito doméstico. São cinco, ao todo:

1 - *Violência física* é qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal. Comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação a outra pessoa. No âmbito doméstico, quando envolve agressão direta contra pessoas queridas do agredido ou destruição de objetos e pertences do mesmo. Tal comportamento pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. A maioria das violências físicas causa danos psicológicos muitas vezes irreversíveis para a mulher.

2 - *Violência psicológica* é quando envolve agressão verbal, ameaças, gestos e posturas agressivas, juridicamente produzindo danos morais. Ou seja, qualquer conduta que cause à mulher dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças ou decisões.

3 - *Violência sexual* é qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual que ela não queira, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Ou ainda que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar métodos contraceptivos, que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição.

4 - *Violência patrimonial* é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Essa violência é utilizada, muitas vezes, para que a mulher passe a não ter controle sobre seus próprios bens, ficando cada vez mais dependente do parceiro. Existem parceiros que se apossam dos bens materiais da mulher. Alguns tentam impedir ou atrapalhar seu trabalho, outros destroem seus pertences.

5 - *Violência moral* é qualquer forma de agressão à dignidade da mulher por meio da calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006)

2.3 Lei 11.340/06: Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes, mais conhecida como Maria da Penha, é uma mulher cearense nascida em 1945 que teve sua história conhecida nacionalmente e que virou símbolo da luta contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres. Na década de 1980, mais precisamente em 1983, ela foi vítima de um tiro nas costas disparado por seu então marido, Marco Antonio Heredia Viveros, enquanto ela dormia. O caso chegou à Justiça e, mesmo com a condenação dele por duas vezes, o agressor ficou em liberdade graças a ações impetradas por seus advogados. Sua história virou livro e serviu como base para uma denúncia contra o Brasil em entidades internacionais por omissão a casos de violência contra a mulher. Mas somente em 2006 foi promulgada a lei, que leva o seu nome, e que estabelece diretrizes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar que o sexo feminino sofre em casa.

Apesar da envergadura dada pela Lei Maria da Penha a partir de sua promulgação, outros mecanismos já haviam sido criados antes dela para o enfrentamento da violência contra a mulher. Em 2003, o governo federal criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM); um ano depois foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); já em 2005, a própria SPM criou a Central de Atendimento à Mulher (disque 180), que tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre direitos das mulheres e servir como canal de denúncia de violação de direitos humanos e violência em ambiente familiar.

Com a promulgação, a lei previu políticas públicas para o enfrentamento da violência. O artigo 1º da lei é claro ao dizer seus objetivos:

(...) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (...); dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006)

O artigo 35 da lei explica melhor quais são os mecanismos que poderão ser criados: centros de atendimento integral e multidisciplinar para atendimento de mulheres e seus dependentes, casas-abrigo, delegacias especializadas, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e perícia médico-legal especializados para o atendimento de mulheres em situação de violência familiar, programas e campanhas para enfrentar a violência doméstica e centros de reabilitação para agressores. O juiz, além de possibilitar o acolhimento da mulher em casas-abrigo, o afastamento do agressor a um limite mínimo de distância da vítima, pode também impedir que o culpado frequente determinados lugares para evitar o encontro entre vítima e agressor. (BRASIL, Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006)

Em entrevista concedida à imprensa, a pesquisadora Leila Posenato GARCIA, responsável pela pesquisa do IPEA sobre o feminicídio, disse que apesar dos avanços que a Lei Maria da Penha trouxe na responsabilização e prevenção da violência contra a mulher, ainda há necessidade de uma mudança na sociedade brasileira.

A Lei Maria da Penha trouxe avanços muito importantes e os projetos de lei formulados pela CPMI (que investigou a violência contra mulher em 2012) representam novos avanços. Mas, nenhuma legislação por si só resolve o

problema, uma vez que a desigualdade de gênero existente na sociedade alimenta a violência contra a mulher (GARCIA apud. PRADO, 2013).

PRADO ainda cita palavras da secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Aparecida GONÇALVES.

O Estado deve atuar fortalecendo os serviços especializados, garantindo acesso a informação e proteção às mulheres, conforme a lei determina. Mas é preciso lembrar que durante décadas e décadas foi dito que em 'briga de marido e mulher não se mete a colher' ou que 'o homem não sabia porque estava batendo, mas a mulher sabia porque estava apanhando'. Ou seja, a culpa era colocada sempre na mulher e nós precisamos alterar isto, fazendo com que a sociedade se mobilize contra a violência, avalia. (2013)

A advogada colombiana Lucia Zamora – coordenadora de uma casa abrigo – disse, em entrevista ao jornal espanhol El País, que estatísticas internacionais mostram que, apesar das medidas de prevenção contra a violência, 80% das mulheres voltam ao convívio com os agressores. Por outro lado, Martha Lucia Sanchez, secretária das mulheres da Colômbia, reconheceu que as casas de abrigo não serão suficientes enquanto não se estiver trabalhando lado a lado com as autoridades e os responsáveis continuarem livres: "Enquanto for alto o nível de impunidade dos agressores, não vamos lidar. É paradoxal que as mulheres têm de se esconder de seus agressores e eles continuem como se nada tivesse acontecido". Além disso, Martha Lúcia advertiu que, enquanto não houver condenações exemplares nestes casos, a violência contra as mulheres continuará a aumentar. (EL PAÍS, 2014)

No Brasil, entre outras necessidades de avanços para esse enfrentamento, está a sugestão do relatório final da CPMI que investigou em 2012 a violência contra a mulher no Congresso Nacional. O documento “propõe que a Lei Maria da Penha mude para que, uma vez determinado pela Justiça que a vítima seja abrigada, o juiz e o Ministério Público se manifestem necessariamente sobre a prisão preventiva do agressor”. (MACEDO, 2013)

2.4 Rede de Atendimento à Mulher e Enfrentamento da Violência Doméstica

De acordo com dados do governo federal, o Brasil possuía, em 2014, 1.027 serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Eles formam o que é chamado de rede de atendimento à mulher, para que se busque o enfrentamento da violência. Buscam oferecer “políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres” (BRASIL, 2014). Os equipamentos oferecidos são delegacias especializadas, casas-abrigo, juzados especiais, serviços de saúde, centros de referência em atendimento à mulher, núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres e postos de atendimento ao migrante.

Mesmo com essa rede, que, de acordo com o governo federal, cresceu 309% entre 2004 e 2014 (BRASIL, 2014), o número de serviços para enfrentamento da violência ainda é baixo e pouco distribuído pelo país (concentrado em algumas macrorregiões e em grandes cidades, segundo a pesquisa *A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência*, divulgada pelo IPEA em 2015. “Existiam no Brasil, até julho de 2013, 583 Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM) em 560 municípios, somadas as esferas estadual e municipal. Dos 27 estados, apenas dois não possuíam Organismos de Políticas para as Mulheres, e das capitais, apenas uma não contava com OPM municipal. No nível local, 10% dos municípios brasileiros possuíam Organismos de Políticas para as Mulheres, totalizando 559”. No Brasil, ainda segundo a pesquisa, somente 70 cidades (1,3% do total) possuem casas-abrigo, com total de 77 casas de acolhimento. São ainda 37 municípios apenas que possuíam, em 2013, serviços de saúde especializados - com Curitiba sendo o terceiro em maior número (seis ao todo). Quanto às delegacias especializadas, foram levantadas 506 delegacias, sendo 381 Delegacias da Mulher e 125 Núcleos de Atendimento em delegacias comuns no Brasil. Desse total, conforme o IPEA, a maior parte está no Sudeste (217), seguida do Sul (95). (IPEA, 2015)

2.4.1 Casa da Mulher Brasileira

Um dos eixos do programa *Mulher, Viver sem Violência*, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), tem como objetivo

facilitar o acesso da mulher a equipamentos para o enfrentamento da violência doméstica, além do empoderamento da mulher e sua autonomia financeira. Já há duas Casas em funcionamento: a primeira em Campo Grande/MS e recentemente em Brasília/DF. A próxima que está prevista para entrar em funcionamento é a de Curitiba/PR, a partir do próximo ano (2016). Estão previstas casas apenas nas capitais, sem perspectivas de interiorização do serviço.

Em Curitiba, a Casa da Mulher Brasileira está em construção desde o mês de novembro de 2014. Ela será a única porta de entrada para as mulheres vítimas de violência doméstica nos serviços de atendimento às vítimas e no acolhimento a essas mulheres. Portanto, ela modificará o fluxo de atendimento na Casa-Abrigo para mulheres vítimas de violência, ampliará as estratégias de atendimento (incluindo novas alternativas de abrigamento para mulheres que estejam sob risco de morte) e redefinirá o perfil de usuárias a serem atendidas pelos serviços de abrigamento (p.e., as mulheres vítimas do tráfico de pessoas).

Serão aplicados R\$ 7,3 milhões pelo governo federal, em uma área construída de 3.118 metros quadrados, num terreno de aproximadamente 8 mil metros quadrados, no bairro Cabral, próximo ao terminal de ônibus. Ela terá capacidade de atender até 250 pessoas por dia e será dividida em setores com portas e janelas coloridas de acordo com a função. “Decidimos trazer as cores para dar um ar leve à realidade dura que será enfrentada ali”, comentou a arquiteta da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República Valéria Laval, uma das responsáveis pelo projeto. Valéria explica que as linhas arquitetônicas para todas as unidades seguem um padrão, mas serão adaptadas de acordo com as necessidades de cada local. “O material de qualidade contribui para um ambiente melhor tanto para quem usufrui dos serviços quanto para os trabalhadores”.

Serão onze equipamentos reunidos na Casa da Mulher Brasileira:

1 - Acolhimento e triagem: início dos atendimentos para outros serviços da casa (cor predominante: lilás, referência à luta feminista e presente nas cadeiras do prédio);

2 - Apoio psicossocial: atendimento continuado, feito por equipe multidisciplinar, ajuda a vítima a superar a violência e resgatar autoestima, autonomia e cidadania;

3 - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: objetiva a prevenção, proteção e investigação de crimes:

3.a. Parte da delegacia onde acontece o atendimento especializado e o registro das ocorrências (cor predominante: verde);

3.b. Área administrativa, sala de investigação, sala de reconhecimento de suspeito e duas celas provisórias que podem acomodar suspeitos por até 24 horas (cor predominante: azul);

4 - Ministério Público: a promotoria especializada promove a ação penal nos casos de violência contra a mulher e fiscaliza o funcionamento dos serviços da rede de atendimento (cor predominante: laranja);

5 - Juizado e vara especializada: busca o processo e julgamento das causas que envolvam a violência contra a mulher, com base na Lei Maria da Penha (cor predominante: laranja);

6 - Defensoria Pública: presta assistência jurídica à mulher, acompanha o andamento dos processos na Justiça e orienta a vítima sobre seus direitos (cor predominante: laranja);

7 - Promoção de autonomia econômica: é uma das portas de saída para a mulher acolhida, por meio de educação financeira, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

8 - Central de transportes: possibilita o deslocamento da mulher em situação de violência para os demais serviços da rede de atendimento;

9 - Brinquedoteca: para o acolhimento de crianças de 0 a 12 anos, filhas (os) das vítimas assistidas;

10 - *Casa de Passagem*: alojamento provisório onde mulheres e filhos em situação de vulnerabilidade ou risco iminente de morte por violência doméstica que não têm para onde ir (mas ainda não é o caso de ir para uma casa-abrigo) poderão permanecer por curtos períodos (24 - 48 horas), enquanto recebem apoio de uma equipe multidisciplinar até a saída do ciclo de violência.

11 - Atendimento de saúde: oferece serviços de urgência, psicossocial, acompanhamento médico. Nos casos de violência sexual, a contracepção de emergência e medicação para doenças sexualmente transmissíveis deve ser feita em até 72 horas após a violência sexual. (BRASIL, 2014)

2.4.2 Casa de Passagem Feminina e LBT

Desde março de 2015 funciona em Curitiba a Casa de Passagem Feminina e LBT (lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Com capacidade para 50 pessoas (número máximo de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais), atende a população que se identifica com o gênero feminino e que está em situação de rua. Não atende, entretanto, pessoas que estão em risco por causa da violência, o que exclui as mulheres que sofrem violência doméstica. Neste local, "as usuárias podem fazer a higiene pessoal, alimentação e ainda contam com o serviço de acolhimento noturno. Em simultâneo, as equipes buscam a recuperação dos vínculos familiares e o encaminhamento para outros serviços" (CURITIBA, 2015).

O surgimento de um abrigo específico para este público surgiu de um reordenamento de serviços da Fundação de Ação Social – FAS – para melhorar o atendimento ao público que está em risco social. Até 2013, segundo a prefeitura de Curitiba, o atendimento à população de rua era realizado apenas em um espaço, a Central de Resgate Social, com capacidade para cerca de 300 pessoas. Ou seja, todos os públicos ficavam em um só prédio. Agora o atendimento é diferenciado para públicos específicos em lugares menores.

Agora o atendimento, que antes era para quase 300 pessoas em um único lugar, acontece em espaços menores, mais aconchegantes e com uma equipe pronta para atuar com as especificidades de cada público. Nosso objetivo maior é proporcionar uma trajetória de saída para a população que se encontra em situação de rua. Para isso, estamos humanizando os nossos atendimentos através de um serviço personalizado, particularizado e especializado. Um espaço menor garante melhor acolhimento e respeito aos nossos usuários. (FRUET, 2015, em entrevista)

2.5 Assistência Social

No Brasil, a assistência social é regida pela Lei 8.742/1993. É definida, de acordo com o artigo 1º da lei, como direito do cidadão e dever do Estado. É a “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Além desta lei orgânica, a assistência social é regida também com base na Constituição de 1988. Entre os objetivos da assistência social, de acordo com o artigo 2º da lei, está a "proteção social", com a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção de riscos. (BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). "A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo,

composto pelo poder público e pela sociedade civil" (BRASIL). A LOAS não especifica programas de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, mas aponta algumas diretrizes de enfrentamento a vulnerabilidade social de famílias e indivíduos que vivam em situações de risco e violação de direitos. Entende-se com isso que esses programas, como um todo, também abrangem a mulher que é vítima de violência familiar.

O artigo 24-A fala do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif),

(...) que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993)

Além disso, o artigo 24-B da LOAS determina a instituição do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), semelhante ao Paif,

(...) que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, no CREAS, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos". (BRASIL, Lei nº 8.742, 7 de dezembro de 1993)

2.5.1 Fundação de Ação Social - FAS

A assistência social em Curitiba, que inclui o atendimento para a mulher em situação de violência doméstica, é regida pela Fundação de Ação Social (FAS), com o auxílio de outras secretarias municipais da prefeitura. A FAS é regida pelas normas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a Norma de Orientação Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A assistência social é dividida por complexidade em três níveis.

2.5.1.1 Serviços da Proteção Social Básica

Os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e as unidades de atendimento básico trabalham com famílias que estão em situação de vulnerabilidade mas que ainda tem os vínculos sociais e/ou familiares estabelecidos. O CRAS segue as diretrizes da LOAS que falam sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). É a principal porta de entrada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). “Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos”. (BRASIL, 2014)

2.5.1.2 Serviços da Proteção Social Especial – Média Complexidade

Os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) trabalham com famílias com vínculos familiares e sociais rompidos ou fragilizados na perspectiva da reconstrução desses vínculos e de inserção nos acolhimentos. Esses centros ofertam “serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.)”. Outras funções do CREAS abrangem a “acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro de seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos recursos para a superação da situação apresentada”. (BRASIL, 2014).

2.5.1.3 Serviços da Proteção Social Especial – Alta Complexidade

O Abrigamento ou Acolhimento Institucional, a última instância da assistência social, é a última possibilidade de atendimento, a última estratégia. A alta complexidade pode abranger: serviço de acolhimento institucional, serviço de acolhimento em república; serviço de acolhimento em família acolhedora; e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

2.5.1.3.1 Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência

O atendimento deve ser "personalizado, em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário", além de utilizar "equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local". O acolhimento é destinado a famílias e/ou às mulheres para que se garanta sua proteção integral. Segundo as Diretrizes Nacionais de Abrigamento para Mulheres em Situação de Risco e de Violência, as vítimas podem permanecer abrigadas de 90 a 180 dias. "A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, etnia, religião, gênero e orientação sexual". O ambiente para funcionamento do acolhimento deve possibilitar o desenvolvimento de relações familiares. As diretrizes que devem ser seguidas para se estruturar um abrigo neste caso deve ser:

1. Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto; 2. Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2011).

As Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de Risco e de Violência estabelecem que o acolhimento de mulheres, acompanhadas ou não de filhos, e que vivam em situação de risco de morte ou ameaças por causa da violência doméstica

(...) deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de co-gestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socio-assistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos e/ou dependentes quando estiverem sob sua responsabilidade. (BRASIL, 2011)

2.5.1.3.2 Fluxo do Acolhimento Institucional

Atualmente, a mulher em situação de risco por causa da violência doméstica passa por etapas antes do abrigamento. O primeiro contato com a mulher pode ser com Serviços não especializados ou especializados de atendimento à mulher, vinculados aos organismos de políticas para as mulheres da Justiça, Segurança Pública, Assistência Social e Saúde. De qualquer forma, ela será encaminhada para o CREAS (FAS) ou para o CR - Centro de Referência de Atendimento à Mulher, em horário comercial, ou diretamente para o plantão da Casa Abrigo, em horário extra-comercial. A vítima é avaliada por uma equipe, composta por profissionais como psicólogos e assistentes sociais, que a orienta a registrar a ocorrência na Polícia Civil e fala sobre as medidas protetivas. Nos casos de risco iminente de morte e sem família para ajudar, é tentada uma vaga para a mulher no abrigo.

O CREAS faz um relatório de toda a situação da mulher e dAs (os) filhas (os), e gera uma solicitação de abrigamento. Faz contato com a central de acolhimento do município, que é onde se gerenciam as vagas de todos os locais de acolhimento, sejam eles oficiais ou conveniados (a Casa de Maria é uma unidade oficial). A central faz então um contato com a Pousada de Maria e repassa todas as informações. É feita uma avaliação técnica (tenho ou não tenho vaga). A partir disso o CREAS traz a família a ser abrigada. De posse do BO e da medida protetiva, o pessoal do CREAS e a guarda municipal acompanham a vítima até a casa para retirada dos pertences quando ela for se mudar para a Pousada. (PELÁ, 2015, em entrevista)

O atendimento oferecido depende da demanda, da realidade com a qual as equipes responsáveis lidam. Se houver diferenciação do público, explica PELÁ, avalia-se um espaço para atender a esse novo público.

Atualmente Curitiba tem, para acolhimento de famílias, este espaço para mulheres vítimas de violência (estão tentando formalizar um novo convênio com outro espaço para fazer este tipo de acolhimento); e a Encontro com Deus, que possui dois espaços, um para mulheres adultas e outro para adolescentes com filhos. Os demais acolhimentos são pensados para um perfil mais limitado, por faixa etária e por sexo (de 0 a 5 anos em conjunto com o Pequeno Cidadão, e na faixa seguinte estaria em separado para meninos e para meninas). Essas casas surgem de acordo com a necessidade.

Recentemente se abriu uma casa para abrigar moradoras de rua e LBT (lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Havia essa população que buscava o serviço, mas que trazia essa questão de gênero e não podia ser abrigada em qualquer lugar que não fosse específico para ela. (PELÁ, 2015, em entrevista)

2.6 Histórico das Casas-Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica

As primeiras casas-abrigo do mundo surgiram na década de 1970 e foram resultado de iniciativas individuais ou de grupos que não eram ligados ao estado. Elas surgiram após intensa luta de movimentos feministas, em um contexto onde eram poucos os programas e recursos voltados ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, pois o Estado entendia esse tipo de violência como algo de caráter privado, no qual não deveria intervir.

Deste modo, as casas-abrigo foram fundadas como recursos comunitários, alternativos, que só passaram a contar com recursos públicos posteriormente. Eram mulheres se solidarizando com outras mulheres, realizando uma intervenção voltada ao atendimento de seus problemas e necessidades diante da situação de violência, na perspectiva de sua libertação. (ROCHA apud. BRASIL, 2011)

Os primeiros abrigos para mulheres foram criados na Inglaterra e nos Estados Unidos. O primeiro deles estava em Londres, foi criado entre 1971 e 1972 e era um serviço aberto e não-sigiloso. O primeiro com caráter sigiloso foi criado por grupos feministas na Inglaterra, após uma ruptura com o modelo do primeiro abrigo. Hoje são 300 deste novo tipo em todo o país. "16 casas-abrigo, em geral serviços não-governamentais, eram vistas como espaços democráticos, não-hierárquicos, voltados para o empoderamento e 'conscientização' das mulheres e tinham por base o conceito feminista da violência contra as mulheres como expressão do machismo e das desigualdades de gênero". (BRASIL, 2011)

Na década de 1980, ocorreu uma profissionalização das casas-abrigo, devido a incorporação dos projetos pelo Estado. Isso contribuiu para que a causa da violência contra a mulher fosse vista como política pública. Porém, algumas críticas surgiram,

como a "perda dos ideais feministas de emancipação e empoderamento, predomínio de uma visão assistencialista dos serviços, estrutura burocratizada e hierarquizada dos abrigos, e não-participação das mulheres nos processos decisórios referentes aos serviços". Na década de 1990, algumas críticas sobre o caráter sigiloso das casas-abrigo também foram feitas, "já que este aumenta o sentimento de isolamento, contribui para a invisibilidade do problema e desconsidera o potencial da comunidade como agente de segurança" além de tornar a casa estigmatizada. (BRASIL, 2011).

O Brasil teve a primeira casa-abrigo em 1986 na cidade de São Paulo. Outras casas-abrigo foram criadas na década de 1990 em São Paulo, Ceará e Distrito Federal. Em 2011, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), eram 70 casas-abrigo em todo o país. De acordo com a secretaria, onze estados possuíam apenas uma casa-abrigo, enquanto no Sudeste eram 25 serviços como esse e no Sul eram 12. A maioria dos serviços é governamental e sigiloso.

Em todo o Brasil, as unidades de acolhimento têm como característica a troca de lugares onde o serviço é oferecido. Isso ocorre por causa do conhecimento que a comunidade passa a ter do que funciona no local e que agressores podem identificar o local. No caso de Curitiba, se o agressor souber da localização do abrigo, aciona-se a Secretaria de Segurança Pública e a Guarda Municipal para que se cuide da casa. (PELÁ, 2015, em entrevista)

2.7 O Conceito de Abrigamento

O abrigamento da mulher em situação de risco ou ameaça de morte em virtude da violência doméstica e familiar (ou outros casos de violência, como o tráfico de mulheres) não se resume a uma casa de acolhimento. O serviço demanda de uma gama de outros serviços, programas e benefícios para que o abrigamento seja acolhedor e de recuperação da vítima. Essa rede de assistência deve priorizar "o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar".

Conforme consta nas Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Risco e de Violência,

vale ressaltar que toda e qualquer possibilidade de abrigamento requer o acompanhamento da mulher por um serviço especializado da rede de

atendimento e a articulação com a segurança pública, por se tratar de situações nas quais a mulher necessita de proteção especial e de casos nos quais a possibilidade de apoio da rede primária encontra-se comprometida em função da situação de violência. Além disso, na maioria das vezes, a necessidade de abrigo ocorre num contexto no qual os recursos disponíveis na rede de atendimento já se encontram reduzidos e/ou esgotados. (BRASIL, 2011)

O texto das diretrizes ainda cita outras possibilidades de abrigo, ditas como “novas formas” de abrigo. Entre elas estão o abrigo temporário de curta duração/ “casa de passagem”, albergues, benefícios eventuais e consórcios de abrigo.

2.8 Casa, Abrigo e Lar

O início da arquitetura está ligado às primeiras construções que o homem primitivo fez para se proteger das intempéries do tempo. É o que se pode entender do texto *Casa e lar: a essência da arquitetura*, de MIGUEL (2002), quando ele fala dos conceitos e usos de cabana, casa, lar e abrigo. Ao citar como possivelmente surgiram essas cabanas, o autor mostra o conceito de abrigo como forma de proteger o ser humano contra perigos. Esses perigos, por sua vez, ficariam fora de um limite escolhido pelo homem primitivo para obter um local mais aconchegante e seguro com as pessoas que estão a sua volta.

Eis aqui o primeiro passo; para atenuar tal desamparo, um homem elege duas árvores jovens e próximas, trepa numa delas e auxiliado por um ramo terminado em forquilha atrai o segundo tronco e o liga fortemente ao primeiro mediante uma atadura de juncos. A família contempla o processo maravilhada e após a indicação do homem pré-histórico, o grupo, armado de estacas, corre em busca de troncos mais finos, que sob a direção do acidental arquiteto são colocadas em torno do abrigo, formando um círculo na base e unindo suas extremidades superiores, unidas às árvores guias. Os interstícios serão preenchidos com uma trama de juncos, ramos e grandes folhas, sendo recobertas com barro todo o conjunto. (VIOLLET-LE-DUC apud MIGUEL, 2002)

Partindo dessa conceituação, segue-se com a explicação histórica e conceituação do autor sobre o que é uma casa. Em linhas gerais, ele explica que a casa é uma edificação precedida historicamente pela cabana, e que tem como objetivo separar o público do privado, além de também trazer segurança aos habitantes deste espaço restrito contra perigos de fora. Neste caso, ao contrário da cabana primitiva, é construída dentro de um contexto de sociedade complexa e, em alguns casos, urbanizada. Segundo ele, a ideia da primeira casa, arquétipo e origem, está presente no pensamento dos arquitetos modernos tanto como no dos tratadistas e teóricos da arquitetura de todos os tempos.

Eis aqui o princípio e a própria essência da casa. Sempre vista como refúgio familiar, abrigo de homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados, família e indivíduo, a casa pode ser vista como um microcosmo privado sempre em confronto com um setor público, seja ele uma aldeia ou metrópole. A casa necessita de paredes e cercas para imaginar-se uma existência não ameaçada. É ela quem dá ao homem seu sítio sobre a terra. A casa é, simbolicamente, um castelo, uma fortaleza, um lugar de defesa contra as agressões externas como um local de descanso e prazer. (MIGUEL, 2002)

Vitruvio (séc. I a.c.) foi o primeiro a procurar a essência da casa, situando no descobrimento do fogo a origem da sociedade humana, e com ela, a origem da atividade construtora do homem. Para ele, o fogo é o elemento protoarquitetônico a partir do qual a arquitetura nasceu como mito, rito e consciência. Para Françoise Choay (1925 -), numa outra ponta da história, o mito de origem da construção está também diretamente associado ao fogo. Para ela, a cabana primitiva e o fogo primitivo revelaram-se inseparáveis. A arquitetura nasceu, para a humanidade, da associação da casa e do fogo.

O sol e o fogo, criados para o fomento natural, fazem mais segura a vida. [...] Com o fogo surgiram entre os homens as reuniões, as assembleias e a vida em comum, que cada vez ficaram mais concorridas num mesmo lugar e assim, de um modo diferente dos outros animais, os homens receberam da Natureza o privilégio de andar erguidos e não inclinados e a atitude de fazer com grande facilidade, com suas mãos e órgãos de seu corpo, tudo aquilo que se propunham. (VITRUVIO apud. MIGUEL, 2002)

Frank Lloyd Wright (1867-1959) considera a casa como a origem do refúgio, um abrigo no qual o ser humano encontra amparo ou se retira, como se fosse uma cova, para proteger-se da chuva, do vento e da luminosidade intensa. Nesse pequeno espaço ele pode recolher-se e sentir-se em segurança completa, tal como um animal em sua toca.

Já Le Corbusier (1887-1965) dá à essência da casa o mesmo princípio dos templos: a estrutura da tenda do ser humano primitivo descreve um retângulo cujos quatro ângulos são iguais. Ele apresenta o selvagem ideal como o ser humano que

[...] ao se deter numa determinada planície, decide que aquele é um bom lugar para sua morada. Escolhe uma clareira no bosque, corta as árvores que necessita, aplaina o terreno e abre um caminho até o assentamento de seus companheiros da tribo que acabara de deixar. (LE CORBUSIER apud. MIGUEL, 2002)

O lar, por sua vez, tem sua definição confundida com casa, conforme explica o autor. Porém, há grande diferença, mesmo que a casa seja usada como lar. A casa seria o objeto material, com paredes e todo o tipo de artifício para que se garanta a proteção contra o que vem de fora. Tem valor para venda, locação. O lar tem um valor mais emotivo, de troca de experiências familiares.

O lar é uma condição complexa que integra memórias, imagens, passado e presente, sendo um complexo de ritos pessoais e rotinas quotidianas que constitui o reflexo de seus habitantes, aí incluídos seus sonhos, esperanças e dramas. Ao entendermos a casa como a terceira pele individual, o lar é a pele coletiva, a que integra, protege e une todos os integrantes do ramo familiar ao redor de um foco centralizado, o focus, o fogo ardente, símbolo espiritual da união e da integração. (MIGUEL, 2002)

Observa-se que há uma simbiose entre esses conceitos, importante neste trabalho de construção da casa-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica. Se a casa-abrigo pretende garantir acolhimento e recuperação da vítima em um lugar seguro, longe de perigos que ela vivenciou, deve ser ao mesmo tempo uma casa (terceira pele, que separe o público do privado), um abrigo (contra intempéries, perigos de fora, um local de segurança) e um lar (para a recuperação, restabelecer vínculos familiares).

3 ESTUDOS DE CASO

3.1 Casa-Abrigo KWIECO (*Projeto Selecionado*)

Localização: Moshi, Tanzânia.

Arquitetura: Hollmén Reuter Sandman.

Arquitetos responsáveis: Saija Hollmén, Jenni Reuter e Helena Sandman.

Engenheiro Estrutural: Larissa e Mike Leach, GMP Engeneering.

Contratante: Prajesh Chauhan, Rocktronic Ltd.

Área: 423 m².

Ano do projeto: 2015.



Fotografia 1. FONTE: Juha Ilonen.

A Organização de Consultoria e Intercâmbio de Informações das Mulheres de Kilimanjaro – KWIECO – foi fundada em 1987. Ela dá conselhos de aspectos legais, sociais, econômicos e de saúde para as mulheres. Assim como no resto da África, as mulheres de Kilimanjaro são altamente vulneráveis a violações de seus direitos à vida, à liberdade e à segurança. Violência contra as mulheres é permitida por atitudes sociais e culturais; a lei não é capaz de fornecer garantias adequadas contra a violência, nem é capaz de promover atitudes favoráveis ao gozo das mulheres sobre seus direitos fundamentais. (ARCHDAILY)



Fotografia 2. FONTE: Juha Ilonen.

A KWIECO esboçou o conceito para desenvolver o projeto de uma Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência. Juntamente com a ONG Ukumbi, apresentou o projeto para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, e foi premiada com fundos para a criação das operações necessárias para a primeira fase (infra-estrutura). O tempo de conclusão para a construção da primeira fase era maio deste ano. Ukumbi e KWIECO estão atualmente tentando angariar fundos para a segunda e última fase do projeto. (ARCHDAILY)

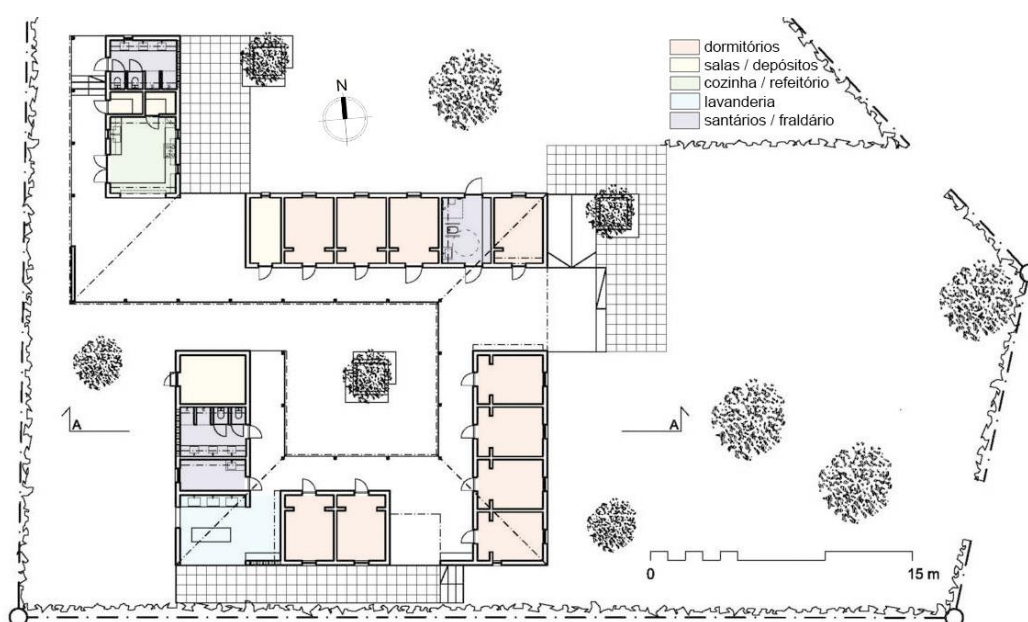


Figura 1. Planta do único pavimento, sem escala. FONTE: Adaptado de Archdaily.

A arquitetura da Casa Abrigo respeita a cultura local e hierarquia espacial. Energias renováveis, materiais, mão-de-obra e know-how locais foram utilizados, bem como o planejamento participativo, para garantir que os usuários tenham um senso de propriedade sobre o abrigo. O abrigo conta com dez quartos individuais (para 10 famílias), dois sanitários, um sanitário para PNE, um fraldário, uma cozinha refeitório, um espaço de lavanderia, 4 salas / depósitos variados, um pátio interno e 3 espaços externos, garagem e um vasto terreno com vegetação local natural. O programa se desenvolve em torno de um pátio interno devido às condições climáticas (calor e humidade, ventos fortes). As estruturas da cobertura e das caixas d'água são metálicas, os pisos em cimento queimado, vedações em alvenaria com garrafas translúcidas de vidro colorido e esquadrias de madeira e palha. As mulheres e crianças convivem e circulam livremente e parece não haver um controle absoluto de acesso, a não ser pelo portão e pelas grades que circundam a propriedade.



Fotografias 3. FONTE: Juha Ilonen.

A relevância deste projeto para a pesquisa está no caráter público da instituição filantrópica, que surgiu de um esforço privado para a assistência social, assemelhando-se a atual Casa Abrigo de Curitiba. Além disso, ambas possuem áreas construídas aproximadas: a de Curitiba 350 m², e esta 423 m², e estão inseridas no contexto de uma sociedade machista, com poucos recursos para a construção. As diferenças estão principalmente no programa: no abrigo KWIECO há mais quartos (áreas privativas) e muito mais espaço de terreno, espaços abertos e arborizados, e na Pousada de Maria, mais áreas comuns e mais funções agregadas, como a oficina e sala de jogos. Também encontramos-nos num estágio legislativo mais avançado quanto à proteção da mulher, o que por um lado faz com que a violência considerada corriqueira na África, aqui já seja denunciada.

3.2 HSC – Centro de Serviços para Desabrigados (Projeto Premiado)

Localização: San Luis Obispo, California.

Arquitetura: Gwynne Pugh Urban Design Studio, garcia architecture + design.

Desenvolvedor: Community Action Partnership of San Luis Obispo County – CAPSLO.

Área: aprox. 2500 m².

Ano do projeto: 2011.



Figura 2. Perspectivas internas e externa. FONTE: Gwynne Pugh Urban Studio e garcia architecture + design.

Os estúdios Gwynne Pugh Urban Studio e garcia architecture + design foram selecionados a partir de um conjunto de outras dezesseis empresas para projetar um novo abrigo para desabrigados em San Luis Obispo, California, EUA. Desde 1997, há dois abrigos que prestam serviços para a comunidade sem-teto na cidade. No entanto, quando o conselho da cidade ofereceu um local para o abrigo, determinou-se que um novo centro consolidado seria capaz de operar muito mais eficientemente, 24 horas por dia. O projeto do novo Centro de Serviços para Desabrigados – HSC – passou da fase de projeto mas não foi construído, entretanto, ele já foi premiado. (ARCHDAILY)

As áreas a desconsiderar na análise das plantas são devido a esse abrigo ser de uso misto (homens e mulheres), o que não vem ao caso, e conter serviços agregados de saúde que extrapolam a alçada do acolhimento da assistência social.



Figura 3. Planta do pavimento térreo, sem escala. FONTE: Adaptado de Archdaily.

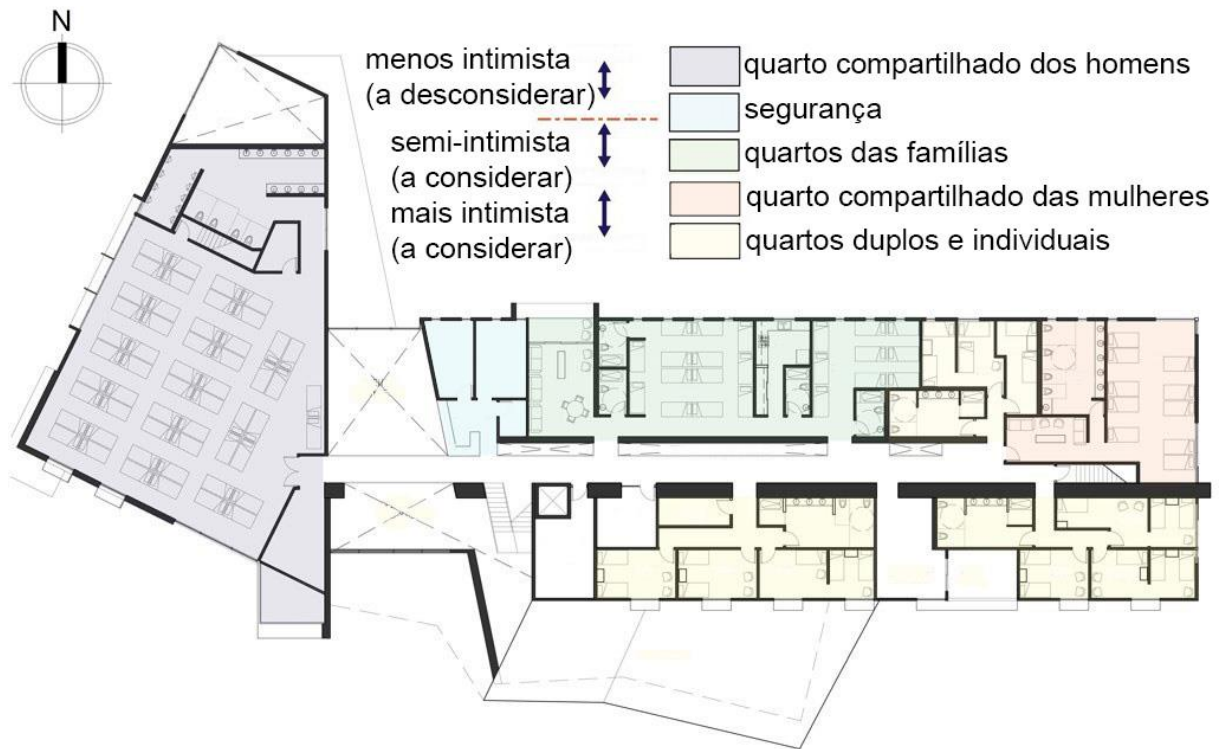


Figura 4. Planta do primeiro pavimento, sem escala. FONTE: Adaptado de Archdaily.

O novo centro irá incluir uma multiplicidade de espaços que variam de quartos comunitários, áreas de serviços do dia-a-dia, espaços de cozinha e negócios da comunidade, escritórios, áreas de saúde médica e mental, e dormitórios. O projeto está estruturado em torno de uma parede central que orienta a organização da programação e distribuição de serviços conforme as direções cardeais. A segurança dos espaços aumenta das áreas públicas localizadas no oeste para as áreas mais intimistas e privadas no lado leste do edifício. Uma linguagem semelhante é empregada quando os espaços se tornam mais informais à medida que se desloca de norte a sul dentro do edifício. A parte sul do edifício é caracterizada por uma atmosfera pública porosa com múltiplas conexões exteriores, enquanto o norte volta-se para dentro, compartimentada em resposta às suas funções privadas. (ARCHDAILY)

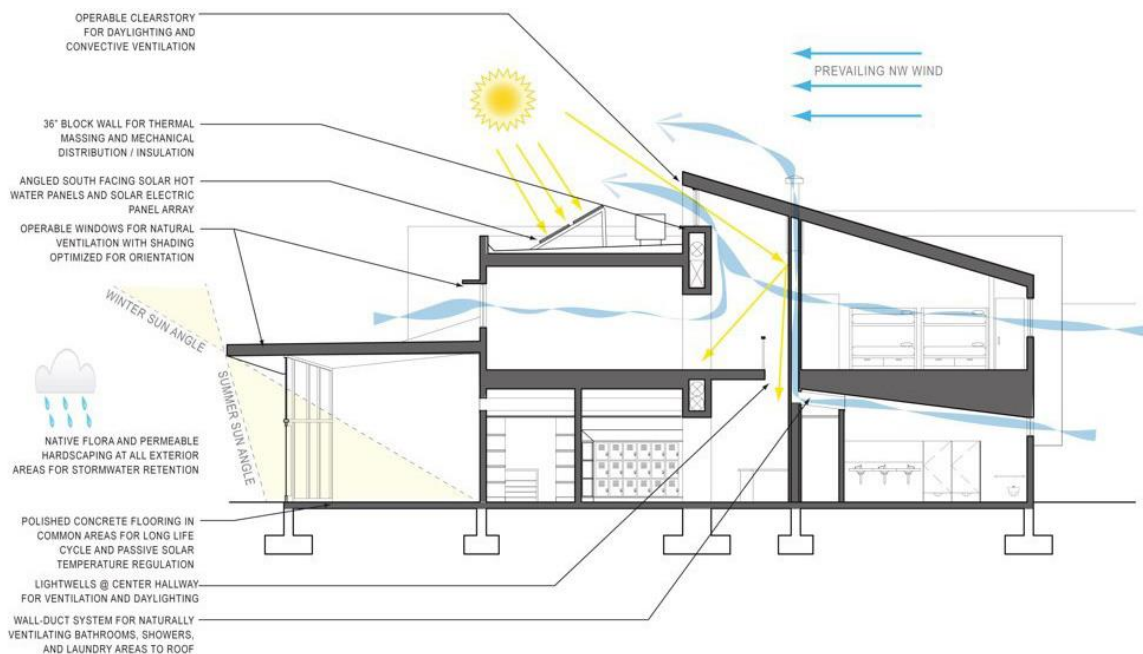


Figura 5. Corte das estratégias de conforto ambiental, sistema estrutural e materiais adotados (em inglês).
 FONTE: Gwynne Pugh Urban Studio e garcia architecture + design. Disponível no Archdaily.

A relevância desse projeto para a pesquisa se dá pela escala da arquitetura, que deverá se aproximar do projeto a ser desenvolvido para Curitiba. Esse abrigo possui aprox. 2500m², área similar à estimada para o abrigo curitibano. O programa de necessidades a ser seguido também se aproxima do desse abrigo uma vez que, excetuando-se deste as áreas para homens, restam 53 leitos que são exclusivos para mulheres e famílias, próximo ao valor máximo admitido aqui de 50 leitos. Além disso, o conceito de hierarquia de privacidade dos espaços, do mais público ao mais privado, também pode conduzir o partido arquitetônico de uma casa-abrigo para mulheres.

3.3 Pousada de Maria (*Projeto Local*)



Fotografia 4: Fachada principal do edifício, cujo endereço não pode ser revelado. FONTE: Acervo do autor.

A Pousada de Maria é a atual e única casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em Curitiba, Paraná. É uma unidade oficial da Fundação de Ação Social (FAS) da Prefeitura Municipal. Nela são atendidas mulheres acima de 16 anos até 60 anos incompletos, acompanhadas ou não dos seus filhos menores de idade (meninas de até 18 anos incompletos e meninos de até 12 anos) em caráter protetivo e transitório, em absoluto sigilo de endereço e identidade, para garantir aparo integral à mulher que se encontra com seus direitos violados ou ameaçados por motivo de violência, abandono, maus tratos, negligência, ou outros, com quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário.

Essa casa abrigo, fundada em 1993, foi gerenciada até 2001 por uma entidade social, o Lar Batista Esperança. A partir de 2002 a FAS assumiu a coordenação e reorganizou o trabalho. Em 2006, a casa se mudou para a atual sede. O acesso da mulher vítima de violência à Pousada de Maria se dá por meio de: Poder Judiciário, Polícia, Vara da Família, Conselho Municipal da Condição Feminina, Conselhos Tutelares, Unidades e Núcleos Regionais de saúde e pela Central de Resgate Social (CREAS). Para encaminhar a mulher à casa abrigo é imprescindível que ela formalize uma denúncia na Delegacia da Mulher através de um boletim de ocorrência. Este procedimento favorece a aplicação da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha –, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A maioria das mulheres atendidas na Pousada de Maria no período de 1993 a 2007 eram empregadas domésticas de meia idade, solteiras, casadas ou amasiadas, com ensino fundamental incompleto, vítimas de violência física, praticada principalmente pelos companheiros. O desejo de permanecer com a família foi um dos principais motivos apontados para o convívio com a violência. Os programas da rede de apoio social tiveram forte influência para as mulheres que conseguiram romper com essa situação, que as encaminhou à Pousada de Maria. Verificou-se também que havia uma expectativa dessas mulheres de inserção social por meio da obtenção de emprego e moradia ao sair da Pousada. (FEGADOLI, 2009).

ANO	ATENDIMENTOS A MULHERES	ATENDIMENTOS AOS FILHOS
2007	75	155
2008	78	157
2009	59	109
2010	46	77
2011	45	81
2012	69	106
2013	77	106
2014	84	103
TOTAL	533	894
TOTAL SOMATÓRIO DE ATENDIMENTOS		1427

Tabela 1. Estatística (número) de mulheres atendidas na Pousada de Maria e dos filhos que as acompanharam, por ano, a partir de 2007. FONTE: Central de Vagas FAS, 2015.

Os dados acima apresentados são complementares aos dados coletados de 1993 a 2006 (FEGADOLI, 2009) que contam 811 atendimentos a mulheres nesse período, na média de 58 atendimentos anuais, desconsiderando as (os) filhas (os). De acordo com a Central de Vagas da FAS, de 2007 a 2014, houve a média de 67 atendimentos anuais a mulheres e de 112 às (aos) filhas (os) que as acompanharam, totalizando 15 atendimentos mensais no período, considerando-se as (os) filhas (os). Pode-se constatar que houve um aumento médio de 9 atendimentos anuais a mulheres nos últimos 8 anos. Tal fato pode ter decorrido de dois marcos ocorridos no ano de 2006: o primeiro é a transferência da instituição para a atual sede e a ampliação do atendimento, em março; o segundo, a promulgação da Lei 11.340 – Maria da Penha – instituindo medidas protetivas às mulheres, em agosto daquele ano.

Na Pousada de Maria as vítimas são atendidas por uma equipe multiprofissional. Essa equipe é composta por coordenadora, assistente social, terapeuta ocupacional, psicóloga, educadoras sociais e equipe administrativa. Os únicos homens da equipe que trabalha na casa são os motoristas. Quando as vítimas necessitam dos serviços de profissionais de saúde, são encaminhadas às unidades de referência através do Sistema Único de Saúde (SUS). A casa tem capacidade para abrigar aproximadamente 20 pessoas. Dividida em dois pavimentos, possui 350m² de área construída, e contém: um hall de entrada/salão de eventos, cozinha, refeitório, lavanderia, sanitários e área administrativa no pavimento térreo; quatro quartos e apenas dois sanitários no primeiro pavimento para uso das abrigadas.



Fotografias 5. Pátio no recuo frontal, com roupas e calçados das abrigadas e seus filhos. Em números, há mais atendimentos a crianças e adolescentes do que a mulheres na Pousada de Maria. FONTE: Acervo do autor.

3.3.1 Entrevista

15/05/2015

A.: Aloisio Formighieri Junior - autor do presente trabalho.

M.: Mônica Camila de Moura Pinheiro PELÁ - Coordenadora da Pousada de Maria.

A.: Fale sobre a Pousada (Casa) de Maria, conte um pouco do histórico daqui.

M.: Estou há quase 1 ano e meio aqui. Havia uma família que trabalhava atendendo a população carente. A matrona da família era assistente social. Eles faziam atendimentos sociais na igreja que é próxima. Então idealizaram um espaço para atendimento de saúde, e começaram a construir esta casa. Mas os familiares acabaram falecendo e a obra ficou parada. Então a prefeitura assumiu o local, finalizou a obra e aproveitou o espaço para atender a mulheres vítimas de violência doméstica.

Essa instituição já existia há algum tempo, e só se mudou para cá. O primeiro serviço que funcionou aqui foi esse, mas este lugar não foi pensado para isso. Cada sala tem estrutura de pia etc. para enfermarias. Há funcionárias que trabalham há 11 anos, mas a pousada está neste espaço desde 2006. A gestão da Casa de Maria é municipal. O Fundo Municipal de Assistência é o que banca a casa. Desde a manutenção da estrutura até a alimentação das abrigadas, a gestora é a FAS. A Pousada de Maria não responde diretamente, mas é reconhecida perante a Secretaria da Mulher (fruto da gestão Gustavo Fruet) e perante a Secretaria de Políticas Públicas para Mulher do Governo Federal – SPM – (respondendo a questionários anualmente sobre o atendimento da casa para fins de atualização de dados).

A.: *Quais podem ser as razões para as mulheres acabarem vindo para cá?*

M.: Iniciou-se uma demanda de atendimento às mulheres, assim como houve a demanda pela legislação, que só aconteceu pela luta de gênero, ao buscar que isso fosse visto pela justiça. Entretanto, esses fatos sempre existiram. Ao fazer uma pesquisa sobre atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, podemos fazer um paralelo com o atendimento despendido em Portugal, a nação colonizadora do nosso país. Na construção da nossa sociedade, trazemos esses traços de uma outra população, de uma outra cultura. A violência contra a mulher não é algo que surgiu espontaneamente, ela vem desde sempre. Historicamente na sociedade, as mulheres são consideradas de certa forma inferiores numa relação. Na formalização dos direitos, não eram consideradas cidadãs, portanto não votavam, embora fossem a maioria da população. Então esse tipo de violência é uma questão histórico-cultural, fruto de uma sociedade machista. Isso é sentido de formas diferentes seja aqui ou no nordeste do país. Tanto por isso eu, que sou nordestina, fui chamada para dirigir esta casa aqui no Sul, por conta dessa visão diferenciada que tenho da questão, apesar da minha pequena experiência. O que se pode notar é que o machismo é algo cultural, e não de gênero, que mesmo a mulher perpetua nos próprios filhos: de que o menino é o “homem da casa”, de que tem que saber se impor, enquanto a menina tem que ser submissa, saber fazer comida, organizar uma casa. Isso senti na minha própria casa, pois convivi com os meus avós, que são ainda de uma outra geração na qual essa questão era ainda mais forte. Atualmente a violência contra a mulher está chegando a extremos, ou pelo menos está ficando mais visível. Mulheres estão sendo mortas aos milhares.

A.: *Piraquara, aqui na região metropolitana de Curitiba, é o município com o segundo maior índice de assassinatos de mulheres no Brasil (IPEA 2012). Sabe se há uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica ali? Como é feito o atendimento das mulheres na região metropolitana?*

M.: Até onde tenho notícias, não¹. Mas não sei dizer com certeza. Sei que há uma casa de referência em Colombo, outra em Pinhais. Mas pelo que eu (não) soube, não há. É raro acontecer atendimento de mulheres da RMC aqui, alguns municípios fazem parte da rede de atendimento, outros não, e eu não sei dizer como funciona nesses municípios. Aqui atendemos mulheres do município de Curitiba, pois é uma estrutura do poder municipal, então cada município tem que pensar a sua estratégia de atendimento.

A.: *A alta taxa de assassinato teria relação direta com o tráfico de drogas e indireta com a violência doméstica?*

M.: É preciso ser feita uma avaliação. Embora não haja estatísticas, existem mulheres que sofrem violência doméstica por traficantes. Então inicialmente não estaria ligado diretamente ao uso ou ao tráfico de drogas. Mas já tivemos casos de atendimentos de mulheres cujos companheiros eram traficantes ou envolvidos com o tráfico. É uma leitura de caso a caso. A morte de uma mulher não está ligada necessariamente a violência doméstica, pode estar ligada a diversas questões outras. Tomando as estatísticas de morte por questões de gênero, as mulheres sim sofreram maior número de assassinatos que homens. Duas violências que estão ligadas são a violência de gênero e a violência doméstica, esta geralmente derivando daquela. Tanto mulheres em situação de rua quanto mulheres domésticas sofrem violência de gênero. A diferença no atendimento é que aquela é levada à Casa de Passagem, e esta é trazida para a Casa Abrigo.

A.: *Sobre o perfil da mulher que vem para cá. Ela é curitibana ou da região metropolitana, de todos os estratos sociais ou uma classe predomina?*

¹ De acordo com dados do site do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS – Piraquara conta com abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Entretanto, Colombo não, de acordo com o MDS.

M.: Eu posso te falar sobre o perfil socioeconômico de uma maneira geral. Não por que fazemos poucos atendimentos à classe social mais privilegiada, mas esses casos muitas vezes não podem ser divulgados, ou a mulher acaba não buscando esse tipo de atendimento. O que se sabe são os casos pontuais de mulheres que buscaram o serviço e que não é uma classe que está isenta da violência doméstica. O que acontece é um mascaramento por questão de status, ou das aparências de que nada aconteceu.... Já na classe social menos abastada, é uma questão corriqueira que as pessoas não têm por que esconder, e acaba sendo mais comentado e divulgado. Então já tivemos sim atendimento de mulheres das diferentes classes de Curitiba, e um caso de fora. Nos primeiros dias as mulheres nunca saem desacompanhadas. Depois disso, é feita uma avaliação. Dependendo da proximidade com a sua casa, ela nunca pode sair desacompanhada. Caso seja distante do local, ela pode sair sozinha.

A.: *Como você dimensionaria socialmente a estrutura da casa? A partir do perfil das mulheres, da atual demanda e do serviço que é oferecido, qual seria a casa ideal?*

M: Nosso limite de atendimento é de 20 pessoas, mas recentemente chegamos a atender 29 pessoas simultaneamente. Isso porque não levamos em conta apenas as mulheres, mas também os seus filhos. Já chegamos a atender três famílias por quarto. Sempre recebemos mães com um filho, o normal é ter de dois a três filhos, mas já tivemos casos de mães com quatro e de até com sete filhos! De acordo com a Tipificação (Nacional do Serviços Socioassistenciais), o ideal seria atender até quatro pessoas ou uma família por quarto. Os filhos podem ser meninas de até 18 anos incompletos e meninos de até 12 anos. Isso porque aqui se acolhem duas ou três famílias em conjunto no mesmo quarto. E não temos um espaço ecumênico, apesar de ser uma “Casa de Maria”, respeitamos a opção religiosa de cada pessoa.

A: *Qual é o atual número de funcionárias?*

M: Atualmente contamos com doze educadores sociais divididos em quatro plantões de três educadores (12h/36h) entrando e saindo às 7h e às 19h; duas cozinheiras terceirizadas; duas faxineiras terceirizadas; um motorista da unidade terceirizado (10h-18h); uma diretora (assistente social); uma administrativa e uma administrativa operacional (organização e apoio técnico). O total de postos de trabalho então é de 20 pessoas, na razão de 1/1 funcionárias/abrigadas. Não há guardas na casa, então a proximidade com a segurança é importante.

A: *Qual é o programa desta casa? Que ambientes ela reúne?*

M: Ela parece maior do que realmente é. No térreo, todas as salas são pequenas: na sequência desde o hall em sentido anti-horário temos: sala do administrativo; sala da coordenadora; sala do apoio técnico; sala da beleza (que é um espaço para as mulheres se arrumarem para uma entrevista de emprego etc.); sala das educadoras (onde há armários para guardarem coisas e uma mesa para o horário de descanso); na sala vizinha estamos montando um berçário para ficarmos com os bebês (crianças que não conseguimos inserir em creches, ficamos cuidado enquanto as mães saem para trabalhar); sala de rouparia (cama, mesa e banho, roupas, calçados e brinquedos, tudo recebido de doações para as mulheres e crianças usarem na casa); banheiro de cadeirantes; sala técnica (impressora, telefone e objetos emergência para as mulheres e crianças: sabonetes, fraldas etc.); almoxarifado de alimentos secos; sala de eventos (conjugada ao hall); cozinha; refeitório coletivo (em frente à cozinha, não se come nos quartos); almoxarifado da casa (um refrigerador e itens para casa. Tudo o que usamos aqui é padronizado, então como recebemos doações de enxovais, doamos para as mulheres quando elas saem da unidade); banheiro para o motorista; lavanderia (três máquinas domésticas de lavar e uma secadora); almoxarifado de limpeza; Espaços externos: casa de gás; nicho para freezers; dispensa de hortifrúti; garagem (onde colocamos varais para estenderem as roupas). No primeiro pavimento temos: quatro quartos; um banheiro de uso coletivo (apenas dois chuveiros); dois sanitários (três vasos); brinquedoteca; sala de TV; fraldário; sala de medicamentos (onde administramos medicações apenas com receita médica, intermediada por uma educadora, para que as crianças não tenham acesso); e sala de atividades e oficinas. Os locais de convivência são: sala de TV, sala de atividades e brinquedoteca, além dos quatro quartos (o que não é o ideal).

A: *Se houvesse mais espaço, mais mulheres viriam para cá?*

M: Sim, mais mulheres seriam atendidas com mais qualidade. Ontem, p.e. (quinta-feira), havia uma feira diante da unidade. A comunidade já sabe o que funciona aqui, tanto que houve mulheres que sofreram violência doméstica pelas proximidades e bateram à porta da casa pedindo atendimento. Desde o final do ano passado temos observado um aumento do número de mulheres que procuram este serviço, e em virtude disso que temos pensado na incapacidade desse espaço físico de atender a esse aumento que está ocorrendo, e por isso, em mudarmos para um novo espaço.

(Sinos da igreja próxima tocam). Isso que dá a elas uma noção de horário, pois aqui elas ficam sem celulares, computadores e internet. Quando precisam se comunicar, elas podem utilizar o telefone que temos da instituição, ao que é feito uma avaliação.

A: *Você conhece exemplos de outras casas no Paraná, Brasil ou mundo?*

M: Conhecer pessoalmente, não. Uma das que tive contato é na Paraíba em João Pessoa, dei uma olhada em como eles pensam a unidade, a organizam. Ela está ligada mais diretamente à Secretaria de Segurança Pública. Lá, a mulher é conduzida sempre por uma viatura policial. O importante é a casa ter o ideal dentro da política da assistência social. Porque se fazemos vinculações ou parcerias de outra política, estaremos extrapolando o atendimento. A Casa da Mulher Brasileira, p.e., vai ter um apoio à microempreendedora. Qualificação profissional não fazemos num espaço de assistência social, pois é prerrogativa da Secretaria do Trabalho. O acolhimento deve tangenciar apenas as questões básicas do cotidiano das mulheres e o fortalecimento dos vínculos.

A: *Como é feito o desligamento de uma mulher da unidade? Quanto tempo em média elas permanecem na casa?*

M: O tempo de permanência na unidade é definido em reunião de elaboração do Plano Individual/Familiar de Atendimento, da qual participam a mulher, um representante da unidade e um técnico de referência do Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Nesta reunião são avaliadas as necessidades de atendimento desta mulher e tempo médio dos encaminhamentos necessários. A média de tempo que elas permanecem gira em torno de *três meses*, no entanto, existe variação caso a caso, observando que a qualquer momento esta mulher pode solicitar o desligamento da unidade, assim seja seu desejo. A reconciliação não acontece aqui. Elas mal recebem visitas dos parentes, apesar que depois de uma avaliação podem vir a receber. Mas em geral as visitas são marcadas em algum lugar que não seja a casa. Quando uma mulher decide que irá retornar ao lar ou quer reconciliar-se (isso acontece bastante – de 70 a 80% dos casos), o companheiro é consultado se quer recebê-la também, e em caso positivo, ela é desligada da instituição.

--/--

4. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

4.1 Pousada (Casa) de Maria

O estudo de caso da única e oficial casa abrigo de Curitiba é o mais conclusivo, uma vez que revela a realidade das abrigadas e a futura demanda de abrigamento na cidade. Na visita realizada pelo autor (autorizado pela FAS), ela parecia uma bela casa, à primeira vista. Porém no decorrer, muitos problemas vieram à tona: a cozinha da unidade não possui janela, sendo iluminada e ventilada unicamente por uma porta de vidro; a casa não tem acessibilidade no segundo pavimento, que é onde estão os quartos e sanitários; estes, por sua vez, precisam de manutenção toda semana pois não suportam a demanda; os quartos (em número de quatro) abrigam mais de uma família por vez e até seis pessoas por quarto, o que extrapola o ideal ditado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que determina que uma família de até quatro pessoas ocupe um quarto; entre outros problemas, como as extensões de usos irregulares no terreno, pois há impossibilidade da expansão dos serviços de atendimento neste lugar.

O objetivo da Casa de Maria é a “reinserção da mulher ao convívio familiar e social, com seu companheiro ou não, refazendo sua história com os filhos, participando e interagindo na comunidade” (FAS). Porém, do momento em que as mulheres se tornam abrigadas, com vínculos sociais que já estão fragilizados ou a ponto de se romper, sofrem ainda pelo isolamento a que serão submetidas: não tem acesso à internet (atualmente a inserção social acontece muitas vezes via virtual), e acesso limitado ao telefone (controlado por meio de uma avaliação caso a caso). Quanto à reinserção no convívio familiar, torna-se difícil para uma mulher sozinha fazê-lo, uma vez que está em “isolamento”, e para uma mãe ter momentos sozinha com suas (eus) filhas (os), pois os quartos não proporcionam a privacidade necessária e a intimidade indispensável nesse momento. Frente a isso, e diante das declarações da coordenadora: “estamos tentando formalizar um novo convênio com outro espaço para fazer este tipo de acolhimento” (PELÁ, 2015, em entrevista), faz-se necessário haver um projeto arquitetônico de uma nova Casa Abrigo para Curitiba. Apenas apresentando-se um projeto é que poderão ser feitas parcerias com a FAS para concorrer à captação de verbas.



*Fotografias 6. Fotos que revelam problemas arquitetônicos, de acessibilidade e manutenção na Casa de Maria.
FONTE: Acervo do autor.*

4.2 Perspectivas de atendimento às mulheres em Curitiba

A rede de acolhimento para mulheres em Curitiba e na Região Metropolitana pode expandir em breve. A perspectiva ocorre por causa da construção da Casa da Mulher Brasileira e da futura elaboração do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que será feito com base no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Com a criação do Conselho Municipal para a Mulher, que vai atender aos dispositivos legais da lei municipal (ou seja, do plano municipal), e através das representatividades dos operadores das políticas públicas para as mulheres, das organizações não-governamentais e de movimentos de mulheres, serão viabilizadas políticas públicas que garantam os direitos humanos para as mulheres. (Central de Vagas FAS, 2015)

5. ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARA ABRIGOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica – WSCADV

Construindo Dignidade - EUA

PROJECT STRATEGIES FOR DOMESTIC VIOLENCE SHELTERS

Washington State Coalition Against Domestic Violence – WSCADV

Building Dignity – EUA

O Construindo Dignidade explora estratégias de design para habitações de emergência de violência doméstica. As ideias do projeto devem refletir o compromisso de criar ambientes acolhedores e acessíveis, que ajudam a capacitar as sobreviventes e seus filhos. (Re) construir a dignidade é a essência de um abrigo. Aliás, *Building Dignity* é um trocadilho: pode tanto ser “Construindo Dignidade” quanto “Edifício Dignidade”.

No Estado de Washington (EUA), vítimas de violência doméstica e suas famílias podem passar entre uma semana e três meses em abrigos de emergência antes de se mudar para alojamento transitório ou permanente, onde podem geralmente permanecem de seis a 18 meses. A maioria dos programas privados de violência doméstica tem como objetivo capacitar os sobreviventes e ajudá-los a recuperar uma vida familiar estável não-violenta. As instalações devem oferecer segurança para várias famílias com necessidades variadas, além de apoiar o processo de superação da violência doméstica de cada indivíduo, o que é extremamente desafiador.

A Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica (WSCADV) trabalha em colaboração com programas de violência doméstica em todo estado de Washington para pensar criativamente sobre como gerenciar os muitos aspectos do trabalho. Aprender com suas experiências permite ir além e avançar em direção às aspirações por um mundo em que cada relacionamento é determinado pelo amor e respeito um pelo outro e pela integridade de cada um.

Em 2006, os primórdios do projeto Construindo Dignidade saíram de observações do uso de regras para tentar controlar o comportamento dentro de abrigos de violência doméstica. O WSCADV iniciou uma série de conversas com advogados em todos os EUA sobre como e por que existem tantas regras. A maioria das regras são tentativas de abordar as preocupações de segurança ou os esforços para resolver problemas resultantes de várias famílias que vivem em habitação

compartilhada. Enquanto as intenções são boas, há longas listas de regras para tratar os sintomas no lugar de resolver as causas subjacentes e, finalmente, entrar no caminho de defesa, centrado na sobrevivente. Ambientes movidos a regras são difíceis para os sobreviventes, aumentando o stress em um momento já difícil em suas vidas. O WSCADV começou a ajudar programas de abrigo no estado de Washington a repensarem as suas regras, desenvolvendo programas de treinamento e materiais educativos.

Em 2009, uma pequena concessão da fundação WSCADV permitiu explorar as seguintes questões por meio de entrevistas e grupos focais:

- Como a construção do abrigo influencia nas regras, políticas e práticas?
- Qual é a avaliação das vítimas de violência doméstica e os seus filhos sobre as instalações, e o que lhes é mais desafiador?
- Como os espaços do programa de violência doméstica podem contribuir com as visões e missões de forma mais eficaz?

Em 2011, a WSCADV fez um pedido de assistência através do website *The 1%* e, após um processo de seleção, Mahlum, que é uma empresa de arquitetura focada em comunidades da região do Noroeste do Pacífico nos Estados Unidos, comprometeu-se a participar no site e optaram por doar seu tempo e talentos para a WSCADV. A empresa e a fundação sintetizaram juntas informações de grupos focais, entrevistas e oficinas de design participativo com vítimas de violência doméstica. Com a experiência arquitetônica da Mahlum, identificaram as implicações de design que a WSCADV tinha aprendido com sobreviventes e advogados.

Em 2012, o programa Construindo Dignidade se mostrou como um resultado de uma colaboração entre a fundação do estado de Washington e a empresa de arquitetura. Programas de habitação de violência doméstica podem moldar o ambiente construído para refletir a sua missão e valores. Design inteligente pode ajudar a capacitar as mulheres, apoiar as necessidades de seus filhos, facilitar a superação da violência familiar, satisfazendo as necessidades de auto-determinação, segurança e conexão para as famílias que foram vítimas da violência doméstica. Ele pode ajudar os sobreviventes a reconstruir um sentido de dignidade e permitir ao pessoal técnico se concentrar em fornecer uma defesa aos sobreviventes. (WSCADV)

O Construindo Dignidade servira neste projeto como uma referência importante na concepção e construção da nova Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica de Curitiba. Os construtores, mantenedores e demais envolvidos são

encorajados a explorar o website do Construindo Dignidade buscando discutir com o arquiteto as ideias que possam ser relevantes para o projeto, desde a seleção de uma cor de tinta até a consideração de um novo local para o abrigo futuro. As informações disponibilizadas no website são de domínio público e gratuitas, portanto, abaixo seguem algumas das estratégias de projeto para abrigos de violência doméstica, transcritas e adaptadas para o projeto da Casa em questão. Elas seguem uma lógica de critérios: *Empoderar* – fazer com que a mulher tome as próprias decisões, recuperando a autonomia e a dignidade corroída pelo abuso; *Segurança* – a sensação de proteção e bem-estar; *(Re) conectar* – apoio comunitário e (re) conexão com a sociedade para quebrar o isolamento do abuso; *Maternidade* – supervisão e oportunidades de ligação com as crianças; *Harmonizar* – minimização de conflitos e regras.

5.1 Design do Local

A localização da estrutura, o acesso a instituições públicas e a orientação para o meio ambiente são todas escolhas do programa a se fazer quando se está começando a projetar. Programas já existentes no local podem ser maximizados através de paisagismo e do uso cuidadoso do espaço, proporcionando às moradoras tomarem suas decisões, recuperando a autonomia e a dignidade corroída pelo abuso. Deve-se avaliar a capacidade do bairro, pois a relação da casa com o entorno apoiará a independência das moradoras em recuperar oportunidades econômicas e conexões sociais.

Quando da construção de um novo abrigo ou da avaliação de um edifício existente como um abrigo potencial, é importante considerar as seguintes questões: será que os moradores poderão acessar facilmente o transporte público? Mantimentos? Serviços de saúde? Instalações educacionais e de lazer? É área amigável de pedestres e de ciclistas? Será que o bairro é seguro, especialmente para mulheres que andam com crianças? Será que as moradoras poderão acessar os recursos nas proximidades? Se não, o local terá como oferecer espaço suficiente para acomodar esses recursos dentro do terreno?



Figura 6. Plano esquemático de situação ideal da Casa Abrigo e o entorno imediato.

FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

- Criar um ambiente acolhedor

A superação da violência é facilitada quando as pessoas se sentem reconhecidas e bem-vindas. É importante usar cores, imagens e referências que são culturalmente relevantes para as pessoas a que o programa serve.

- Acesso a natureza promove o bem-estar

Espaço ao ar livre oferece oportunidades para reflexão, conexão com crianças, privacidade e atividade saudável. O acesso a natureza e um solário podem fornecer efeitos curativos sobre a recuperação de um trauma.

- Jardins podem oferecer consolo.

Jardins de cura podem facilitar sessões de terapia da arte, sessões de trabalho em grupo exterior. Jardins também oferecem um ponto de ligação com outros programas comunitários, tais como os programas de educação ambiental. Ao mesmo tempo, o muro do jardim pode criar um espaço exterior protegido e assim servir como local para recreio das crianças.

- Considerar um espaço interior e exterior para animais de estimação.

Sair de casa em condições vulneráveis e sem um animal de estimação não é uma opção para muitas mulheres vítimas de violência doméstica. Deixar para trás um animal de estimação sabendo que ele pode sofrer com a violência por parte do agressor que ficou em casa pode agravar o trauma para crianças e adultos. Cada vez mais, programas de violência doméstica abrem espaço para animais de estimação e isso tem sido extremamente positivo. Quando o proprietário está em casa, os cães podem estar no canil com acesso ao exterior.

- Considerar o clima ao projetar.

Localizando janelas, árvores e áreas em vidro no que diz respeito ao clima local para evitar o brilho e superaquecimento irá garantir que as contas de energia sejam mantidas baixas e as residentes fiquem confortáveis. Um bom design de iluminação natural também leva a um menor uso de energia e a um ambiente mais positivo. Fornecer ventiladores de teto e janelas que se abrem contribui tanto para o conforto das moradoras quanto para seu sentimento de controle sobre seu próprio espaço. Colocar áreas de lazer ao ar livre para que elas recebam a luz ideal na maior parte do dia. Entradas do abrigo podem ser protegidas de neve, chuva e ventos, localizando-as com cuidado, e criando uma cobertura sobre elas.

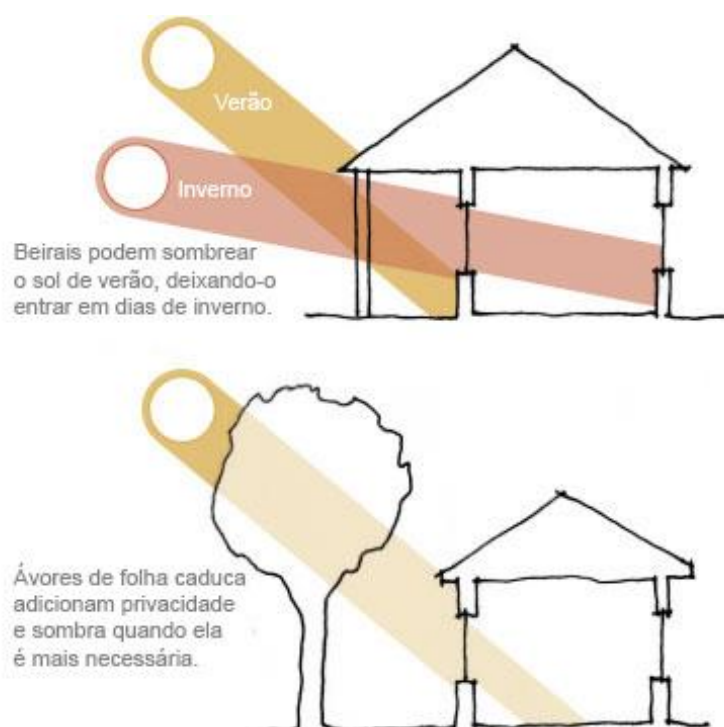


Figura 7. Esquemas de sombreamento e paisagismo ideais. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

- A sensação de segurança e bem-estar.

Criar um ambiente seguro com limites claramente definidos entre o abrigo e a comunidade do entorno é algo que se deve levar em conta. A visibilidade limitada para o interior a partir do lado exterior público protege a privacidade das moradoras. Espaços de jogo ao ar livre protegidos para as crianças, visíveis a partir de espaços comuns e unidades individuais de onde as mães possam ver as crianças. Outro dado importante é a iluminação exterior em temporizadores para estender as oportunidades de uso de espaços ao ar livre à noite.

- Acesso controlado permite às residentes ir e vir livremente e em segurança.

As estratégias incluem: *keycards*, porta-chaves, câmeras de perímetro e entrada. Acesso controlado pode dispensar políticas de toque de recolher. Acesso por *keycards* é mais seguro do que o acesso com chave e mais flexível do que o acesso monitorado por equipe. As sobreviventes apreciam o uso de câmeras para garantir a sua segurança, mas precisa ser deixado claro que a intenção do uso de câmeras é a segurança, não a monitoração do comportamento das moradoras. (WSCADV)

- Telas visuais para proteger a confidencialidade.

As moradoras podem se sentir mais seguras quando estão escondidas dos olhos do público. Mesmo quando uma comunidade sabe onde um abrigo é, uma cerca obscurecida por uma sebe densa ajuda a manter a confidencialidade da identidade das residentes no abrigo.

- Permitir níveis variados de acesso nas zonas públicas.

Uma sala de reunião da comunidade aberta ao público pode ser usada por residentes para se reunir com familiares e amigos, grupos comunitários de acolhimento para reuniões, e/ou fornecer um local para aulas ou *workshops*. Da mesma forma, um espaço de encontro ao ar livre que pode ser usado para eventos públicos: sem comprometer a segurança da residente, pode-se convidar os membros da comunidade a se envolver no cumprimento da missão do abrigo.

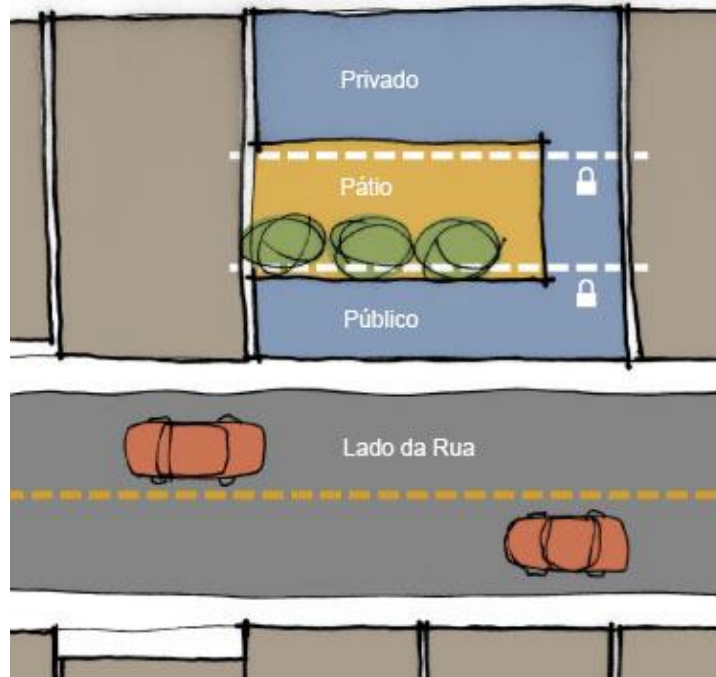


Figura 8. Esquema de escala de privacidade da Casa Abrigo. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

Proteger a confidencialidade do indivíduo nem sempre requer um local secreto. Enquanto muitos programas de violência doméstica têm tradicionalmente invocado locais “secrets” como estratégia para manter o abrigo seguro, é mais difícil manter em segredo um local agora do que era anos atrás, por causa da facilidade de acesso a informação atualmente. Dispositivos com GPS e as capacidades dos programas de internet desafiam o garantia do sigilo. Em resposta, alguns programas se concentram na segurança e confidencialidade do indivíduo embora reconhecendo que os locais físicos possam ser conhecidos. Estes programas têm percebido que largar o “local secreto” abriu novos caminhos para suas comunidades apoiarem tanto o programa quanto as sobrevivente. (WSCADV)

- A arte pode ser uma ponte para a comunidade e uma expressão da cultura.

A arte pode comunicar e afirmar o valor dos serviços prestados e da população a ser servida. A concepção e as obras de arte de todo um edifício deve refletir as tradições da comunidade, a cultura e o caráter das pessoas a que serve.

- Parceiros da organização local para criar e manter espaços ao ar livre.

Convidar organizações locais e voluntários para patrocinar e manter espaços verdes, jardins e parques infantis na propriedade do abrigo é uma estratégia para alcançar espaços ao ar livre de alta qualidade. Ela também ajuda a obter da comunidade um investimento no bem-estar das moradoras do abrigo.

- Facilitar às mães supervisionar os seus filhos.

Empregar estratégias de design que permitam às mães supervisionar os seus filhos sem estar no mesmo espaço físico. Linhas de visão claras entre a cozinha e o espaço exterior ou entre unidades individuais e o exterior, integrar bancos e lugares confortáveis para adultos se sentarem ao lado de espaços de jogo ao ar livre, permitem às mães preparar as refeições, aprender, falar com um advogado, etc., enquanto seus filhos brincam, leem ou estudam.

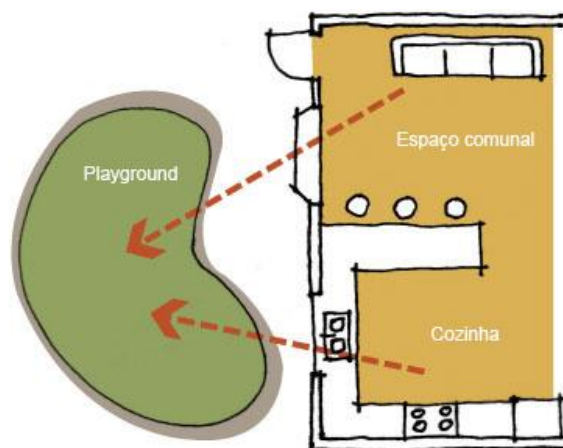


Figura 9. Esquema de vigilância para as mães. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

- Incentivos para as crianças a explorar fora.

Uma pista de skate é mais atraente para as crianças que montam bicicletas, skates ou patins do que apenas um pátio de concreto como área de lazer. Há dois tipos de intervenções que são especialmente eficazes para as crianças que estão experimentando a cura para um trauma: experiências de movimento proposital e profundas ligações com o mundo natural. (WSCADV)

- Minimização de conflitos e regras.

Uma gama de diferentes áreas acomoda atividades variadas e grupos etários. Marcação no solo, mudanças de material e outras ferramentas podem ser usadas para diferenciar áreas de jogo, esporte, jardinagem, ou reunião de adultos. Equilibrar a necessidade de espaços de grupos maiores e os de uma ou duas pessoas para se sentar em um banco e ler, falar ao telefone e conviver.

- Facilitar o uso ao longo do ano de espaços exteriores.

Proteção contra as intempéries permite o uso de espaços exteriores ao longo do ano. Dependendo do clima local, áreas protegidas fornecem proteção em estações mais frias e / ou úmidas e áreas sombreadas permitem uso em estações mais quentes.

- Acomodar fumantes, além de minimizar o seu impacto sobre os outros.

Áreas abrigadas para fumantes facilitam o contato social para fumantes. Não localizar a área de fumantes perto de aberturas incluindo portas, janelas e entradas mecânicas. Considerar as brisas prevalecentes quando localizar locais para fumantes. Isso é importante para reseitar as outras pessoas que não fumam.

5.2 Espaço Comum

Espaços comuns funcionais, confortáveis e acolhedores criam um contexto para a interação, tornam a maternidade mais fácil e minimizam conflitos entre moradoras. Espaços intuitivos e fáceis de usar permitem aos programas reduzirem o tempo gasto na aplicação de regras e se concentrarem em seu trabalho. Espaços compartilhados devem servir para pessoas de várias idades e com uma variedade de necessidades.

- Acesso visual em todo o edifício consolida a autonomia.

Escolher quando e com quem interagir é um componente essencial de autodeterminação. Moradoras apreciam a capacidade de ver quem está em um espaço comum antes de entrar nele. Janelas ou recortes de interiores e linhas de visão aberta podem fazer isso. Ao mesmo tempo, o acesso visual claro dá suporte a pessoas que são surdas ou com audição prejudicada que usam linguagem gestual para se comunicar.

- Facilitar o encontro do caminho.

Um ambiente fácil de navegar é particularmente importante para as pessoas que são ansiosas, que estejam deprimidas ou em alguma crise. Limpar o caminho ajuda as pessoas com problemas de memória de curto prazo ou outros desafios cognitivos (que não são incomuns para as sobreviventes que sofreram lesões cerebrais traumáticas de agressões físicas). As crianças também apreciam cores vivas e imagens em seu nível de vista que podem ajudá-los a permanecer orientadas e servem como pontos de referência. Diferenciar áreas do edifício com cor e figuras, considerando as necessidades dos usuários com diferentes níveis de mobilidade. A comunicação visual deve ser fácil de ler, incluir braille e integrar pictogramas (não apenas palavras).

- Espaços tranquilos, sem contar os quartos das residentes, aumentam opções de privacidade.

Pela necessidade de mais privacidade para as moradoras do abrigo, deve haver uma segunda sala de estar designada como uma sala silenciosa, sem televisão, sem som, apenas móveis confortáveis. Um “quarto tranquilo” foi identificado como o espaço favorito por quase todos os adultos e crianças em abrigos. (WSCADV)

- Alcovas permitem às residentes se retirar de situações de grupo de maior dimensão.

As crianças em particular, mas também adultos, amam assentos na janela, alcovas e outros espaços periféricos que lhes permitam criar seu próprio espaço, e, ao mesmo tempo, estar ligado ao maior espaço, o comunal.

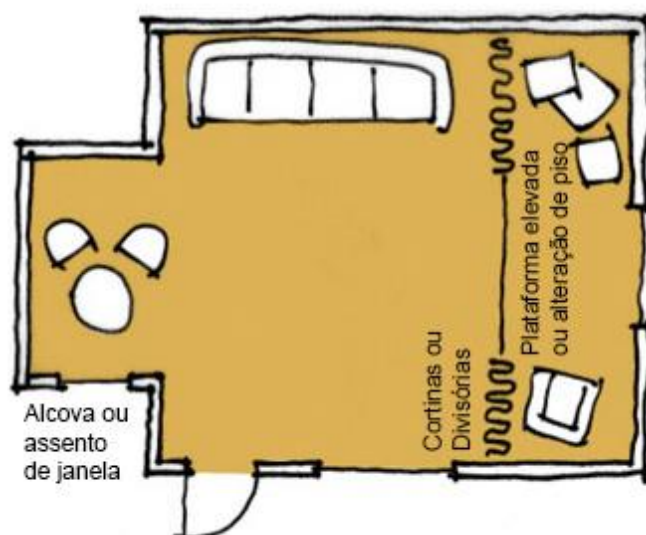


Figura 10. Estratégias de ambientação íntima. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

A importância da lavanderia não pode ser diminuída. As residentes dos abrigos são mais propensas a ter filhos mais novos e famílias maiores, portanto as suas necessidades de lavanderia estão acima da média. Deve-se supor que cada adulto lavará roupas uma a duas vezes por dia. Lavanderia em subsolos ou garagens representam desafios para as moradoras com problemas de mobilidade ou lesões, ou para residentes que são obrigadas a levar seus filhos junto sempre que se deslocam pelo edifício. Outra observação a ser feita é que se a lavanderia é distante dos quartos, supervisionar as crianças enquanto se lavam as roupas torna-se um desafio. Para a sustentabilidade do programa, máquinas de lavar roupa devem ser eficientes do ponto de vista do consumo de água e energia.

- Bibliotecas e recantos de informação permitem às mulheres terem acesso a livros e informações para adultos e crianças em relativa privacidade.
- Flexibilidade dentro de espaços comuns estimula e incentiva uma variedade de usos.

Incorporando ferramentas, tais como armazenamento móvel e móveis leves, mas resistentes, incentiva e capacita moradores e funcionários a reconfigurar e transformar o espaço para apoiar as suas necessidades. A cor, a posição dos móveis e tapetes, e a iluminação podem ser usadas para criar limites dentro de um quarto maior, ao invés de criar várias salas menores que em última análise limitam a flexibilidade no futuro. Quando o espaço vivo é comum (ou seja, uma sala de estar comum) usar móveis para criar utilização flexível do espaço. Mães e filhas (os) precisam de espaços aconchegantes relativamente livres de distração para se conectar, afagar, ler ou jogar um jogo. Ao invés de ter cada assento orientado para um ponto focal central, pequenos agrupamentos de assentos podem fazer mais sentido. No entanto, se o mobiliário é facilmente removível, áreas comuns podem ser transformadas em espaço para reunião de grupo de apoio ou conversa de adultos.

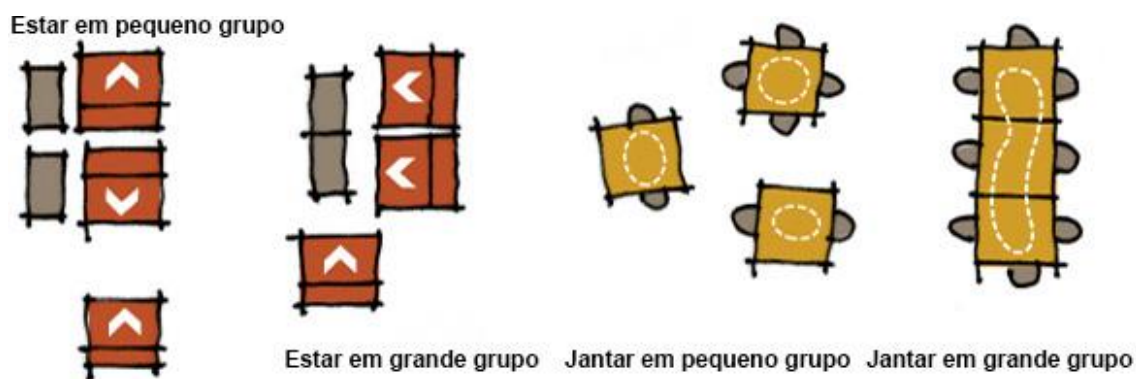


Figura 11. Esquema do mobiliário flexível para grupos diferentes. FONTE: Adaptado de Building Dignity.

- Estratégias de mobilidade interna no abrigo.

Populações de abrigos geralmente incluem pessoas com lesões, problemas nas costas e problemas de equilíbrio. As moradoras, muitas vezes, transportam crianças e bebês. Escadas com espelho de 18 centímetros e piso de 28 centímetros são geralmente considerados aceitáveis. Espelhos mais rasos e degraus mais profundos proporcionam deslocamentos mais confortáveis. Sempre que possível, prever pelo menos um patamar entre os andares, com não mais de 9 espelhos entre os níveis. Corrimãos contínuos ajudam as moradoras com ferimentos devido à violência,

deficiência física, ou que sejam obesas, a se deslocar com mais segurança entre níveis e andares da construção. Incluir corrimãos com altura para crianças e para adultos permite que as crianças usem as escadas com segurança. Os corrimãos devem estar disponíveis em ambos os lados das escadas, porque as pessoas que tenham paralisia ou falta de força em um lado de seu corpo podem precisar usá-los indo tanto para cima quanto para baixo. Em edifícios de vários andares, elevadores são ideais porque eles aumentam a acessibilidade e a facilidade de uso.

Luz abundante e vistas para o ar livre promovem o bem-estar. A posição dos quartos, janelas e clarabóias maximizam a luz natural e aumentam as vistas de recursos naturais, como jardins e árvores. Localizar janelas estrategicamente em todo o edifício proporciona uma sensação de conexão entre o interior e o exterior, ao mesmo tempo que preserva o sentimento de segurança. Persianas ajustáveis fornecem controle da mulher sobre a luz e a transparência. Enquanto a conexão visual para o exterior é a cura, demasiado acesso visual entre o abrigo e o público pode ser desconfortável para alguém que está em perigo ou em recuperação de trauma.

- Espaços de reuniões públicas devem permitir conexões com a comunidade.

Espaços comuns concebidos para serem acessíveis para indivíduos e grupos da comunidade, sem comprometer a segurança dos moradores, podem abrir novas oportunidades para a aprendizagem e apoio. Os membros da comunidade podem vir para o abrigo para ensinar habilidades tais como carpintaria, culinária, ou habilidades empreendedoras. Abrigos têm encontrado membros da comunidade que se contentam em trazer suas habilidades e conhecimentos para as moradoras do abrigo quando existe um espaço para fazê-lo. Como resultado, eles foram capazes de oferecer aos seus moradores mais recursos sem aumentar o seu financiamento.

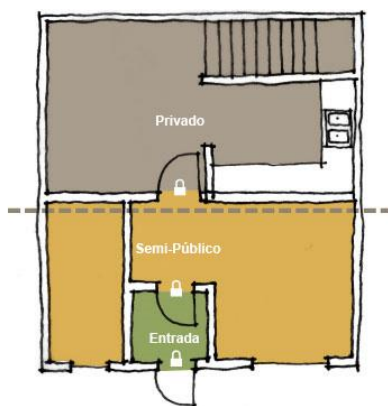


Figura 12. Esquema de hierarquia de privacidade. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

A WSCADV auxiliava na construção novo programas de habitação transitória quando concluiu que o sigilo estava trabalhando contra a agências em termos de construção de relacionamentos necessários para servir melhor aos sobreviventes. O novo edifício tem que ter uma sala de reunião da comunidade, mas em um lugar seguro para os sobreviventes. Ele é usado por moradores para se reunir com a família e amigos, grupos de apoio e aulas, além de outras organizações. P.e., um programa de negócios para mulheres, oferecendo treinamento sobre como iniciar um pequeno negócio². As pessoas vão no edifício para uma variedade de razões, reduzindo, assim, o estigma da casa, e proporcionam cobertura para as sobreviventes que vão lá buscando serviços.

- Espaços privados coletivos permitem que os residentes se reúnam.

Espaços comuns devem ser conscientemente planejados quando o modelo habitacional é de unidades ou de apartamentos individuais. Deve-se considerar que tipo de espaços comuns são desejados por residentes e beneficiá-los (geralmente, os moradores preferem não compartilhar uma casa de banho, p.e.). Que tipo de espaços são mais úteis se compartilhados e quais são melhores privados? Edifícios com unidades individuais podem incluir espaços comuns em cada andar de um prédio de apartamentos para permitir aos residentes a oportunidade de se reunir como uma unidade familiar ou para socializar e dar apoio uns aos outros sem sacrificar a privacidade (ou seja, as suas próprias unidades). Espaços para grupos de apoio e festas de aniversário são avaliados pela equipe e moradores.



Figura 13. No Plaza Apartments, um empreendimento de quartos acessíveis em São Francisco (EUA), cada morador tem seu próprio apartamento e se beneficia de salas de espera compartilhadas, lavanderia e deck.” (WSCADV). Pavimento Tipo, sem escada. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

² Este serviço será ofertado na Casa da Mulher Brasileira, portanto, não há necessidade de ser ofertado na Casa Abrigo, uma vez que não compete à Assistência Social, mas se busca a sinergia com a Secretaria do Trabalho.

- Uma cozinha industrial, garagem, oficina e / ou área de trabalho de computador podem significar opções de renda para as residentes.

Moradoras que cozinham, costuram, criam artesanatos para vender, ou oferecem um serviço que requer acesso ao computador e internet beneficiam-se economicamente quando as ferramentas e espaços para esses empreendimentos econômicos estão disponíveis.

É importante permitir que as mães vigiem os seus filhos sem estar no mesmo espaço físico. A visibilidade permite o acesso das crianças para brincar enquanto a mãe está ocupada, mas também dá suporte de forma apropriada à autonomia desenvolvida pelas crianças. Conexões visuais importantes a serem consideradas no ambiente:

- a. Entre cozinha e espaços comuns adjacentes;
 - b. Entre cozinha e espaço exterior;
 - c. Entre os espaços comuns interiores e ao ar livre do *playground*;
 - d. Entre quartos e lavanderia.
- Espaços íntimos para apoiar as necessidades das crianças.

Espaços multi-uso acolhedores livres de distrações, como as áreas de estudo e recantos de leitura, incentivam as crianças a se concentrarem, conectarem com a mãe, seguirem seus interesses, a ler, fazer trabalhos de casa, a desenhar, brincar e imaginar. O desempenho escolar está vinculado à resiliência em crianças. A maioria das crianças em idade escolar terá lição de casa, que deve ser realizada com a ajuda dos pais. Áreas que são tranquilas, incentivando o foco, ajudam uma mãe a realizar mais facilmente as tarefas de casa. As noites são horários de pico para as famílias. Estas tarefas fundamentais para os pais são realizadas entre a 16h e 21h para a maioria das famílias: ajudar com a lição de casa; fazer, comer, e em seguida, lavar as louças do jantar; rotinas de ninar incluindo banho, escovar os dentes, e ler histórias. Espaços para cozinhar, comer, estudar e casas de banho podem precisar para acomodar todas essas atividades para todas as famílias simultaneamente.

- Espaços separados para adolescentes completarem a lição de casa, passarem algum tempo sozinhas, conectarem-se com amigos através de sites de telefone ou de redes sociais, ou ter uma conversa privada com a mãe.

Enquanto a maioria dos programas de estar integram um espaço para as crianças pequenas, as necessidades específicas dos adolescentes também podem ser acomodadas em uma pequena sala reservada como uma "sala de adolescente",

que pode incluir mesa de escritório, acesso à Internet, televisão e música. O desafio de espaços privados para os adolescentes é reduzido quando as famílias têm apartamentos ou unidades individuais.

- Mobiliário flexível suporta vários tipos de atividades e grupos etários.

P.e., mesas menores podem ser unidas para jantar ou separadas para atividades de artesanato. Móveis *child friendly*, como mesas ovais ou redondas (sem cantos vivos) e materiais duráveis ajudam a diminuir a preocupação das mães com as suas crianças de se machucarem ou danificarem uma propriedade da casa. Mobiliário que proporciona uma sensação de conforto e controle é importante para qualquer pessoa ao lidar com o estresse e a ansiedade. Fornecer mobiliário que atende às necessidades de uma variedade de pessoas e habilidades, p.e.: cadeiras com braços que acomodam as pessoas que são muito pesadas, que tem deficiência, ou lesões que tornam difícil o ato de se levantar sem algo em que se segurar. A "cadeira e meia" fornece um lugar confortável para as pessoas maiores, bem como afaga mãe-filha (o). Cadeiras de balanço são terapêuticas auto-calmantes e importantes na relação mãe-filha (o). Uma combinação de assentos individuais e sofás dá à residente a opção de escolher sentar-se sozinha ou com outras pessoas.

- Áreas de lazer ou alcovas para crianças além do espaço da sala de estar permitem às crianças gastarem energia sem se intrometerem no espaço de outros moradores. Alcovas podem ser criadas com mobiliário, cortinas, marcações no solo ou transições.
- Controle acústico: áreas ruidosas de alto estímulo separadas.

Em um ambiente compartilhado, minimizar o ruído proporciona privacidade e uma sensação de paz. Espaços com muito barulho tornam difícil às residentes se concentrarem, às famílias se envolverem em atividades tranquilas, às crianças se concentrarem na lição de casa, e aos moradores dormir. Vedação do chão à estrutura das paredes e teto acústico ajudam a evitar a transferência de ruído entre quartos e reforçar a privacidade. Portas sólidas e silenciadores, vedação e calafetagem, tudo pode ajudar com o controle sonoro. Máquinas de som acústicas ou máquinas de ruído branco são uma outra ferramenta eficaz para ajudar as pessoas com bloqueando ruídos externos. Estes dispositivos portáteis podem ser ligados e deslocados quando necessário. Localizar espaços de atividades comunitárias longe de áreas de baixo estímulo ou zonas tranquilas – tais como quartos – permite que as atividades ocorram sem incomodar os outros, e sem a necessidade de regras.

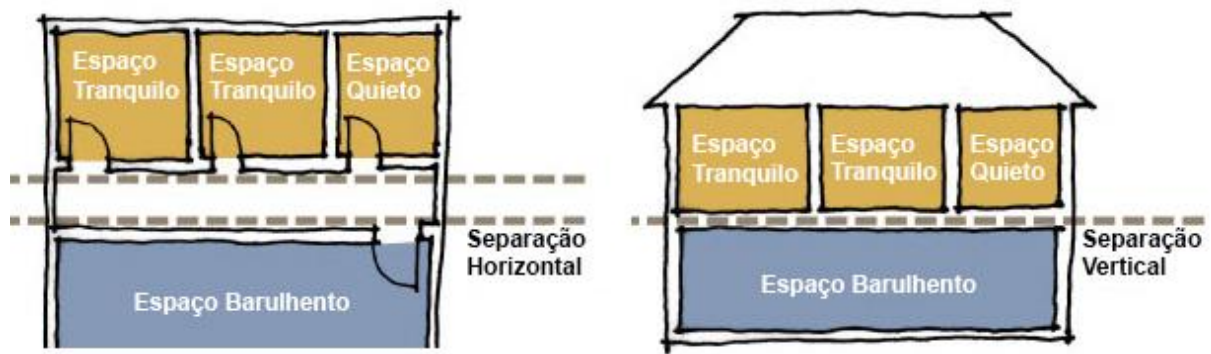


Figura 14. Esquema de separação de áreas barulhentas de áreas tranquilas. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

- Banheiros amplos reduzem o stress e aumentam a dignidade.

Banheiros particulares ou em número generoso, porém compartilhados, são situações que suportam rotinas parentais de manhã e à noite, na hora de mandar as crianças para a escola e na hora de dormir. O ideal seria que cada família tivesse seu banheiro. Quando isso não é possível (como em uma residência convertida em abrigo) devem-se priorizar mais banheiros em uma reforma pois vão aumentar a qualidade de vida. Sempre que possível, mais do que um banheiro deve ser acessível, pois mais do que uma pessoa da casa ao mesmo tempo pode ter algum tipo de lesão ou deficiência.

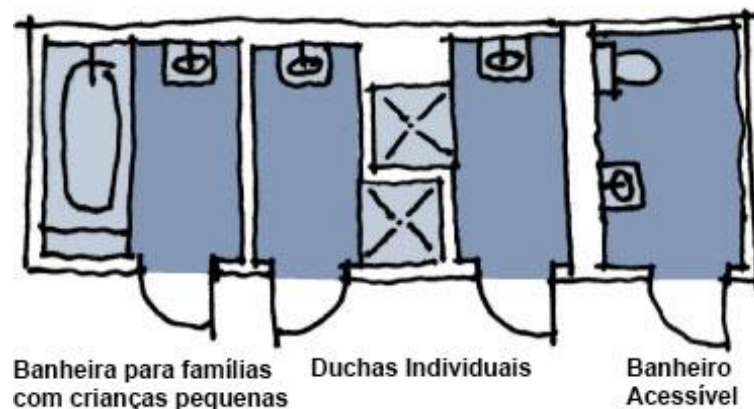


Figura 15. Esquema de salas de banho para os moradores. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

Privacidade no banheiro pode ser muito importante para as pessoas superarem o trauma. Sobreviventes com histórico de agressão sexual, negação de privacidade, deficiência ou lesões preferem ter um espaço particular para o banho. A partilha de banheiros com estranhos ou membros da família não é uma grande dificuldade. Entretanto, as tensões sobre a limpeza são inevitáveis quando os banheiros são compartilhados. (WSCADV)

- Funções diferentes separadas no banheiro.

Ao separar o banheiro da pia ou o chuveiro do resto do cômodo, várias pessoas podem se preparar para o dia ao mesmo tempo.

- Fraldários nos banheiros ou perto deles ajudam as mães.

Eliminação de fralda em mesa de mudar/estação facilita as rotinas diárias.

- Armazenamento generoso mantém espaços comuns limpos e confortáveis.

Armazenamento de itens comuns permitem o acesso a recursos como materiais de arte, livros e vídeos. Armários fora do alcance das crianças para armazenamento de materiais de limpeza em cada andar e em cada banheiro facilitam a limpeza. Em abrigos, o armazenamento individualizado bloqueável ajuda moradoras a salvaguardarem os seus valores e reduz os conflitos sobre os itens em falta. O acesso aos recursos sem assistência pessoal afirma a dignidade e a privacidade da sobrevivente ao proporcionar uma sensação de casa. Programas que usam essas estratégias relatam menos tempo pessoal gasto em mediação de conflitos, o que significa mais tempo disponível para recolocar-se na sociedade.

- Duráveis e fáceis de limpar, acabamentos podem ser quentes e convidativos, sem parecerem institucionais.

Acabamentos tipicamente usados em casas de família não são resistentes o suficiente para o uso em abrigos de violência doméstica. Acabamentos duráveis e fáceis de limpar incluem: madeira maciça, ao contrário de armários e móveis folheados; piso de superfície dura, madeira ou linóleo; carpete (se for necessário) removível, para facilitar a substituição de seções danificadas ou manchadas ou tapetes laváveis, facilmente substituíveis; banheiros e pias de porcelana em oposição ao aço inoxidável; fibra de vidro em banheiras e box de chuveiros para minimizar a manutenção; mobiliário comercial e armários em aço inoxidável ou pedra projetada (ou seja, Caesarstone / Silestone); móveis de microfibra ou couro para simplificar a manutenção da limpeza dos quartos.

5.3 Cozinha e Refeitório

As cozinhas são pólos de contato social e da vida familiar. Elas também mostram desafios, particularmente em abrigos comuns, em termos de usabilidade, limpeza e criação de espaço para abordagens culturais e pessoais variadas das (os) cozinheiras (os). Há estratégias com objetivo de proporcionar tanto a cozinhas individuais e

coletivas um lugar saudável para nutrir o corpo e o espírito: contar com um espaço amplo, considerando os balanços da porta de aparelhos – em especial a geladeira – em relação à direção de passagem; bancadas generosas; folgas largas entre as bancadas, pois enquanto casas unifamiliares tem muitas vezes apenas aprox. 91cm de espaço entre bancadas, é preferível de 106cm a 122cm em uma cozinha com vários adultos preparando alimentos simultaneamente; um *cooktop* com pelo menos duas chamas por família; espaço generoso de frigorífico; fornos e *cooktops* separados, pois isso permite que diferentes moradoras acessem vários aparelhos simultaneamente; várias pias; máquinas de lavar louça, pois as pessoas não querem ou não vão lavar os pratos umas das outras, e um monte de louça suja se torna um problema desmoralizante; (WSCADV)

- Móvel de jantar flexível permite aos residentes comer juntos ou separadamente.

Mesas menores podem ser unidas para um jantar comunal ou separadas para os moradores que preferem mais espaço pessoal. Recantos de refeições permitem que as famílias se reúnam para as refeições, enquanto controlam os níveis de ruído e distração.



Figura 16. Mobiliário para atender a diferentes necessidades durante as refeições.

FONTE: Adaptado de *Building Dignity*, WSCADV.

- Visibilidade desde cozinhas comunitárias torna possível a supervisão das crianças. P.e., uma sala de jogos ao lado da cozinha fornece um lugar seguro para as crianças menores estarem perto mas fora do espaço da cozinha congestionada.
- Uma cozinha industrial ou comercial pode possibilitar às residentes construir a auto-suficiência econômica. Em algumas comunidades, a fabricação e venda de alimentos tradicionais é uma parte importante da economia das mulheres.

Alguns programas, como o YWCA Pierce County, p.e., permitem o acesso a uma grande cozinha industrial ou comercial que não é usada para cozinhar no dia-a-dia. Estas podem aumentar as opções econômicas para as residentes, também quando disponibilizadas aulas de culinária. Na SAGE (Segurança, Defesa, Crescimento, e Empoderamento), um programa contra a violência doméstica em Wenatchee (EUA), um jardim é o coração do projeto, que cria um círculo comunitário de cuidado e empoderamento para as mulheres latinas vítimas de violência doméstica. A SAGE convoca “La Charla” (A Conversa): um grupo aprende a cultivar produtos no jardim; os produtos, combinados com recursos do banco de alimentos local, transformam-se em uma refeição em família semanal que ocorre antes de grupos de apoio para mulheres latinas e seus filhos; cozinhar e comer a refeição tem lugar na cozinha comercial de uma igreja local. Esta teia de cooperação criou um modelo de auto-capacitação poderoso: participantes estão nutrindo seus filhos, escrevendo um livro de receitas, decidindo o que elas querem aprender e trazendo pessoas para ensinar-lhes, e começando a alcançar outras mulheres em necessidade. O jardim serve como uma fonte de paz e refúgio, uma metáfora para a construção de relacionamentos em comunidade, e uma fonte de alimento. Pela jardinagem, culinária, alimentação e aprendendo em conjunto, as mulheres neste grupo criaram fortes sistemas de apoio mútuo, aumentaram suas habilidades, alimentaram seus filhos e abriram novos mundos. (WSCADV)

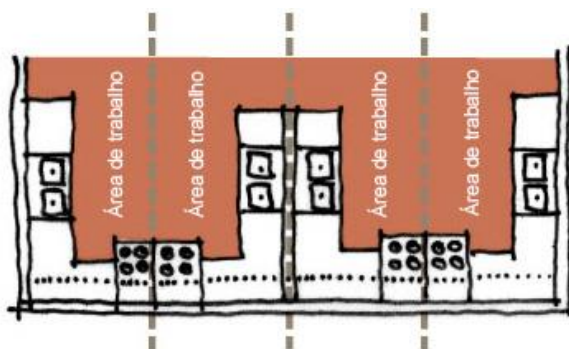


Figura 17. Esquema de separação das áreas de trabalho na cozinha coletiva. FONTE: Adaptado de Building Dignity, WSCADV.

5.4 Espaço Privativo

Muitos agressores domésticos submetem as suas vítimas a violações do espaço pessoal, à negação da vida privada, e interferem com a reflexão, descanso e ligação mãe-filha (o). Por essa razão, espaços privados para as sobreviventes são essenciais

para a cura do trauma, recuperação da autonomia e da maternidade. É preciso proporcionar um santuário em cada abrigo.

- Salas privadas para mulheres solteiras e famílias facilitam a cura do trauma.

Em um estudo com foco na acessibilidade cultural de abrigos em King County, Washington (EUA), grupos focais da WSCADV com moradoras de um abrigo para mulheres indicaram que a maioria prefere quartos individuais, porque estes oferecem mais privacidade, redução de ruídos, menor constrangimento e melhoria da qualidade de sono. Ao entrevistar os advogados das moradoras do abrigo, alguns relataram que suas clientes sentiam que estavam sempre sendo vigiadas e que nunca tinham tempo suficiente para estarem sozinhas ou com suas (eus) filhas (os), especialmente tempo de silêncio. (Kerri Kumasaka and Gretchen Test, 1992, p. 21 apud WSCADV).

Em extenso estudo multi-estado sobre a experiência de sobrevivência em abrigos, constatou-se que a incapacidade de encontrar a privacidade foi um dos problemas mais comuns reportados pelos residentes, e um dos problemas menos prováveis de ser resolvido. Menos da metade dos sobreviventes que comunicaram este problema afirmaram que a questão tinha sido resolvida satisfatoriamente, em contraste com muitos outros problemas que foram resolvidos 75% das vezes ou mais. (LYON apud. WSCADV, 2011).

Homens que cometem abusos domésticos muitas vezes exigem disponibilidade emocional, física e sexual em todos os momentos, e negam o direito de sua parceira de estabelecer limites. Mulheres e suas (eus) filhas (os) podem ter sido acordadas no meio da noite em meio a uma confusão ou sendo violentadas. A capacidade de sentir-se segura e no controle do ambiente físico, de escolher o momento de ser social e quando ficar sozinha ou apenas com As (os) filhas (os), facilita a cura do trauma do abuso. Ir dormir sabendo que ninguém pode entrar na sua sala também aumenta a sensação de segurança.

- Beleza nos espaços de abrigo propicia inspiração.

A beleza é uma cura. Nos grupos focais, os moradores indicaram a sua apreciação pela arte, inspiração e beleza no abrigo. A beleza não está em materiais caros ou de luxo. Presente em muitas coisas, pode ser expressa pela natureza e pela utilização cuidadosa de cor, proporção e textura. Cores que ressoam com as comunidades atendidas podem ter associações positivas e fazer um espaço parecer animador, familiar e amigável. Pode ser tentador utilizar cores escuras para móveis ou até mesmo em paredes para

esconder a sujeira, mas estas têm uma tendência a parecerem pesadas e desgastadas. Da parede ao teto, cores também podem ter um efeito marcante sobre a iluminação de um espaço: cores claras refletem a luz e fazem um quarto mais brilhante (tomando cuidado para não ofuscar), enquanto as cores escuras absorvem a luz. (WSCADV)

- Em abrigos, um quarto tranquilo proporciona refúgio.

O “retiro de mulheres” – um ambiente destinado a ser um espaço livre de crianças para meditação, reflexão e calma – foi muito valorizado pelas moradoras, pois um espaço tranquilo pode ser uma alternativa bem-vinda, um verdadeiro refúgio dos espaços comuns e dos movimentados e barulhentos quartos compartilhados. Para as moradoras com problemas de saúde mental, especialmente aquelas com ansiedade, alguns espaços comunais maiores podem ser estimulantes demais. (WSCADV)

- Mobiliários flexíveis aumentam o conforto e a utilidade dos espaços pequenos.
Painéis e cortinas deslizantes, sofás e camas rebatíveis, e mobiliário móvel podem ser usados para esconder a desordem e pertences pessoais. Um espaço aberto para funções de socialização e não apenas de dormir permite a privacidade entre os membros da família.
- Iluminação abundante em quartos, seja geral ou focada, contribui para a sensação de conforto e controle de uma residente. (Institute for Human Centered Design, EUA)
- Um ambiente interior saudável minimiza fatores de risco respiratório e asma.
O Centro Nacional de Habitação Saudável dos EUA enumera uma série de estratégias de design saudável:
 - a. Uma construção hermética, com janelas e fundações insuladas, minimiza a entrada de poeira, pólen e outros elementos que contaminam o ar. A construção hermética também reduz a penetração de humidade e inibe o crescimento de fungos.
 - b. Ventilação mecânica remove ar viciado e filtra o ar fresco de entrada. Os filtros devem ser HEPA* para remover elementos alergênicos do ar, e devem ser periodicamente alterados para assegurar que o sistema de ventilação está funcionando corretamente;

- c. Sistemas de aquecimento a água quente, que usam água quente em vez de ar forçado, para reduzir as partículas transportadas pelo ar;
- d. Venezianas nas janelas em vez de cortinas, para reduzir a poeira;
- e. Linóleo em vez de tapete para reduzir o acúmulo de poeira;
- f. Utilização de tintas, calafetagem e selantes de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs);
- g. Não haver guarnição de gás para reduzir agentes de ligação de ureia-formaldeído.

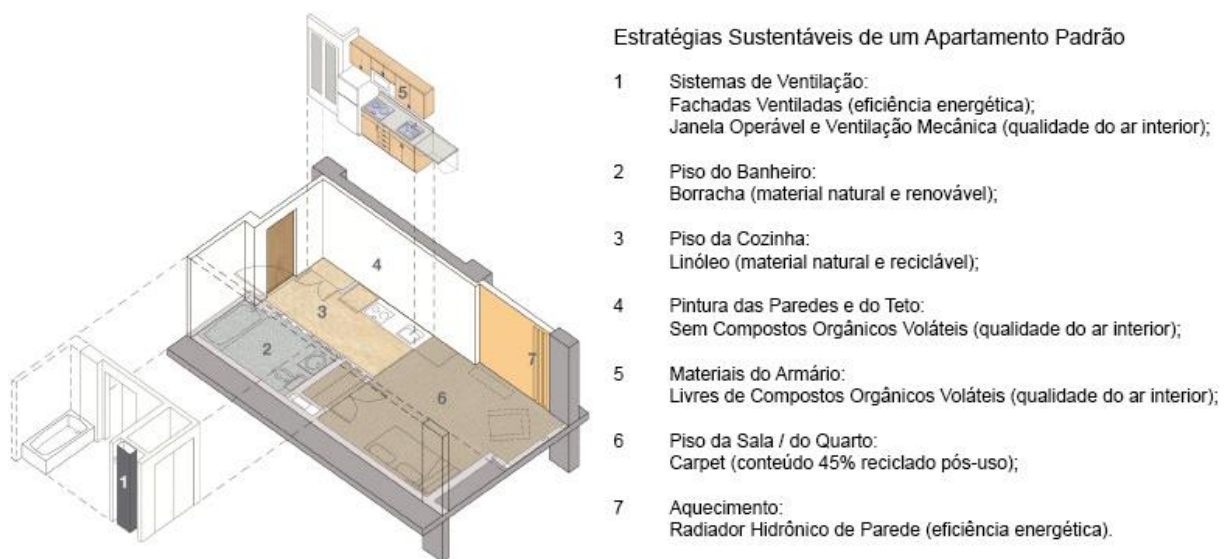


Figura 18. No Plaza Apartments, em São Francisco (EUA), os acabamentos são simples e duráveis, incluindo tratamento livre de formaldeídos, pisos de linóleo na cozinha, carpetes com alto teor de reciclagem e tintas sem compostos orgânicos voláteis. (WSCADV) Perspectiva Axonométrica. FONTE: Adaptado de Leddy Maytum Stacy Architects, Paulett Taggart Architects in Association. Green Housing Series - A New Prescription for Asthma Sufferers: Healthier Homes. National Center for Healthy Housing, EUA).

- Apartamentos individuais permitem aos residentes escolher quando ter outras pessoas em seu espaço.

Moradoras que vivem em programas com unidades individuais comentaram sobre o quanto valorizavam serem capazes de convidar uma a outra para um chá, uma conversa, ou uma refeição. Elas apreciavam o controle que tinham sobre seus contatos sociais e seus filhos. (WSCADV)

Nas entradas para os espaços privados, portas holandesas, biombos e persianas permitem aos residentes controlarem seu ambiente e seu nível de engajamento social. Isso torna mais fácil aos ocupantes sinalizarem a sua abertura à socialização espontânea.

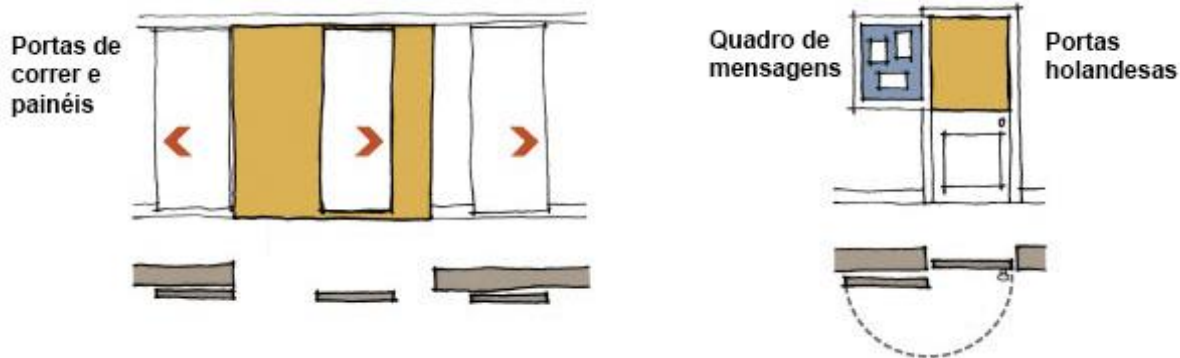


Figura 19. FONTE: Adaptado de *Building Dignity*, WSCADV.

- Quartos privativos criam espaço para famílias mais saudáveis.

Unidades individuais oferecem a oportunidade para que as famílias estabeleçam uma rotina, relaxem e comam juntos, e fortaleçam os laços entre mães e filhas (os). Eles também aliviam muitos dos conflitos associados com a supervisão das mães e tornam a maternidade mais fácil.

Residentes em grupos focais consideraram difícil realizar estas tarefas parentais fundamentais em ambientes comunais cheios e agitados: Fazer comida e alimentar-se com seus filhos; escolher quem e a que as crianças estavam expostas; preparar-se para a escola; rotinas de ninar; ajudar nas tarefas de casa; ler, jogar e abraçar. Vários programas habitacionais de emergência no Estado de Washington (EUA) usam apartamentos individuais, p.e.: quarto para mulheres solteiras, quarto para mulheres com crianças, e chalés individuais para famílias maiores pós-crise. O pessoal técnico que trabalha nesses programas relata menos problemas com a maternidade. Os defensores gastam menos tempo com questões relacionadas a supervisão das crianças e, assim, tem mais tempo para a ressocialização dos sobreviventes. A pesquisa sugere que condições de vida comunais lotadas causam: taxas de graduação reduzidas para os jovens; atrasos no desenvolvimento cognitivo das crianças, particularmente entre as idades de 1-5 anos; aumento da pressão arterial; aumento de sentimentos de desesperança; relações mãe-filhos depreciadas; e aumento do sofrimento psíquico. (Center for Housing Policy Study apud. WSCADV)

- Apartamentos individuais facilitam o dia-a-dia.

As mães querem ajudar seus filhos com a lição de casa e incentivar os filhos a ler. Em uma unidade individual, as crianças podem encontrar um local tranquilo para fazer trabalhos de casa junto com sua mãe.

- Porém, espaços com instalações compartilhadas tornam possível acomodar famílias grandes, várias famílias menores, ou vários indivíduos.

Como apartamentos individuais, com cozinhas e salas de banho privadas, não correspondem na Casa Abrigo em Curitiba, pois o abrigo de que se trata aqui não é privado, mais sim público, unidades menores compartilhadas poderão manter a escala de vida comunitária mais gerenciável ou adaptada para abrigar famílias maiores.



Figura 20. Exemplo de unidade coletiva para abrigar uma ou duas famílias, ou até quatro moradoras individuais.
FONTE: Adaptado de *Building Dignity*, WSCADV.

- Considerar a escala ao configurar alojamentos compartilhados. A vida em comunidade e o aumento da diversidade cultural dos residentes é cada vez mais difícil de gerir.

Quanto maior o abrigo, mais provável que as moradoras relatem alguns problemas durante a sua estadia. No geral, 83% das sobreviventes concordaram quando perguntadas se o espaço as fez sentirem-se confortáveis (p. 16). Conforme o tamanho do abrigo e a capacidade de camas aumente, a percentagem de inquiridas que concordam com este item tende a diminuir, e os problemas com privacidade, a aumentar. Em geral, as sobreviventes em abrigos menores (menos de 10 cama) relataram níveis mais elevados de satisfação com o pessoal, recebendo a ajuda de que precisavam, e menos problemas do que as sobreviventes em abrigos maiores (p. 60). Os problemas com privacidade eram mais frequentes em abrigos maiores, com apenas 7% das pessoas relatando problemas de privacidade em abrigos com 5 a 10 camas, 11% das pessoas em abrigos com menos de 5 camas, 21% das pessoas em abrigos com 31 a 40 camas e 27% das pessoas em abrigos com 16 a 20 camas (p. 108). (LYON apud. WSCADV, 2011)

- Oportunidades de personalização encorajam as residentes a expressar a identidade cultural e familiar.

Personalizar portas e espaços vivos com quadros de avisos, painéis de aderência e sinais pode ajudar as famílias a se sentirem em casa, e tem o benefício adicional de ajudar as pessoas com perturbações cognitivas a encontrar o caminho. Pintura de quadros proporciona às residentes uma oportunidade de personalizarem a sua porta e é uma grande oportunidade para as crianças exercitarem o seu talento.

- Oferecer inspiração.

Uma sobrevivente sugeriu nomear os quartos com o nome de mulheres poderosas, como uma fonte de inspiração e sentimento de ser parte de uma sociedade feminista. Os quartos também podem receber nomes de qualidades positivas (p.e., Coragem, Força, Determinação) com a história de uma mulher que personifica esta qualidade, e ter isso postado ao lado de cada porta. (WSCADV)

5.5 Espaço do Pessoal Técnico

O pessoal que trabalha em um abrigo deve ter amplos conjuntos de habilidades que incluem a diplomacia, intervenção em crise, resolução criativa de problemas, escrita, sintetizar informações, cultivar relacionamentos, compreender os sistemas de serviços jurídicos e sociais, e ser ouvintes compassivos. Espaços de trabalho que permitam aos residentes e aos defensores se conectarem e darem atenção à qualidade do trabalho podem ter impactos positivos sobre a moral do lugar.

- Espaços acusticamente e visualmente separados dentro das áreas do pessoal para manter conversas particulares.

Pequenas salas de conferência podem ser usadas para conversas confidenciais com as residentes, seja num momento de crise, consultas do pessoal com os supervisores ou colegas, seja num momento tranquilo e de reflexão. Janelas com persianas no interior permitem que os usuários bloqueiem o acesso visual quando a privacidade é necessária.

- Permitir acesso aos recursos comuns economiza tempo dos funcionários e afirma a dignidade das moradoras. Fechaduras nas portas exigem que as residentes solicitem recursos para o pessoal tendo, assim, o tempo longe de seu foco principal.

“Quartos de roupa” representam um desafio constante para os defensores. Grandes doações de roupas podem sobrecarregar rapidamente quartos pequenos. Classificar a roupa não é um bom uso do tempo para uma funcionária ou voluntária altamente treinada. Alguns abrigos criaram relações de cooperação com brechós locais: eles enviam todas as doações de roupas para o brechó, e em troca obtém vouchers para as suas residentes. Isto alivia a necessidade de armazenamento, tempo de triagem, e gestão de uma sala de doações de roupas. Alguns programas mantém apenas calças, camisas e roupas íntimas novas como uma medida paliativa para as residentes que chegam com pouco ou nada, até que elas possam obter mais roupa em um brechó ou loja com os vale-compras. (WSCADV)

Localizar computadores (ou uma sala de informática) pode incentivar a interação das residentes. Para muitas mulheres, reconectar-se com os sistemas novos e antigos de apoio é facilitado por e-mail ou redes sociais. Acesso *on-line* facilita os esforços de sobrevivência para a obtenção de trabalho, benefícios públicos, habitação e informação. As mulheres podem chegar ao abrigo com computadores ou smartphones, então estabelecer zonas *wi-fi* nas áreas comuns também pode incentivar a interação.

- Uma área para crianças junto aos espaços ajuda as mães a se conectarem com os defensores.

As crianças tímidas, traumatizadas ou ansiosas se beneficiam ao serem capazes de estarem junto de suas mães, mas não de ouvir todos os detalhes que ela pode ter de discutir com o pessoal técnico. Espaços pequenos visualmente acessíveis, mas acusticamente separados, permitem que as mães possam se conectar com os defensores e proteger as crianças de conversas que possam causar confusão ou ansiedade.



Figura 21. No YWCA Pierce County (EUA), a sala de informática está localizada junto do escritório. No entanto, o escritório pode ser acusticamente isolado, quando necessário. Há também um área para crianças junto do escritório de admissoão. Planta Esquemática, sem escala.

- Ambientes acolhedores apoiam a defesa centrada na sobrevivente.

Garantir que os defensores não se sentem atrás de uma mesa com acesso à informação que a sobrevivente não possa ver por si mesma. Arte também pode trazer beleza e inspirar os funcionários e residentes, e comunicar a inclusão cultural.

- O pessoal técnico pode atender às necessidades das residentes com mais facilidade quando o armazenamento é grande, eficiente e convenientemente localizado.

Situar uma pequena área de armazenamento adjacente aos escritórios do pessoal técnico, p.e., um pequeno armário com roupas em tamanhos variados, facilita o acesso às necessidades das residentes que chegam no meio da noite ou com uma necessidade imediata. O armazenamento secundário pode ser reabastecido a partir de instalações de armazenamento principais localizadas em outras partes do edifício.

5.6 Implicações na Pesquisa

As estratégias de projeto e gestão selecionadas e listadas acima são um resumo do profundo estudo realizado pela Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica (WSCADV) junto ao estúdio de arquitetura Mahlum, de 2006 a 2012, formalizado na instituição Construindo Dignidade (Building Dignity). Essas estratégias para abrigos de violência doméstica não têm só validade nos EUA, mas podem ser aplicadas para a elaboração e manutenção de abrigos ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Algumas das estratégias também correspondem à reunião ou condensação de conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Arquitetura e Urbanismo. As que foram apresentadas são apenas aquelas com relevância para o futuro projeto da nova casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em Curitiba. A relevância desse estudo se dá pela complementariedade do assunto, principalmente pelos dados levantados nos grupos focais com as sobreviventes nos EUA, algo que não foi possível na pesquisa em Curitiba por questões éticas e burocráticas. A seguir, serão descritas as diretrizes de projeto arquitetônico a ser desenvolvido adiante do trabalho, embasadas principalmente nos estudos de caso e nas estratégias descritas neste capítulo.

6. DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

Estas diretrizes de projeto têm por objetivo dar resposta arquitetônica e urbanística às situações de acolhimento decorrentes de violência doméstica em Curitiba. Posteriormente, como resultado da pesquisa, será desenvolvido um projeto de arquitetura, revisando ou consolidando as estratégias presentes neste estudo. O local de implantação se encontra no bairro Boa Vista, região norte de Curitiba, capital do Paraná, Brasil. Este projeto, quando concluído, visa a desativação da atual Casa-Abrigo e sua transferência para o local da nova sede, que está revelada abaixo apenas para fins acadêmicos, uma vez que atualmente o endereço deve ser mantido em sigilo.



Figuras 22. Mapas esquemáticos da localização de implantação e do zoneamento do bairro. FONTE: Adaptado de IPPUC.

6.1 Terreno

O terreno se encontra na esquina de uma rua sem saída com outra de fluxo controlado de automóveis. Possui dimensões aproximadas de 30m x 45m (1350 m²), que podem ser estendidas em um lote de dimensões aprox. de 15x45m (675 m²), além de agregar outras funções adjacentes, como um terreno anexo de 17m x 35m (aprox. 600 m²) onde atualmente funciona uma horta e um estacionamento. Então, a princípio, o terreno conta com uma área que pode praticamente dobrar, se necessário, totalizando aprox. 2625 m². São todos de propriedade de uma só família (Geronasso) que foi consultada em junho de 2015 e está ciente deste estudo em andamento. Os lotes se encontram amplamente arborizados e protegidos com cercas. Eles estão inseridos no zoneamento urbano ZR-4 (Zona Residencial 4)³. A seguir, duas figuras ilustram as razões por que este local foi escolhido para o estudo.

³ Os Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo se encontram no capítulo “ANEXOS”.

6.2 Mapa de Proximidades



Figura 23. FONTES: Adaptado de Google Maps e The Noun Project.

Legenda e distâncias a partir do terreno

	Quadra da Casa-Abrigo		Estação Tubo	200m		Bosque Boa Vista	200m	
	Casa Mulher Bras.	800m		4º Distrito Policial	700m		CMEI	1,6km
	Terminal Cabral	1km		Colégio Estadual	400m		Hosp. de Reabilit.	900m
	Terminal Boa Vista	900m		Igreja Católica	400m		Hipermercado	500m

6.3 Mapa Síntese

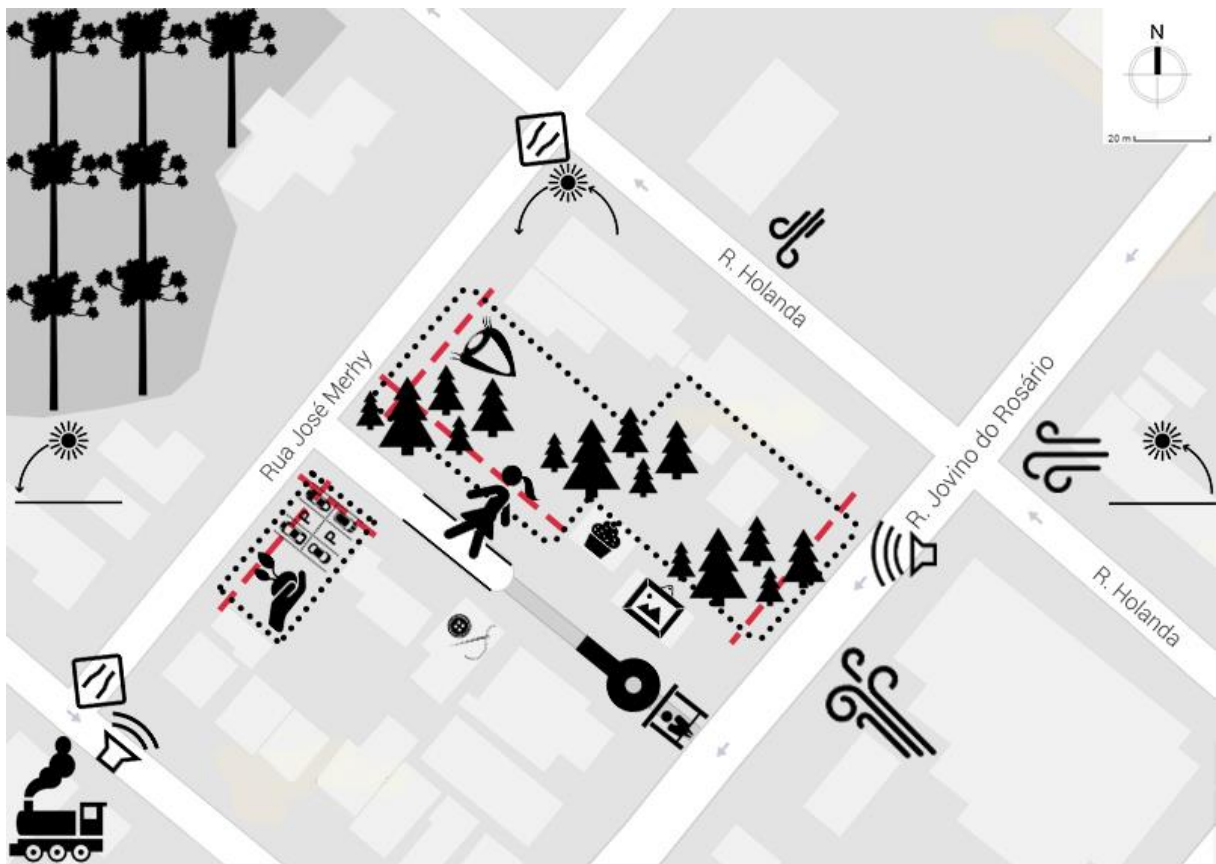


Figura 24. FONTE: Adaptado de Google Maps e The Noun Project.

Legenda

	Lotes de implantação		Design de bolos		Sol nascente
	Bosque Boa Vista		Atelier de artes		Caminho do sol
	Área tranquilizada		Vegetação nativa		Sol poente
	Ponto de ônibus		Linha férrea		Ruído alto inconstante
	Rua sem saída		Vista privilegiada		Ruído baixo constante
	Horta particular		Estreit. e alarg. de via		Ventos fracos
	Estilista e costura		Estacionamento prévio		Ventos médios
					Ventos predominantes

6.4 Programa de Necessidades (Prévio)

Público: Mulheres / mães de meia idade vítimas de violência doméstica em Curitiba, acompanhadas ou não de suas (eus) filhas (os).

Lotação: 50 pessoas – 19 mulheres e 31 crianças/adolescentes⁴.

Atendimento: 15 novos atendimentos / mês a mulheres e filhos.

Tempo de estadia: de três a seis meses (três meses, em média).

CIRCULAÇÃO		COMUNAL		ADMINISTRATIVO			
Tipo	m ²	Ambientes	m ²	Ambientes	m ²		
Comunal / Adm.	60	Sala Comunidade	50	Hall / Lobby	42		
Privativa	50	Sala Comunal	50	Recepção	12		
Vertical	25	Refeitório	112	Escritórios	60		
Total	135	2 Banheiros	08	Banheiros	08		
		Oficina Mulheres	30	Descanso	24		
		Oficina Infantil	20	Doações	22		
		Cozinha Mulheres	14	Depósito	14		
		Cozinha Famílias	14	Cozinha Industrial	56		
		Lavanderia	16	Vestiários	20		
		Telefones	10	Depósitos	16		
		Computadores	20	Limpeza	10		
		Banheiro Feminino	24	Total	284		
		Banheiro Masculino	08				
		Depósito	14				
		Lockers	10				
		Total	400				
ÁREAS EXTERNAS							
Ambiente	m ²						
Jardim Central	Variável						
Canil / Pet Space	20						
Playground	20						
Pátio	54						
3 Solários	36						
Garagem com 2 Vagas	30						
Total	170						
PRIVATIVO							
Ambientes	un.x m ²	m ²		ÁREA APROXIMADA			
8 Habitações para 1-2 pessoas	8 x 15	120		TOTAL			
4 Habitações para 3-4 pessoas	4 x 20	80					
3 Habitações para 5-6 pessoas	3 x 25	75					
4 Banheiros para Mulheres	4 x 14	56					
2 Banheiros Fraldários Grandes	2 x 10	20					
3 Banheiros Fraldários Pequenos	3 x 08	24					
Biblioteca e Sala de Leitura		18					
Depósito		20					
Total		421				1 400 m²	

⁴ O dimensionamento da casa se deu por uma conta simples:

15 novos atendimentos mensais*, vezes 3 meses de estadia média*, igual a 45 vagas totais.

*Dados da Central de Vagas da FAS (2015) e de entrevista com PELÁ (2015), respectivamente.

Limite de vagas por abrigo: 50 (BRASIL, 2011).

6.5 Organograma, Fluxograma e Plano de Ocupação (Prévios)

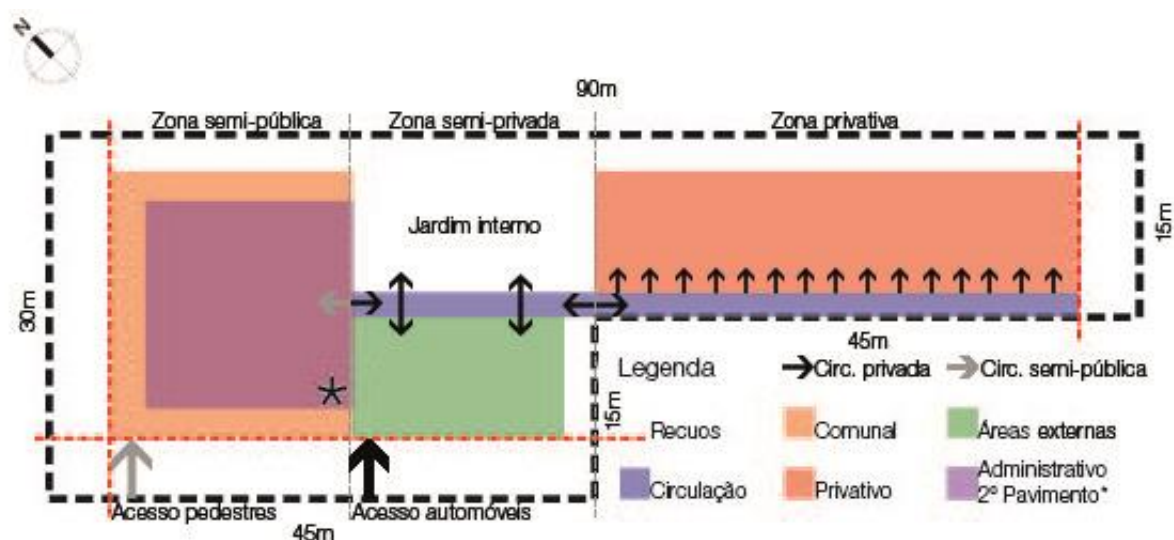


Figura 25. Organograma de Fluxograma: pré-plano de ocupação e escalas de privacidade da Casa-Abrigo.
FONTE: Autor.

6.6 Partido arquitetônico

O partido arquitetônico será inspirado no projeto vencedor do concurso “Uma ideia para a Reconstrução” (que tinha por objetivo dar resposta às situações emergenciais decorrentes do terremoto de 2009 em Abruzzo, região central da Itália) por conta da correlação entre os temas: ambos os usuários são sobreviventes em fase de reconstrução da vida - lá vítimas de um terremoto; aqui, da violência doméstica.

6.6.1 Unidade de habitação modular e evolutiva

O projeto será formado por módulos que constituem uma unidade funcional, baseado numa proposta de assentamento que pode ser ou não temporário. O sistema construtivo adotará como conceito básico o uso de duas estruturas que formam uma unidade de habitação. A primeira é configurada como uma estrutura de suporte que inclui a plataforma de base, os pilares e a cobertura. A segunda configura o módulo da habitação propriamente dito. A configuração do módulo externo, que protegerá o espaço confinado, criará um conjunto complexo e articulado de espaços abertos e semiabertos, gerando diversos graus de apropriação do espaço comunal e privativo.

No que se refere à compatibilidade ambiental, o projeto deve assegurar o baixo consumo de energia colocando-se como uma tecnologia reversível, uma vez que seus

componentes principais e secundários poderão ser reposicionados e reutilizados. A separação do conjunto em duas partes independentes e a definição dos materiais e sistemas construtivos devem permitir maior flexibilidade de uso, possibilitar maior racionalização na fabricação, transporte e montagem, garantir a reversibilidade desses processos e facilitar a insulação do módulo.

O projeto, composto por uma plataforma de madeira e pórticos, utilizará componentes pré-fabricados, que poderão ser facilmente transportados e montados a seco. O módulo de infraestrutura com cobertura apresentará uma plataforma de base que o separa do solo, o que baixa o impacto ambiental, pois reduz as intervenções no terreno. Isso também facilita a recuperação do terreno se ou quando houver a remoção da habitação, deixando-o mais próximo da condição original. A habitação modular pode ser aumentada longitudinalmente seguindo os critérios da modularidade em que os dormitórios podem ser multiplicados em função do número de usuários. Para conferir praticidade e simplicidade na solução do problema do habitat em situações de abrigo, a proposta se concentra no período da transição entre a fase de violência e a fase de reabilitação das vítimas. Então será dada especial atenção à qualidade de vida dos usuários por meio do subsídio de áreas externas protegidas que se somam aos espaços confinados e privativos.

6.6.2 Projeto modular

A finalidade da modulação do projeto é alcançar a racionalização e a normalização dos elementos de construção, para facilitar também a ampliação das unidades de acordo com as necessidades dos usuários e favorecer a expansão do módulo na direção longitudinal. Essa modalidade de configuração pode gerar variantes compositivas mais harmoniosas. A expansão da unidade habitacional é alcançada pelo uso de vários módulos estruturais produzindo habitações com diferentes tamanhos de acordo com as necessidades de cada família. Nesse caso serão apresentados três tipos de unidades: para uma ou duas pessoas, para três ou quatro pessoas e para cinco ou seis pessoas. No caso de famílias ainda maiores, o sistema permite a combinação desses módulos, a fim de se adaptar à demanda. O tamanho das unidades está sujeito a satisfazer as necessidades de funcionalidade e de utilização dos ambientes. Neste exemplo da Itália, a modulação estrutural tem vãos de 2,50 m do sentido longitudinal e pode ser ampliado na proporção dessa medida.

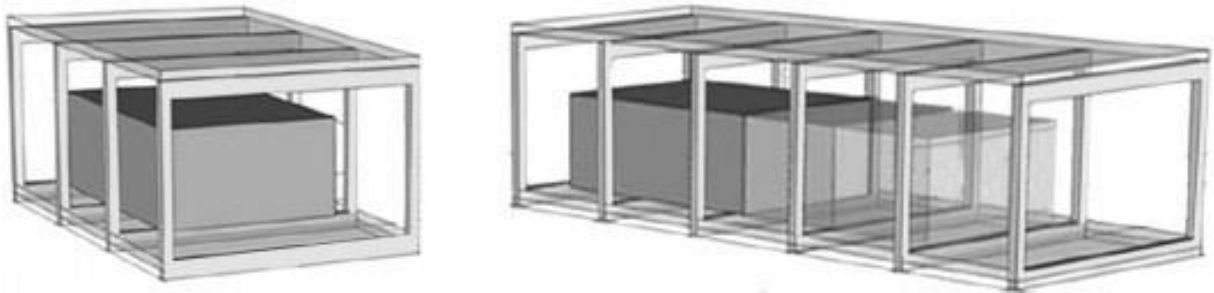


Figura 26. Possibilidades de ampliação dos módulos de infraestrutura com cobertura e dos módulos internos da habitação. FONTE: Vitruvius.

6.6.3 Agregabilidade do sistema

Está relacionada com a capacidade de expansão das unidades, resultado do aumento de um ou mais módulos estruturais. Esta capacidade possibilita a expansão dos espaços vitais, que com a adição de mais módulos pode gerar uma habitação para uma família com sete ou mais pessoas. A interligação de diferentes unidades gera um complexo arquitetônico que apresenta conexão com a unidade de serviço, formando uma comunidade integrada. Esse tipo de agregação, ao seguir as regras da composição modular, pode produzir um ambiente com certa padronização e harmonia compositiva. Além do espaço interno mínimo, a habitação será constituída também por espaços de convivência externa.

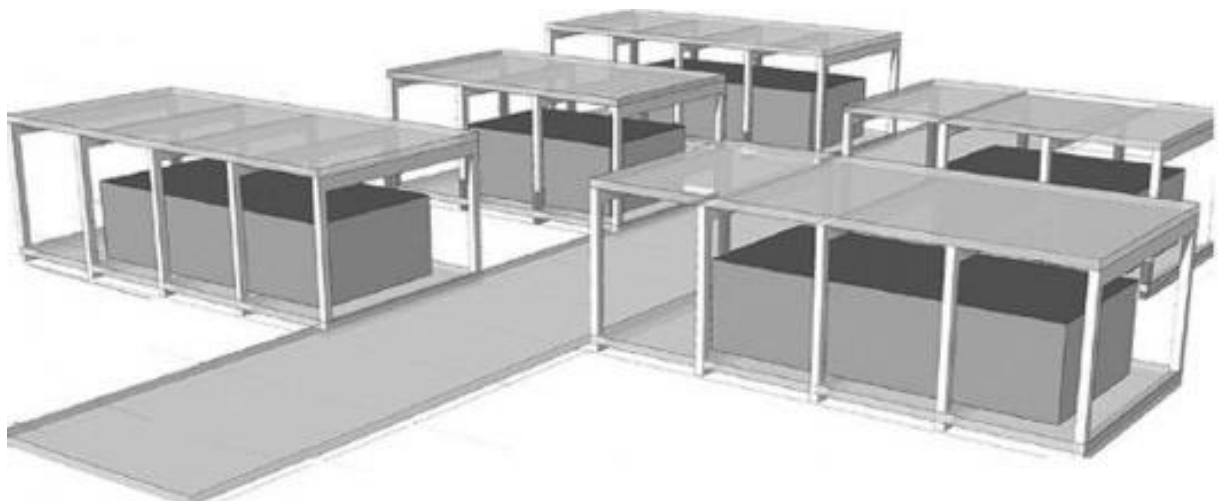


Figura 27. Capacidade de expansão e integração das unidades de habitação. FONTE: Vitruvius.

7. RESULTADOS

Seguem as principais imagens referentes ao anteprojeto arquitetônico proposto com base nessa pesquisa, com maiores detalhes em pranchas na seção ANEXOS.



Figura 28. Situação das Casas-Abrigo do Paraná, mapa da RMC e conexões com o terreno em Curitiba.
 FONTE: COMEC e IPPUC. Edição do autor.



Figura 29. Esquema de Fluxos. FONTE: Google Maps. Edição do Autor.



Figura 30. Esquema de Uso e Ocupação. FONTE: Google Maps. Edição do Autor.

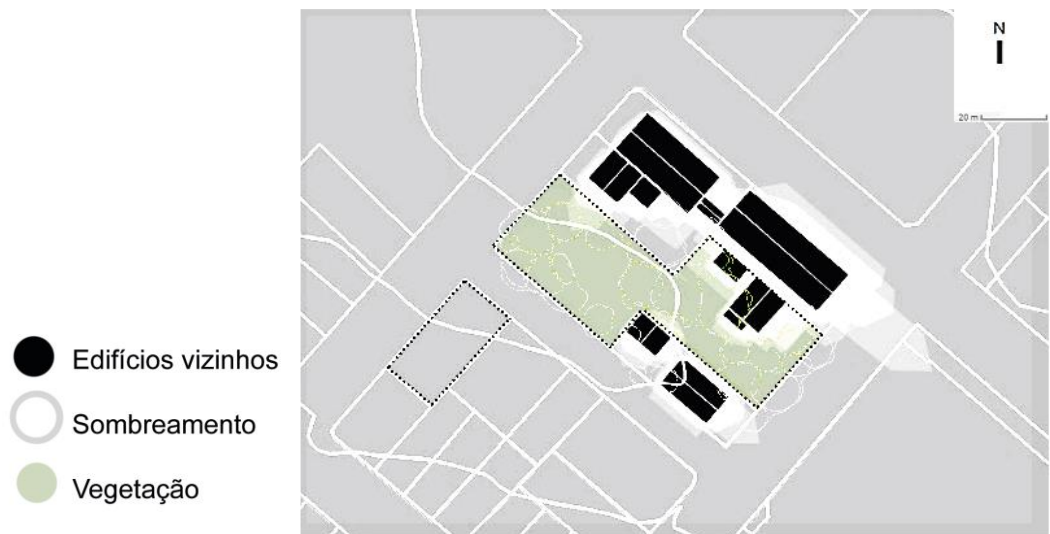


Figura 31. Esquema de Sombreamento. FONTE: Google Maps. Edição do Autor.

O dimensionamento da casa se deu por uma conta:

Lotação:

50 pessoas* – Proporção 19 mulheres / 31 filhos**

Tempo de estadia:

De três a seis meses (três meses em média) ***

Atendimento:

15 novos atendimentos / mês a mulheres e filhos**

Tipologias de Habitações:

Para 1-2 pessoas, para 3-4 pessoas e para 5-6 pessoas.

Número total de quartos: 19 + 2 quartos para quatro plantonistas cada.***

15 novos atendimentos mensais x três meses de estadia média = 45 vagas mínimas.

Portanto 50 vagas em distribuição simples por 19 habitações conforme as tipologias.

Resultado: 14 para 1-2 pessoas; 4 para 3-4 pessoas e 1 para 5-6 pessoas.

*Limite de vagas por abrigo: 50 (BRASIL, 2011).

**Dados da Central de Vagas da FAS (2015).

***Entrevista com PELÁ (2015).

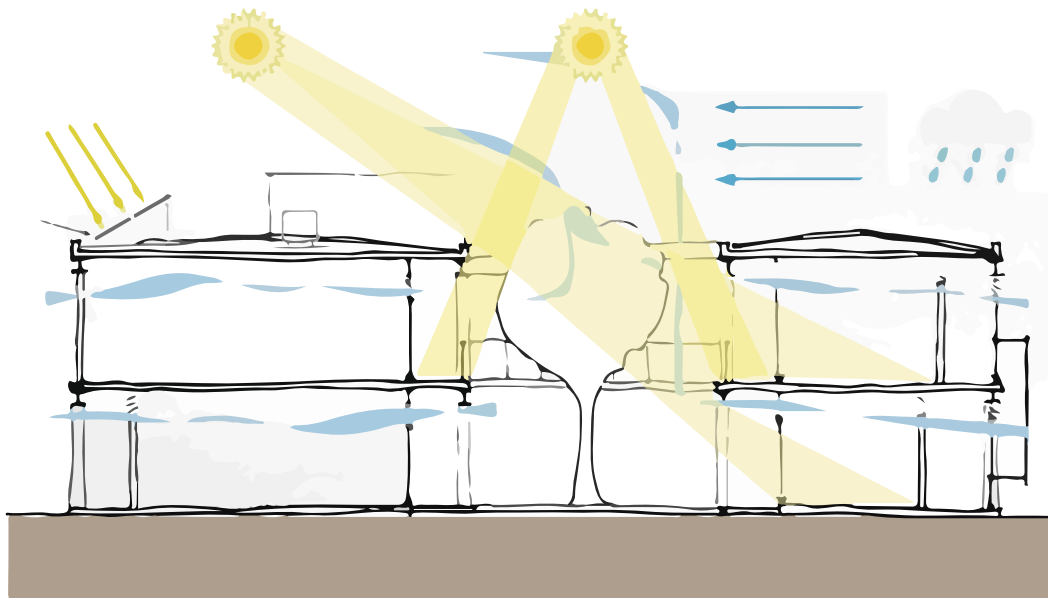


Figura 33. Esquema de Conforto Ambiental e Técnicas de Sustentabilidade. FONTE: Edição do Autor.



Figura 35. Perspectiva da fachada de acesso.



Figura 36. Perspectiva do jardim interno | pátio central.



Figura 37. Perspectiva interna do apartamento duplex.



Figura 38. Perspectiva do mobiliário p/ crianças de 6 a 12 anos no quarto para 6 pessoas.



Figura 39. Perspectiva interna do refeitório.



Figura 40. Perspectiva exterior das habitações e da área de lazer externa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tratar um tema social da envergadura do acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência familiar foi preciso, ao longo do tempo e sem pouco esforço, compreender como se estruturam os dois pontos extremos dessa questão, que se cruzam numa Casa-Abrigo: de um lado, a violência; e de outro, a proteção. Mostrou-se lógico, focar as estratégias de projeto não só nas abrigadas, mas também nos filhos e nos funcionários, com vistas a transformar estes em defensores, e as vítimas, em sobreviventes com uma trajetória de saída digna. Os resultados da pesquisa vieram ao encontro dessa necessidade expressa, em forma de proposta de anteprojeto arquitetônico de um edifício institucional com ambientação natural, familiar, técnica, contemporânea e sustentável, entre outros adjetivos.

Dificuldades surgiram principalmente quanto à bibliografia e à coleta de dados. Esse não é um tema amplamente explorado na bibliografia de arquitetura e urbanismo, portanto recorreu-se principalmente a referências webgráficas para o desenvolvimento do texto. Quanto à coleta de dados, os que foram reunidos com o subsídio da FAS tiveram enorme importância no embasamento da proposta. Alguns dados, porém, não puderam ser levantados: p.e. as experiências das mulheres acolhidas na Casa-Abrigo de Curitiba, o que se deu por uma série de burocracias e questões éticas que não cabiam enfrentar na alçada dessa pesquisa. A situação de contorno foi encontrar um trabalho realizado nos EUA com grupos focais de moradores em abrigos pós-traumáticos de violência doméstica. E um dado importante – a autoria do projeto e da construção da Pousada de Maria – permaneceu inconclusivo. Resta também averiguar os dados que permaneceram em aberto: o impacto da recente implantação das Casas da Mulher Brasileira em MS e no DF sobre o fluxo das casas-abrigo das respectivas regiões; e o impacto das Casas-Abrigo na decisão das mulheres em retornarem com o agressor ou de seguirem a vida adiante.

Ao longo da pesquisa e do desenvolvimento do trabalho, por conta de a violência doméstica não ser concentrada, mas sim generalizada, buscou-se resolver a necessidade de interiorização da rede de atendimento para mulheres vítimas de violência pela região metropolitana de Curitiba com a estruturação desse serviço garantida pelo Estado na Capital. Restam, como futuros pontos de pesquisa, estudar casas ou instituições de tratamento e instrução aos agressores de mulheres, para um mais completo solucionamento da questão.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

BOLOGNA, Roberto e BARTH, Fernando. **Construção modular e evolutiva para situações de emergência.** Arqtextos. Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.177/5478>>. Acesso em 29/06/2015.

BRASIL. **Carta das Mulheres.** Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acesso em: 29/06/2015.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2009. 56p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>>. Acesso em: 23/06/2015.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 24/06/2015.

BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 24/06/2015.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 24/06/2015.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, julho de 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf>>. Acesso em: 27/06/2015.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência**. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>>. Acesso em: 27/06/2015.

Brasil se distancia de média mundial em ranking de educação. BBC Brasil, São Paulo, 08/05/2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140508_brasil_educacao_ranking_dg>. Acesso em: 27/06/2015.

CARLOTO, Cássia Maria; CALÃO, Vanusa Ferreira. **A importância e o significado da casa abrigo para mulheres em situação de violência conjugal**. Emancipação, 6(1): 205-226, 2006.

D'AGOSTINO, Rosanne. **Lei Maria da Penha não reduziu morte de mulheres por violência, diz Ipea**. G1, São Paulo, 25/09/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-reduziu-morte-de-mulheres-por-violencia-diz-ipea.html>>. Acesso em: 27/06/2015.

Defensoria apresenta plano de ação para a Casa da Mulher Brasileira. Defensoria Pública do Paraná. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=116>>. Acesso em 27/05/2015 às 21h.

Escondites para mujeres violentadas. Nación. Disponível em <<http://www.semana.com/nacion/articulo/casas-refugio-para-mujeres-victimas-de-violencia-intrafamiliar/362192-3>>. Acesso em 10/06/2015 às 15h.

GARCIA, Leila Posenato et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília, IPEA, setembro de 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarca.pdf>. Acesso em 27/06/2015.

Green Housing Series - A New Prescription for Asthma Sufferers: Healthier Homes. National Center for Healthy Housing. Archdaily. The world's most visited architecture website. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/>>. Acesso em 24/06/2015 às 10h.

IMP - Instituto Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha**. Fortaleza, Ceará. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/index.php/quemsomos/maria-da-penha>>. Acesso em 27/06/2015.

Kerri Kumasaka and Gretchen Test. **Culturally Competent Shelter Alternative Project**, King County Women's Programs, 1992, p. 21

KWIECO Shelter House / Hollmén Reuter Sandman Architects. 30/05/2015. ArchDaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/634100/kwieco-shelter-house-hollmen-reuter-sandman-architects/>>. Acesso em: 24/06/2015.

LABRONICI, Liliana Maria; FERRAZ, Maria Isabel Raimondo; TRIGUEIRO, Tatiane Ferreira; FEGADOLI, Débora. **Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria**. Artigo publicado na Revista da Escola de Enfermagem da USP, 2009.

LYON; BRADSHAW; MENARD. **Meeting Survivors' Needs**. EUA, 2011.

MACEDO, Ana Raquel. **Saiba como funcionam os instrumentos de proteção e assistência às mulheres**. Câmara Notícias, 26 ago 2013. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/450315-SAIBA-COMO-FUNCIONAM-OS-INSTRUMENTOS-DE-PROTECAO-E-ASSISTENCIA-AS-MULHERES.html>>. Acesso em 10/06/2015 às 16h.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; e MATOS, Mariana Vieira Martins. **A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência**. IPEA. Brasília, março de 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150302_nt_diest_13.pdf>. Acesso em: 29/06/2015.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **Casa e lar: a essência da arquitetura**. Arquitectos. Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/03.029/746>>. Acesso em: 30/06/2015.

MOLL, Gabriela. **Casa da Mulher Brasileira abre as portas nesta terça (2) na 601 Norte**. Agência Brasília. Disponível em <<http://www.df.gov.br/conteudo-agencia-brasilia/item/19557-casa-da-mulher-brasileira-abre-as-portas-nesta-ter%C3%A7a-2-na-601-norte.html>>. Acesso em 29/06/2015.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília, março 2003. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 30/06/2015.

PALHARES, Isabela. **Brasil é o 60º colocado em ranking mundial de educação**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 mai. 2015. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-60-colocado-em-ranking-mundial-de-educacao,1686720>>. Acesso em: 27/06/2015

PORTAL BRASIL. **Brasil tem mais de mil serviços especializados em atendimento à mulher**. Portal Brasil, 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/10/brasil-tem-mais-de-mil-servicos-especializados-em-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 29/06/2015.

Prefeitura inaugura unidade de atendimento para mulheres e LBTs em situação de rua. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-inaugura-unidade-de-atendimento-para-mulheres-e-lbts-em-situacao-de-rua/36005>>. Acesso em: 28/06/2015.

RUFFATO, Luiz. **A elite brasileira é burra**. El País. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/04/politica/1430760460_690735.html>.

Acesso em 27/05/2015 às 22h.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores de pós-graduação**. São Paulo: Edusp: Mandarim, 2006.

THIBAUD, Jean-Paul. **Psicologia Ambiental e Política Ambiental: Estratégias de Construção do Futuro**. Psicologia USP, 16 (1/2), 205-212.

Tim Winstanley. **Design for Homeless Shelter in San Luis Obispo Awarded**. 26/12/2011. ArchDaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/195063/design-for-homeless-shelter-in-san-luis-obispo-awarded/>> Acesso em: 24/06/2015.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Revista SOCERJ, setembro 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 30 jun 2015.

Washington State Coalition Against Domestic Violence - WSCADV. **Design Strategies for Domestic Violence Shelter. Building Dignity**. Disponível em: <<http://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acessado em 10/06/2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012 atualização: homicídio de mulheres no Brasil**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e Flacso do Brasil. 2012. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php. Acesso em: 01/06/2015.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Christian Matheus Herrera. Porto Alegre: Bookman Editora LTDA. 5ª Ed. 2015.

APÊNDICE

Transcrição *ipsis litteris* da entrevista com a coordenadora da Pousada de Maria, Mônica PELÁ.

A.: Descreva um pouco do histórico e das características desta casa-abrigo:

M.: Estou há quase 1 ano e meio aqui. Havia uma família que trabalhava atendendo a população carente. A matrona da família era assistente social. Eles faziam atendimentos na igreja que é próxima [daqui]. Então idealizaram um espaço para atendimento de saúde e construíram esta casa. Mas os familiares acabaram morrendo e a obra ficou parada. Então a prefeitura assumiu o local, aproveitou o espaço, finalizou a obra e passaram a atender mulheres vítimas de violência. Essa instituição já existia há algum tempo, e se mudou para cá. Primeiro serviço que funcionou aqui foi esse, mas este lugar não foi pensado para isso. Cada sala tem estrutura de pia etc. para enfermaria. Há funcionárias que estão há 11 anos trabalhando, mas a pousada está neste espaço desde 2007-2008.

As unidades de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica de todos os estados têm essa característica de trocar de lugar pelos seguintes motivos: conhecimento que a comunidade tem do que funciona naquele local e os agressores começam a identificar o local. Então acaba trocando muito de endereço. Mesmo que o agressor acabe identificando o espaço onde ela está, tem como acionar a Secretaria de Segurança Pública e a Guarda Municipal cuida da casa, que é um bem municipal. Não há guardas na casa, então a proximidade com segurança é importante. Ontem, por exemplo (quinta-feira?), havia uma feira diante da unidade. A comunidade já sabe o que funciona aqui, tanto que houve mulheres que sofreram violência doméstica pelas proximidades e bateram à porta da casa pedindo atendimento. Hoje funciona aqui, mas percebemos que diante das necessidades não atende mais a demanda que a gente tem. Então estamos pensando em mudar para um novo espaço.

A.: Como se dá o atendimento às vítimas? Como é o fluxo de atendimento?

M.: Há um fluxo de atendimento. Muitas vezes elas não conhecem o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social, papel executado em Curitiba pela Fundação de Ação Social – FAS), que faz o primeiro contato. É feita uma avaliação da mulher pela equipe de profissionais (psicólogos, assistência social) que a orienta a

fazer um BO [e] sobre as medidas protetivas. Diante da situação, [vem] a avaliação: [se houver] ameaça de morte, sem outra alternativa, sem familiar para ajudar, [as mulheres] tentam uma vaga na casa. De posse do BO e da medida protetiva, o pessoal do CREAS e a guarda municipal acompanham a vítima até a casa para retirada dos pertences quando ela for se mudar para a Pousada. O CREAS faz um relatório de toda a situação da mulher e dAs (os) filhas (os), e gera uma solicitação de abrigo; faz contato com a central de acolhimento do município, que é onde se gerenciam as vagas de todos os locais de acolhimento, sejam eles oficiais ou conveniados (a Casa de Maria é uma unidade oficial). A central faz então um contato com a Pousada de Maria e repassa todas as informações. É feita uma avaliação técnica (se tenho ou não tenho vaga). A partir disso, o CREAS traz a família [para] ser abrigada.

A.: O que norteia a assistência social, o abrigo e acolhimento?

M.: A FAS é regida pelas normas de tipificação, a NOB (Norma de Operação Básica) e a Lei Orgânica da cidade. A assistência social é dividida por complexidade.

Na baixa complexidade [temos] os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e as unidades de atendimento básico que trabalham com famílias que estão em situação de vulnerabilidade, mas que ainda têm os vínculos sociais e/ou familiares estabelecidos.

A proteção social especial, é a média complexidade, [que são] os CREAS [que] trabalham com famílias com vínculos familiares e sociais rompidos ou fragilizados na perspectiva da reconstrução desses vínculos e de inserção nos acolhimentos.

A Alta complexidade [é o] acolhimento, última instância da assistência social. É a última possibilidade de atendimento, a última estratégia será o acolhimento. Por isso é feita uma avaliação prévia para ver se há familiares da vítima, como é a relação com eles, se existe um risco do agressor ameaçá-los ou de a vítima sofrer uma nova violência estando com eles. Somos uma unidade de sigilo e segurança que tem algumas normas e prerrogativas. Aqui não se recebem visitas constantes de familiares (até por questão da não-divulgação do endereço) e é feita uma avaliação de como será feita e onde será feita a visita. Portanto existe uma série de questões limitadoras nesta instituição. Então ao passo que estamos garantindo certos direitos, estamos cerceando outros. O acolhimento não é o ideal para a mulher e menos para as crianças, no sentido de que este não é o espaço dessa família, pois acontece uma

fragmentação desta, e, cedo ou tarde, as mulheres se organizam, e, ao sair, vão continuar precisando da família. É o suporte que elas têm, pois o suporte institucional é momentâneo. Por isso entendemos que o vínculo com a família tem que ser fortalecido sempre.

A gestão da Pousada de Maria é municipal. O Fundo Municipal de Assistência é que banca a casa. Desde a manutenção da estrutura até a alimentação das abrigadas, a gestora é a FAS. A Pousada de Maria não responde diretamente, mas é reconhecida perante a Secretaria da Mulher (fruto da gestão Gustavo Fruet) e perante a Secretaria de Políticas Públicas para Mulher do Governo Federal (respondendo a questionários anualmente, sobre o atendimento da casa para fins de atualização de dados).

As questões institucionais de atendimento surgem a partir da demanda: trabalhamos sobre a realidade. Atualmente temos um perfil de atendimento e um público. Se sentimos que é necessária uma diferenciação para esse público, ou na forma de atendimento a dispensar, começamos a pensar num espaço que vá atender a esse público diferenciado. Atualmente, Curitiba tem, para acolhimento de famílias, este espaço [Pousada de Maria] para mulheres vítimas de violência (estão tentando formalizar um novo convênio com outro espaço para fazer este tipo de acolhimento); e a [Associação Beneficente] Encontro com Deus, que possui dois espaços, um para mulheres adultas e outro para adolescentes com filhos. Os demais acolhimentos são pensados para um perfil mais limitado, por faixa etária e por sexo (de 0 a 5 anos em conjunto com [a Casa de Acolhimento] Pequeno Cidadão, e na faixa seguinte estaria em separado para meninos e para meninas). Essas casas surgem de acordo com a necessidade. Recentemente foi aberta uma casa para abrigar moradoras de rua e LBTTT (Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Havia essa população que buscava o serviço, mas que trazia essa questão de gênero e não podia ser abrigada em qualquer lugar que não fosse específico para ela.

Iniciou-se uma demanda de atendimento às mulheres, assim como houve a demanda pela legislação, que só aconteceu pela luta de gênero, ao buscar que isso fosse visto pela Justiça. Entretanto, esses fatos sempre existiram. Ao fazer uma pesquisa sobre atendimento à mulheres vítimas de violência, podemos fazer um paralelo com o atendimento despendido em Portugal, a nação colonizadora do nosso país. Na construção da nossa sociedade, trazemos esses traços de uma outra população, de uma outra cultura. A violência contra a mulher não é algo que surgiu

espontaneamente. Ela vem desde sempre. Historicamente as mulheres são consideradas, de certa forma, inferiores numa relação, na sociedade. Na formalização dos direitos, não eram consideradas cidadãs, portanto não votavam, embora fossem a maioria da população. Então esse tipo de violência é uma questão histórico-cultural, fruto de uma sociedade machista. Isso é sentido de formas diferentes, seja aqui ou no Nordeste do país, tanto por isso eu, que sou nordestina, fui chamada para dirigir esta casa aqui no Sul [do Brasil], por conta dessa visão diferenciada que tenho da questão, apesar da minha pequena experiência. O que se pode notar é que o machismo é algo cultural, e não de gênero, que mesmo a mulher perpetua nos próprios filhos: de que o menino é o “homem da casa”, de que tem que saber se impor, enquanto a menina tem que saber fazer comida, organizar uma casa. Isso senti na minha própria casa, pois convivi com os meus avós, que são ainda de uma outra geração na qual essa questão era ainda mais forte. Atualmente a violência contra a mulher está chegando a extremos, ou pelo menos está ficando mais visível. Mulheres estão sendo mortas aos milhares.

A.: Aqui nas proximidades, Piraquara é o município com o segundo maior índice de assassinatos de mulheres no Brasil (IPEA 2012). Sabe se há uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência ali? Como é feito o atendimento das mulheres na região metropolitana?

M.: Até onde tenho notícias, não. Mas não sei dizer com certeza. Sei que há uma casa de referência em Colombo, outra em Pinhais. Mas pelo que eu (não) soube, não há. É raro acontecer atendimento de mulheres da RMC aqui, alguns municípios fazem parte da rede de atendimento, outros não, e eu não sei dizer como funciona nesses municípios. Aqui atendemos mulheres do município de Curitiba, pois é uma estrutura do poder municipal, então cada município tem que pensar a sua estratégia de atendimento.

A.: A alta taxa de assassinato teria relação direta com o tráfico de drogas e indireta com a violência doméstica?

M.: É preciso ser feita uma avaliação. Embora não haja estatísticas, existem mulheres que sofrem violência doméstica por traficantes. Então, inicialmente, não estaria ligado diretamente ao uso ou ao tráfico de drogas. Mas já tivemos casos de atendimentos de mulheres cujos companheiros eram traficantes ou envolvidos com o tráfico. É uma

leitura de caso a caso. A morte de uma mulher não está ligada necessariamente a violência doméstica, pode estar ligada a diversas questões outras. Tomando as estatísticas de morte por questões de gênero, as mulheres sim sofreram maior número de assassinatos que homens. Duas violências que estão ligadas são a violência de gênero e a violência doméstica, esta geralmente derivando daquela. Tanto mulheres em situação de rua quanto mulheres domésticas sofrem violência de gênero. A diferença no atendimento é que aquela é levada à Casa de Passagem, e esta é trazida para a Casa Abrigo.

A.: Sobre o perfil da mulher que vem para cá: ela é curitibana, da região metropolitana, de todos os estratos sociais ou um estrato social predomina?

M.: De uma maneira geral eu posso te falar sobre o perfil socioeconômico. Não por uma questão de que fazemos poucos atendimentos a uma classe social mais privilegiada, até há casos assim, mas esses casos muitas vezes não podem ser divulgados, ou a mulher acaba não buscando esse tipo de atendimento, e o que se sabe são os casos pontuais de mulheres [de classes privilegiadas] que buscaram o serviço. Mas sabemos que não é uma classe que está isenta da violência doméstica. O que acontece é um mascaramento por questão de status, ou das aparências de que nada aconteceu.... Já na classe social menos abastada, é uma questão corriqueira que as pessoas não têm por que esconder, e [o caso] acaba sendo mais comentado e divulgado. Então já tivemos sim atendimento de mulheres das diferentes classes de Curitiba e de fora.

A.: Como você dimensionaria socialmente a estrutura da casa? A partir do perfil das mulheres, da atual demanda e do serviço que é oferecido, qual seria a casa ideal?

M: Desde o final do ano passado [2014] temos observado um aumento do número de mulheres que procuram este serviço e em virtude disso que temos pensado na incapacidade desse espaço físico de atender a esse aumento que está ocorrendo. Nosso limite de atendimento é de 20 pessoas, mas recentemente chegamos a atender 29 pessoas simultaneamente. Isso porque não levamos em conta apenas as mulheres, mas também os seus filhos. Então já chegamos a atender a 11 mulheres com mais de dois filhos. Ou seja, se na nossa casa há quatro quartos, foram três famílias por quarto. Sempre recebemos mães com um filho. O normal é ter [a partir de] dois filhos, mas já tivemos casos de mães com quatro filhos e até com sete filhos!

De acordo com a Tipificação [Nacional de Serviços Socioassistenciais], o ideal seria atender até quatro pessoas ou uma família por quarto. Os filhos podem ser meninas de até 18 anos incompletos e meninos de até 12 anos. Isso porque aqui se acolhem duas ou três famílias em conjunto no mesmo quarto. Não temos um espaço religioso nem ecumênico: apesar de ser uma “Casa de Maria”, respeitamos a opção religiosa de cada uma.

A.: Qual é o número de funcionários?

M.: Atualmente temos doze educadores sociais divididos em quatro plantões de três educadores (12h/36h) entrando e saindo às 7h e às 19h; duas cozinheiras terceirizadas; duas faxineiras terceirizadas; motorista da unidade terceirizado, que trabalha das 10h às 18h; uma diretora (assistente social, trabalho de duas pessoas); educadora social (que faz o apoio técnico); uma administrativa e uma administrativa operacional (que faz parte da organização).

A.: Qual é a estrutura desta casa?

M.: Ela parece maior do que realmente é. Nessa parte de baixo, todas as salas são pequenas. No térreo, na sequência desde o hall em sentido anti-horário temos: sala do administrativo; sala da coordenadora; sala do apoio técnico; sala da beleza (que é um espaço para as mulheres se arrumarem para uma entrevista de emprego, etc.); sala dos educadores (onde elas tem os armários para guardarem as coisas e uma mesa para o horário de descanso); na sala vizinha estamos montando um berçário para ficarmos com os bebês (crianças que não conseguimos inserir em creches, ficamos cuidado enquanto as mães saem para trabalhar); sala de rouparia (cama, mesa e banho, roupas, calçados e brinquedos, tudo recebido de doações para as mulheres e crianças usarem na casa); banheiro de cadeirantes; sala técnica (com impressora, telefone e objetos emergência para as mulheres e crianças - sabonetes, fraldas, etc.); almoxarifado de alimentos secos; sala de eventos (conjugada ao hall); cozinha; refeitório coletivo (em frente à cozinha - não se come nos quartos); almoxarifado da casa (um refrigerador e itens para casa - tudo o que usamos aqui é padronizado, mas, como recebemos doações de enxovais, doamos para as mulheres quando elas saem da unidade); banheiro para o motorista; lavanderia (com três máquinas de lavar domésticas e uma secadora); almoxarifado de limpeza; espaços externos: casa de gás; nicho para freezers; dispensa de hortifrúti; garagem (onde

colocamos varais para estenderem as roupas). No primeiro pavimento temos: quatro quartos; um banheiro de uso coletivo (apenas dois chuveiros); dois sanitários (um com um vaso e outro com dois vasos); sala de brinquedoteca; sala de TV; fraldário; sala de medicamentos (de onde administramos as medicações apenas com receita médica, intermediada por uma educadora, para que as crianças não tenham acesso); e sala de atividades e oficinas. Os locais de convivência são: sala de TV, sala de atividades, brinquedoteca e sala de eventos, além dos quartos (o que não é ideal). *(Sinos da igreja próxima tocam)*. Isso que dá a elas uma noção de horário, pois aqui elas ficam sem celulares, computadores e internet. Quando precisam se comunicar, elas podem utilizar o telefone que temos da instituição, ao que é feito uma avaliação. Nos primeiros cinco dias as mulheres nunca saem desacompanhadas. Depois disso, também é feita uma avaliação. Dependendo da proximidade com a sua casa, ela não pode sair desacompanhada. Caso seja distante do local, ela pode sair sozinha.

A.: Você conhece outros de outras casas como esta no Paraná, Brasil ou no mundo?

M.: Conhecer pessoalmente, não. Uma das que tive contato é na Paraíba, em João Pessoa. Dei uma olhada em como eles pensam a unidade, a organizam. Ela está ligada mais diretamente à Secretaria de Segurança Pública. Lá, a mulher é conduzida sempre por uma viatura policial. O importante é a casa ter o ideal dentro da política da assistência social. Porque se associamos coisas que são de outra política, estaremos extrapolando o atendimento. Isso são vinculações, parcerias. A Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, vai ter um apoio à microempreendedora. Qualificação profissional não fazemos num espaço de assistência social, pois é prerrogativa da Secretaria do Trabalho. O acolhimento deve tangenciar apenas as questões básicas do cotidiano das mulheres e o fortalecimento dos vínculos.

A: Como é feito o desligamento de uma mulher da unidade?

M: Quando uma mulher decide que irá retornar ao lar ou quer reconciliar-se (isso acontece bastante), o companheiro é consultado se quer recebê-la também, e, em caso positivo, ela é desligada da instituição. A reconciliação não acontece aqui. Elas mal recebem visitas dos parentes, apesar [de] que, depois de uma avaliação, [elas] podem vir a receber. Mas, em geral, as visitas são marcadas em algum lugar que não seja a casa.

ANEXOS

ZONA RESIDENCIAL 4 – ZR-4

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

USOS			OCUPAÇÃO							
PERMITIDOS	TOLERADOS	PERMISSÍVEIS	PORTE (m²)	COEFIC. APROV.	TAXA OCUP. MÁX. (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.)	RECIMO MÍN. ALIN. PREDIAL (m)	TAXA PERMEAB. MÍN. (%)	AFAST. DAS DIVISAS (m)	LOTE MÍN. (Testada x Área)
- Habitação Coletiva - Habitação Transitória 1 (2) - Habitação Institucional	- Habitação Unifamiliar (1) - Habitações Unifamiliares em Série (1)			2	50%	6	5m	25%	Até 2 pav.= Facultado Acima de 2 pav. = H/6 atendido o mínimo de 2,50m	15x450
	- Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro (3) - Comunitário 1 (3)		200m² 200m²			2 2				
- Indústria Tipo 1 (4)			100m²	-	-	-	-	-	-	-

Observações:

- (1) Densidade máxima de 80 habitações/ha.
- (2) Apart-hotel sem centro de convenções.
- (3) A critério do Conselho Municipal de Urbanismo – CMU, poderá ser concedido alvará de localização para Comércio e Serviço de Bairro e Comunitário 1, em edificações existentes e porte superior a 200,00m² desde que com área de estacionamento de no mínimo igual a área construída e porte compatível com a vizinhança e características da via.
- (4) Somente alvará de localização em edificações existentes ou anexas à moradia.



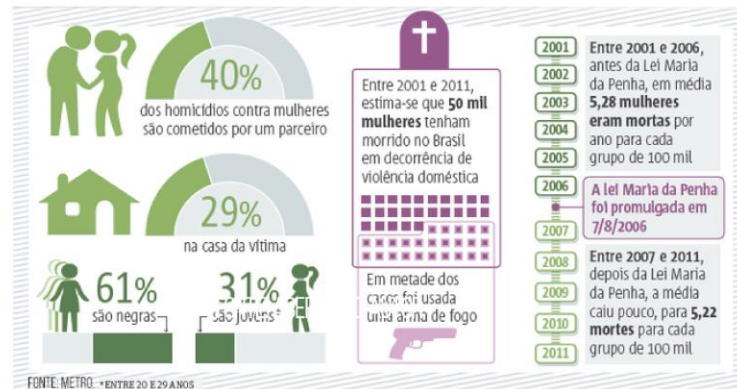
O QUE

A CASA-ABRIGO É UM EDIFÍCIO INSTITUCIONAL DESTINADO A ACOLHER MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO, AUXILIANDO-AS NA SUPERAÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA E NO REESTABELECIMENTO DOS LAÇOS SOCIAIS, FAMILIARES E AFETIVOS ROMPIDOS.

QUEM

MULHERES / MÃES JOVENS E DE ATÉ MEIA IDADE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ACOMPANHADAS OU NÃO DE SEUS FILHOS: MENINAS DE ATÉ 18 ANOS E MENINOS DE ATÉ 12 ANOS. ESSE PÚBLICO SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE EMOCIONAL E MUITAS VEZES, ECONÔMICA, TAMBÉM EM BUSCA DE INDEPENDÊNCIA PESSOAL E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.

POR QUÊ



CASAS-ABRIGO NO PARANÁ

ATENDIMENTO ○ local ○ várias cidades

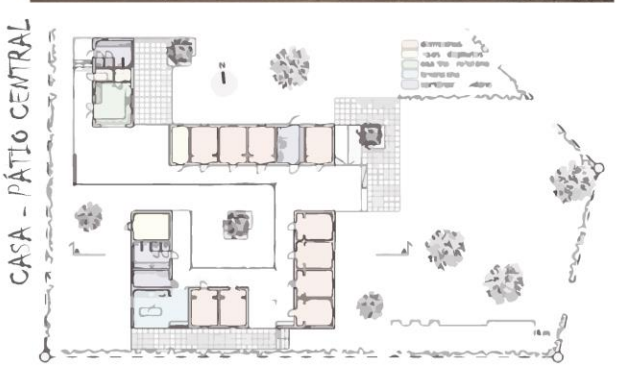


ESTUDOS DE CASO

HSC-CENTRO DE SERVIÇOS PARA DESABRIGADOS, SAN LUIS OBISPO-EUA.
PROJETO: GWYNNE PUGH URBAN DESIGN STUDIO, GARCIA ARCHITECTURE + DESIGN. FONTE: ARCHDAILY.



CASA-ABRIGO KWIECO, MOSHI-TANZÂNIA.
PROJETO: HÖLMLÉN REUTER SANDMÁN. FONTE: ARCHDAILY.



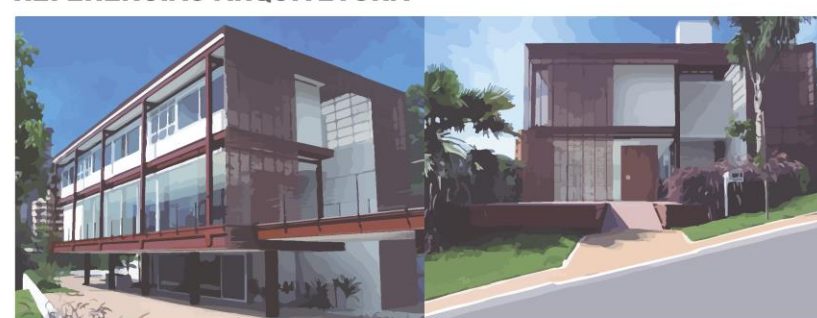
REFERÊNCIAS PROGRAMAS



CASA DA MULHER BRASILEIRA.
FONTE: PREFEITURA DE CURITIBA.

PROGRAMA COMPLEMENTAR

REFERÊNCIAS ARQUITETURA



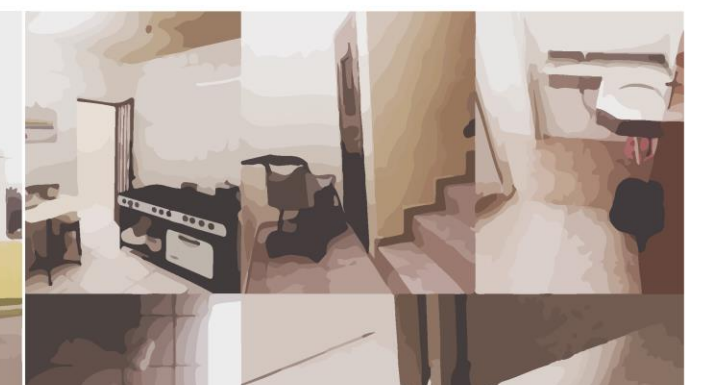
CASA DE AÇO / GESTO ARQUITETURA.
FONTE: REVISTA CASA E CONSTRUÇÃO.



ESCOLA ESTADUAL EM VÁRZEA PAULISTA-SP / FGMF ARQUITETOS. TRANSPARÊNCIA
FOTOS: PEDRO KOK, NELSON KON. FONTE: ARCHTENDÊNCIAS.COM.BR.

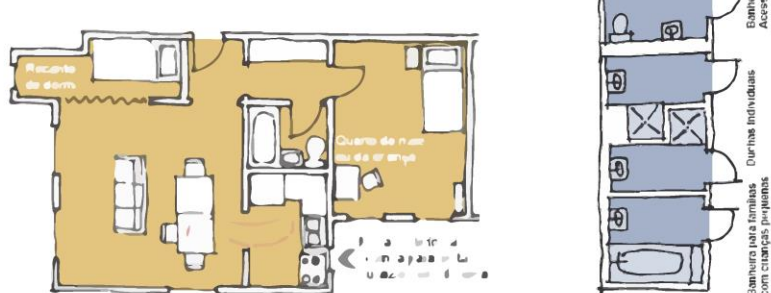
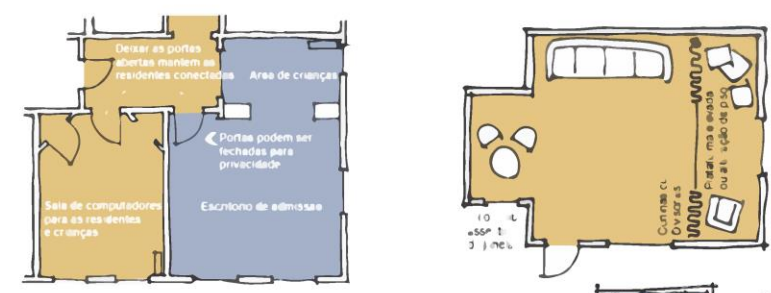
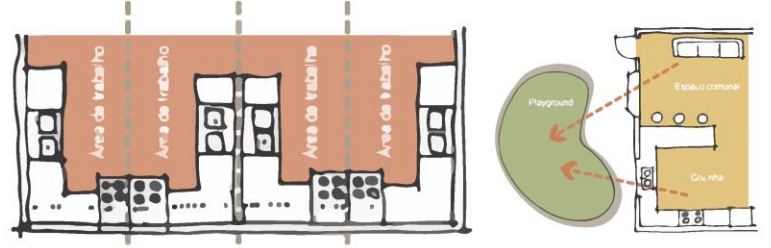
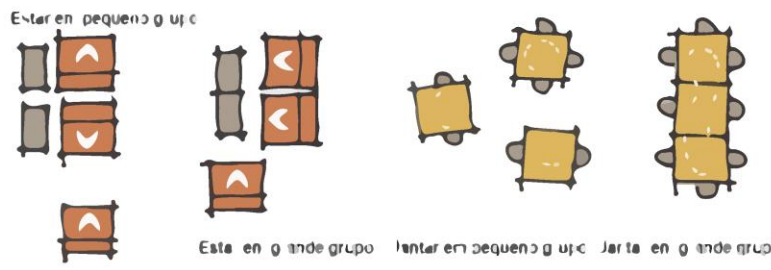
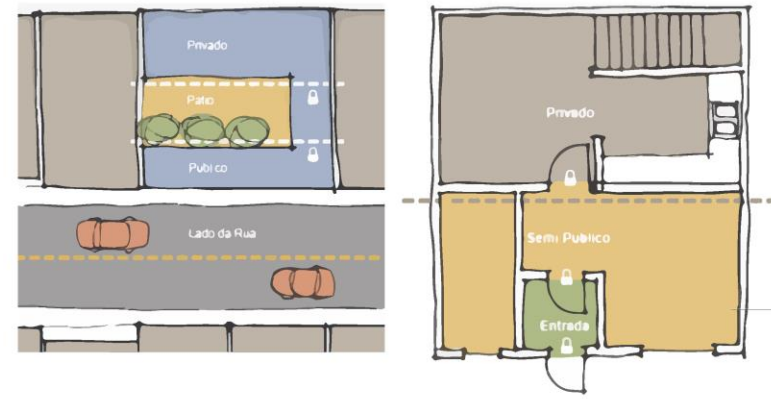


POUSADA DE MARIA, CURITIBA-PR.
PROJ. DESCONHECIDO. FOTOS: ACERVO DO AUTOR.

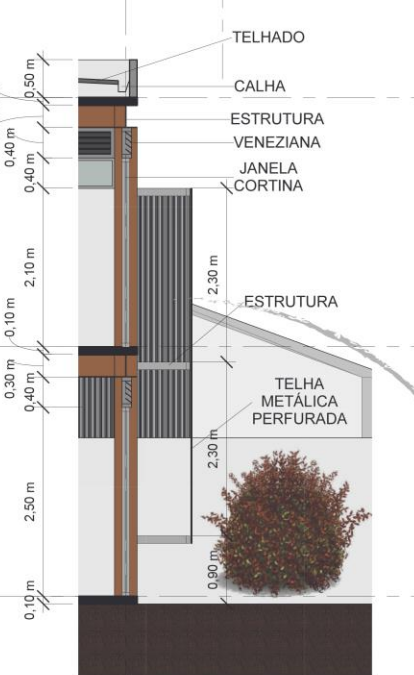


INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

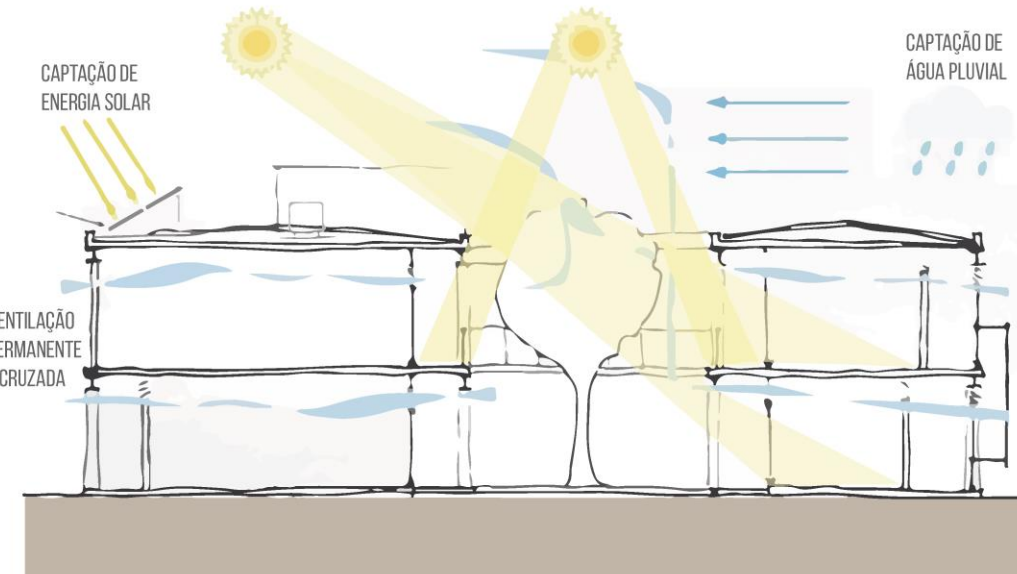
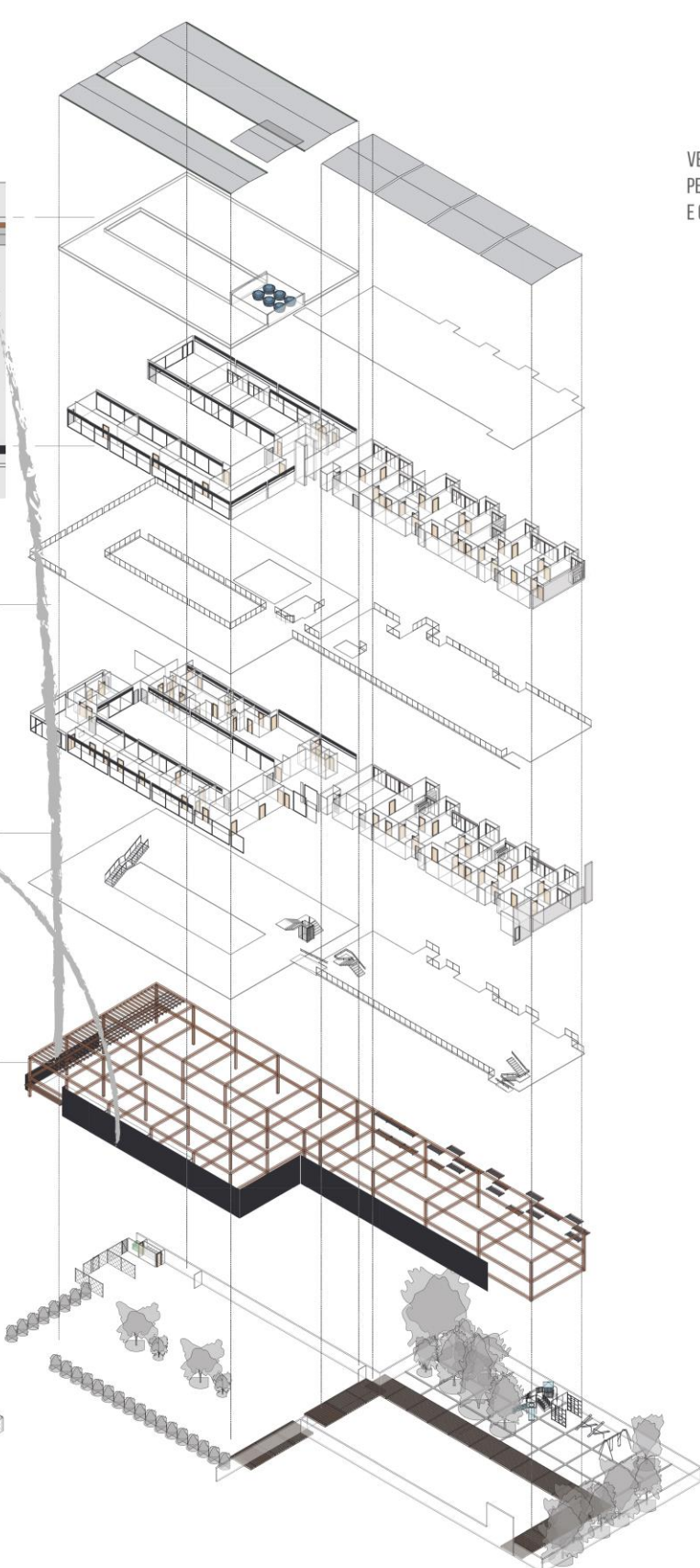
COMO



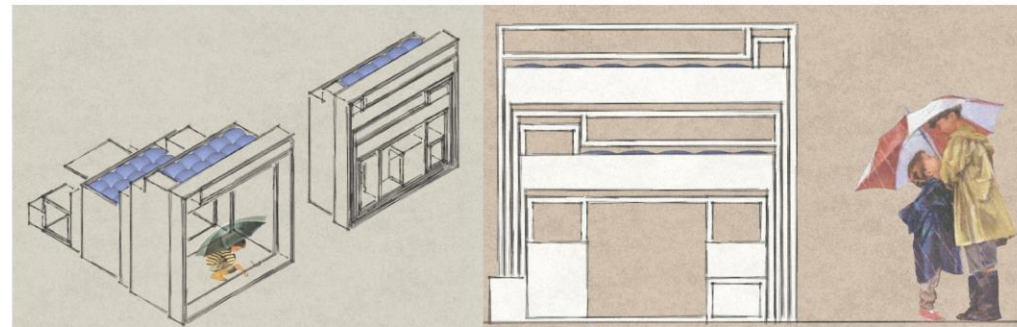
DETALHES



ESQUEMA ANALÍTICO DO PROJETO



CROQUI AUTOEXPLICATIVO: TÉCNICAS DE CONFORTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.



MÓVEL DESDOBRÁVEL P/ CRIANÇAS DE 6 A 12 ANOS. FUNÇÃO 4 EM 1: CAMAS, NICHOS, MESACOM BANCOS E ESPAÇO INTERNO.

CROQUIS AUTOEXPLICATIVOS. FONTE: ADAPTADO DE WSCADV. EDIÇÃO DO AUTOR.



CASA-ABRIGO EM CURITIBA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
AUTOR: ALOISIO FORMIGHIERI JUNIOR. ORIENTADORA: PROF.ª ANA PAULA JUSTI. TCC 2 2015 | 2

03 | 08



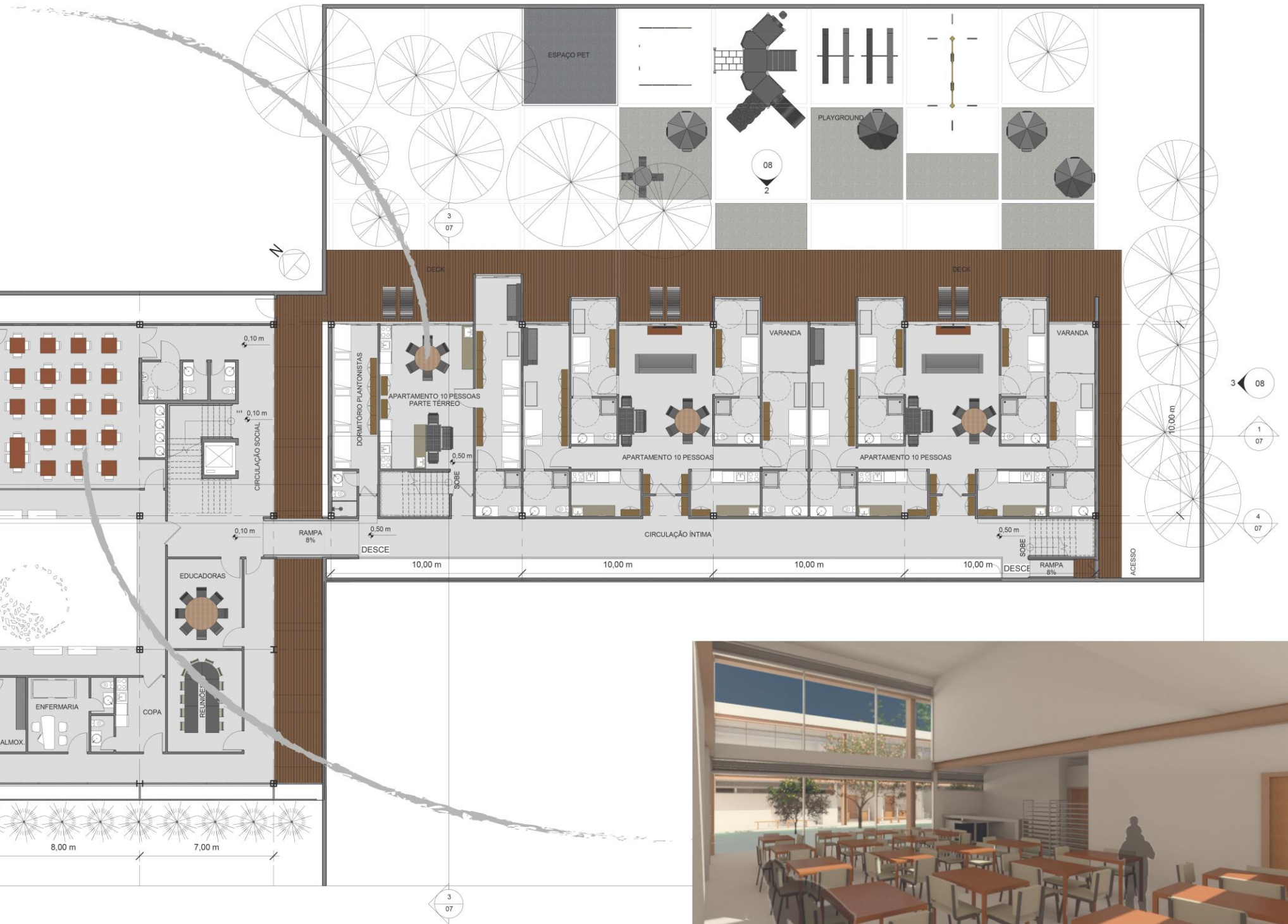
RUA HOLANDA

RUA JOSÉ MERHY

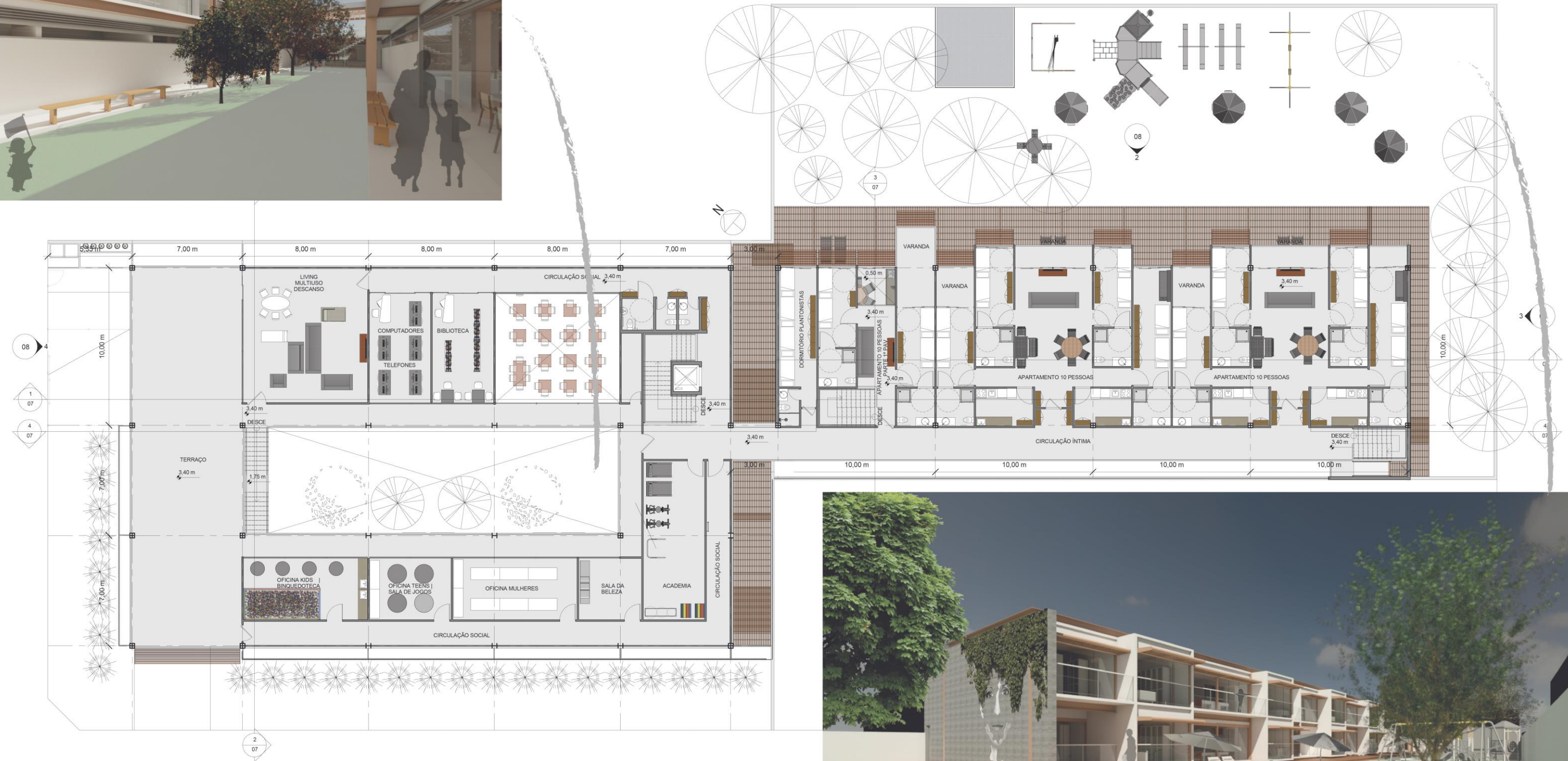
RUA DR. NELSON JOSÉ CORRÊA

RUA JOVINO DO ROSÁRIO

IMPLANTAÇÃO E COBERTURA
ESC.: 1 | 250

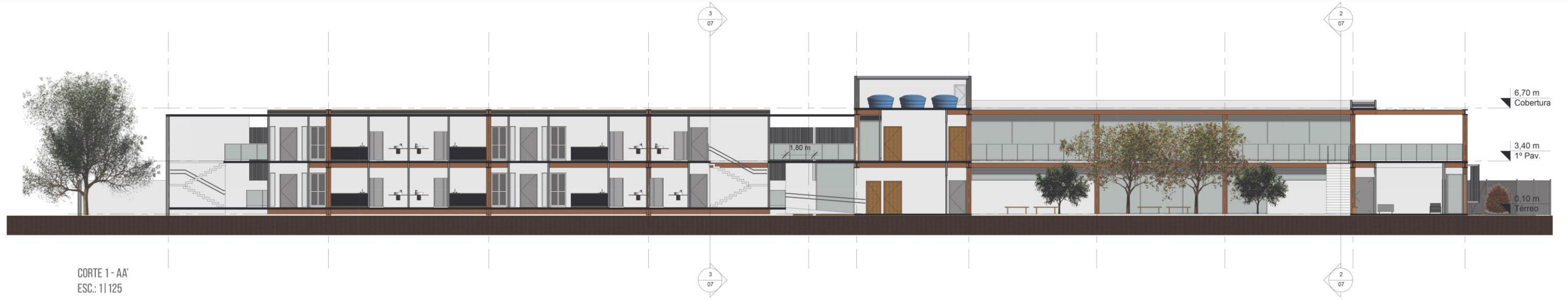


PLANTA TÉRREO
ESC.: 1/125



PLANTA 1º PAVIMENTO
ESC.: 1 | 125





CORTE 1 - AA'
ESC.: 1/125



CORTE 2 - BB'
ESC.: 1/125



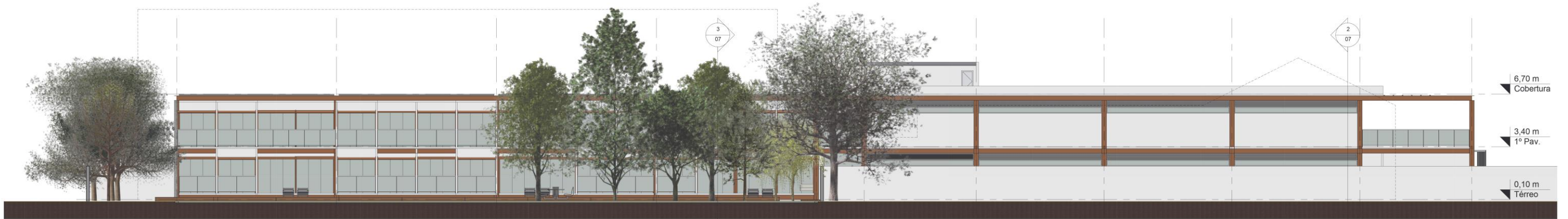
CORTE 3 - CC'
ESC.: 1/125



CORTE 4 - DD'
ESC.: 1/125



ELEVAÇÃO 1
ESC.: 1 | 125



ELEVAÇÃO 2
ESC.: 1 | 125



ELEVAÇÃO 3
ESC.: 1 | 125



ELEVAÇÃO 4
ESC.: 1 | 125